

1. INTRODUÇÃO:

No mundo moderno, diante das transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas a partir do advento da telemática e do processo de globalização, as organizações procuram adaptar-se aos novos tempos. Nesse contexto de mudança, emerge uma organização moderna, apoiada nas tecnologias da informação, atuando em rede e fundamentada na informação. Essas mudanças visam melhorar a eficiência das empresas, que, por sua vez, buscam resultados mais satisfatórios e maior poder de competitividade em um mercado globalizante. Para alcançar a qualidade e a eficiência desejadas, as organizações devem calcar o processo decisório em um sistema de informações confiável e capaz de dimensionar o futuro, procurando compreender as mudanças e estabelecer novos rumos necessários à redução de incertezas quanto ao futuro (BARBALHO&BERAQUET, 1995). As instituições públicas brasileiras, mesmo que tardiamente, também estão procurando se inserir nesse contexto de mudanças, e, portanto, devem envidar esforços para adequar e racionalizar seus processos de trabalho, buscando organizar seus recursos informacionais e valorizando seu capital intelectual.

Gerenciar esses recursos implica planejar, estabelecer estratégias, diretrizes, metas e modelos referentes à informação, além de desenvolver princípios e técnicas que permitam a sua eficiente organização. Envolve o gerenciamento do conteúdo informacional, da tecnologia utilizada e dos recursos humanos envolvidos em todo o ciclo da informação (coleta, organização, processamento, recuperação e uso) (CIANCONI, 1998).

Nesse sentido, ao longo de quase sete anos, podemos observar, a partir de nossa experiência profissional na biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, a quase inexistência de atividades de gestão da informação na Casa.

Outrossim, sentimos a necessidade de buscar compreender a postura de parlamentares e assessores legislativos, referente ao ciclo informacional pertinente ao processo legislativo da CLDF. Nossa intenção é oferecer subsídios à gestão estratégica de informações, fornecendo elementos que propiciem o início do processo de gestão da informação na Câmara Legislativa, preenchendo a lacuna existente. Além disso, procurou-se identificar o papel da informação no processo legislativo local, mediante a análise da demanda e uso da informação na Assessoria Legislativa – ASSEL e na atividade parlamentar, envolvendo as características dessa demanda, as fontes mais utilizadas por parlamentares e assessores legislativos, a avaliação da utilidade e finalidade das informações disponíveis, bem como os elementos de valorização da informação na organização. Pretendeu-se, a partir deste levantamento e diagnóstico, oferecer diretrizes para a elaboração de um sistema de informação de apoio à tomada de decisão no processo legislativo, no âmbito da ASSEL/CLDF.

2. OBJETIVOS:

2.1. GERAL:

Conhecer a necessidade e o uso de informações que possam subsidiar a tomada de decisão de parlamentares e assessores legislativos, referente ao processo legislativo, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, visando desenvolver um referencial teórico que sirva como diretriz para o desenvolvimento de um sistema de informações de apoio à decisão, com base na análise sócio-técnica estruturada.

2.2. ESPECÍFICOS:

- a. Examinar a estrutura do processo legislativo local, assim como a estrutura organizacional da ASSEL, seu contexto de atuação e suas perspectivas;
- b. Examinar os fatores internos e externos que contribuem para o desenvolvimento organizacional da ASSEL;
- c. Examinar as principais atividades de parlamentares e assessores, referente ao processo legislativo na CLDF;
- d. Examinar as características das informações que apoiam o desenvolvimento das atividades de parlamentares e assessores legislativos, em relação a demanda, finalidade, fontes, recursos tecnológicos e canais mais utilizados, além dos elementos de valorização da informação na ASSEL;

- e. Examinar as relações entre dados, organização e ambiente, como interação e como podem ser representadas, oferecendo uma visão integrada e sistêmica dessas relações.

3. Revisão de literatura

Para melhor visualização da área de pesquisa, efetuou-se o levantamento da literatura pertinente, sem pretender ser exaustiva, agrupando-a por assunto, partindo de conceitos simples para conceitos mais complexos, de forma a permitir a gradativa compreensão do tema proposto. Os documentos incluídos referem-se ao levantamento bibliográfico das áreas de estudo, nos últimos dez anos, ou mais, quando a fonte foi considerada significativa, nos idiomas português, inglês e espanhol.

3.1. DEFINIÇÕES E CONCEITOS:

3.1.1 DADO, INFORMAÇÃO E VALOR AGREGADO À INFORMAÇÃO:

A informação é recurso estratégico nas organizações modernas. Como o conceito de informação estratégica implica nos conceitos básicos de dado e informação, sentimos a necessidade de iniciar por esses.

DADO — fragmentos da realidade que podem ser representados por números, palavras, sons desorganizados e imagens (MIRANDA, 1999).

INFORMAÇÃO — Dados coletados, organizados, ordenados, aos quais são atribuídos significado e contexto (PEREIRA, 1997).

Para entendermos melhor a diferença entre os conceitos, apresentamos a *pirâmide informacional* de Urdaneta (apud. PONJUÁN DANTE, 1998), que se

refere aos conceitos de geração, organização, transferência e aproveitamento da informação, formada por quatro níveis (Figura 1).

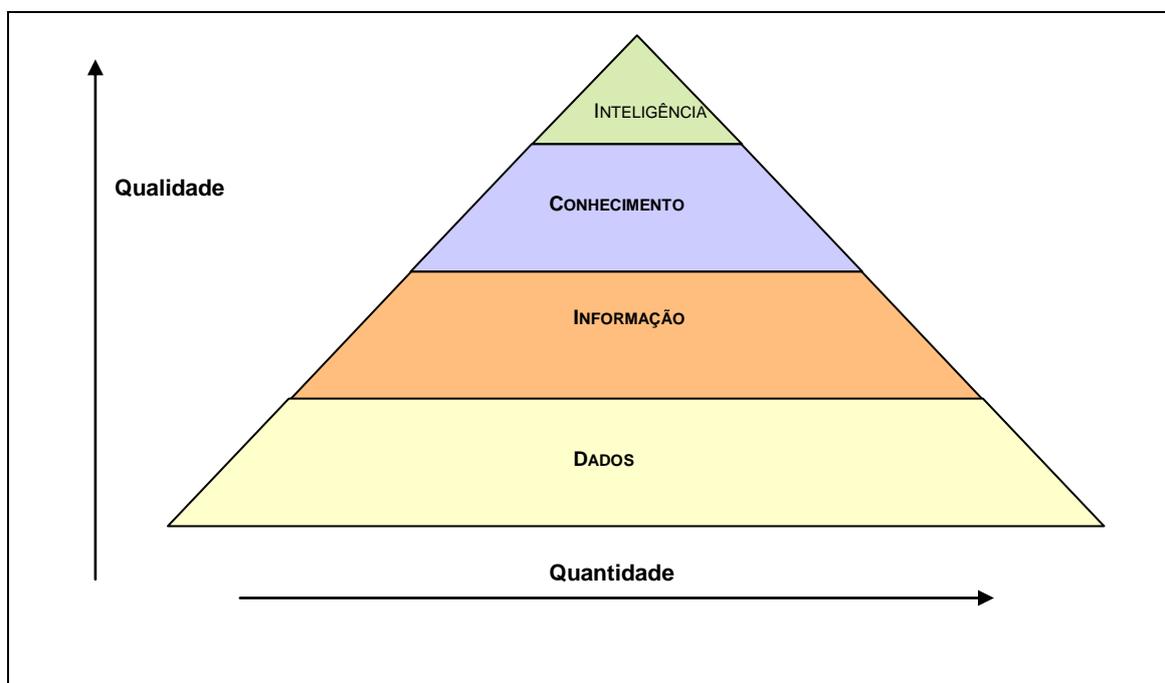


Figura 1 — Pirâmide informacional

A apresentação desses quatro conceitos implica em uma hierarquização definida pelas variáveis 'qualidade *versus* quantidade', propondo o conceito de *informação como matéria* associado à definição de *dados*, com **dado** sendo o registro de ícones (imagens), símbolos (fonemas ou numéricos) ou signos (lingüísticos, lógicos ou matemáticos), por meio dos quais se representam fatos, conceitos ou instruções (PONJUÁN DANTE, 1998).

Na seqüência, quando Urdaneta refere-se à *informação*, reporta-se à sua proposta de *informação como significado*, na qual **informação** são dados ou matérias informacionais relacionadas ou estruturadas de forma atual ou potencialmente significativa (PONJUÁN DANTE, 1998).

Quando se refere ao conceito de **conhecimento**, associa-o à *informação como compreensão*, onde **conhecimento** são estruturas de informação que, ao

internalizar-se, se integram a sistemas de relacionamento simbólico de mais alto nível e permanência.

No caso de **inteligência**, apreende o conceito de *informação como oportunidade*, compreendendo estruturas de conhecimento que sendo contextualmente relevantes, permitem a intervenção vantajosa da realidade.

Assim, a informação é a matéria prima e o conhecimento o recurso mental segundo o qual se agrega valor, que se efetua a partir de um conhecimento expresso como informação que incide em diferentes resultados (PONJUÁN DANTE, 1998).

Agregar valor à informação, segundo KIELGAST&HUBBARD (1997), significa transformar dados sem nenhum significado em informação útil; é processo que fornece informação que auxilia o usuário a fazer escolhas, tomar decisões, esclarecer problemas ou dar sentido a uma situação. Citando Taylor¹, apresentam quatro atividades significativas encontradas em sistemas de informação e que agregam valor:

- a) Organização da informação – agrega valor nas operações de catalogação e classificação de documentos. O principal valor da organização da informação está no tempo poupado em procurar a informação necessária;
- b) Análise da informação – no sentido formal, a análise da informação engloba dois aspectos: *análise voltada para os dados*, motivada pelo conteúdo, cujo objetivo é mostrar a legitimidade, a qualidade e a precisão dos dados; e a *análise voltada para o problema*, motivada pelo

¹ TAYLOR, Robert S. *Value-added process in information systems*. Citado por KIELGAST&HUBBARD, 1997. Ver bibliografia.

usuário, cujo objetivo é ajuda-lo a resolver um problema, esclarecer uma situação ou tomar uma decisão;

- c) Síntese da informação – consiste em reunir a informação, de forma significativa e ponderada, agrupando-a em blocos que possam ser usados. A categorização do produto segundo a pertinência do tema, a redação de resumos e a padronização da informação são alguns processos que podem ser utilizados sintetizar a informação. Esta última, a padronização, é importante por permitir a comparação de informações em diversas e variadas fontes;
- d) Julgamento – é o processo final de agregação de valor à informação, e executada por especialistas. Esses especialistas, considerados por Peter Drucker² como “profissionais do conhecimento”, filtram a informação, sintetizam-na e padronizam-na para um fim específico. Essa forma final da informação tem potencial para ser usada, deve fornecer bom conteúdo e boa forma, e deve ser precisa, atualizada, oportuna e no nível certo para os usuários (KIELGAST&HUBBARD, 1997).

Outra abordagem interessante sobre o valor da informação nos é dada por MORESI (2000), quando demonstra que, ao admitir o valor da informação, não é tarefa fácil definir parâmetros capazes que qualificar esse valor. Uma das formas de definir esses parâmetros é por meio de juízos de valor, que, embora indefinidos, consideram que o valor varia de acordo com o tempo e a perspectiva. Assim, teremos, segundo Cronin, apud MORESI (2000) :

² DRUCKER, Peter. *The future of industrial man*. 1974. citado por KIELGAST&HUBBARD, 1997. Ver bibliografia.

- a) Valor de uso – baseia-se na utilização final que se fará com a informação;
- b) Valor de troca – aquele que o usuário está preparado para pagar e que irá variar segundo as leis de oferta e demanda, ou pelo valor de mercado;
- c) Valor de propriedade – que reflete o custo substitutivo de um bem;
- d) Valor de restrição – que surge no caso de informação secreta ou de interesse comercial, quando o uso fica restrito a algumas pessoas.

Por ser um bem intangível e abstrato, o valor da informação está associado a um contexto, e, muitas vezes, só é possível quantificá-lo em termos monetários por equivalência. O ponto principal, para o autor, é perceber a informação atendendo às necessidades de uma pessoa ou um grupo, ou de uma organização. No contexto organizacional, o valor da informação está vinculado ao seu papel no processo decisório MORESI (2000).

Fornecer valor é oferecer aos usuários um *serviço de qualidade*, com baixo *custo* e em *tempo hábil* MORESI (2000).

A percepção de valor atinge o produto informacional quando atende a uma necessidade específica e atende aos seguintes atributos (Silveira, apud. MORESI, 2000):

- a) Exatidão – grau de liberdade do erro da informação;
- b) Alcance – integralidade da informação;
- c) Conveniência – relevância da informação;
- d) Clareza – grau de ausência de ambigüidade;

- e) Oportunidade – tempo decorrido no ciclo produtivo da informação;
- f) Acessibilidade – facilidade com que a informação pode ser obtida pelo usuário.

Além desses fatores, a forma de apresentação do produto também interfere e influencia o seu valor.

A figura 2 procura equacionar essa percepção de valor, traduzindo os fatores que indicam a qualidade da informação. (MORESI, 2000).

$$\text{Valor} = \frac{\text{Produtos e Serviços x Qualidade}}{\text{Custo x Tempo de resposta}}$$

Figura 2 — A equação do valor de um sistema de informação.

3.1.2. ESTRATÉGIA E INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA:

INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA — Aquela que a organização precisa obter sobre seu ambiente interno e externo, de subsídio ao processo decisório, e capaz de desenvolver estratégias adequadas para provocar mudanças e criar vantagens no mercado, em tempo futuro (MIRANDA, 1999). Implica em monitoramento ambiental.

ESTRATÉGIA — É a ação, gerada a partir de informações estratégicas, que permite à organização diferenciar-se dos concorrentes, assumindo vantagem competitiva no mercado, por apresentar exclusividade na realização de um processo, no oferecimento de um produto ou serviço, ou na exploração de um segmento de mercado (MIRANDA, 1999).

Uma vez assimilados esses conceitos, podemos identificar o *processo de formulação de ações estratégicas* (MIRANDA, 1999), a partir das seguintes etapas:

1. Identificação dos fatores externos (os dados do sistema de monitoramento), para o qual pode utilizar-se técnicas de avaliação do passado (levantamento histórico), a análise sócio-técnica estruturada para análise ambiental (TARAPANOFF, 1984), e de prospecção do futuro, de forma a se verificar os pontos realmente relevantes;
2. Considerar os recursos financeiros, humanos, tecnológicos e materiais disponíveis e necessários, priorizando os fatores que têm maior influência na formulação das ações estratégicas;
3. Seleção, organização, análise e interpretação dos dados, integrando o processo de sintetização e transformação em informação;
4. Nesse momento, a informação sofre processo de julgamento (agregação de valor), constituindo-se em conhecimento, o qual integra o último processo;
5. Processo decisório, no qual são definidos metas e compromissos, além do estabelecimento de alternativas. Neste momento, ocorre a Decisão e as ações dela resultantes.

3.1.3. GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Gestão da Informação (GI) é a maneira eficaz de tratar a informação interna e externa, para uso estratégico no processo decisório das organizações, visando à otimização da performance dessas instituições, sintonizando-as com o

ambiente externo (Blaise Cronin, apud. VIEIRA, 1990).

Sob essa perspectiva, e agregando-se valores, a GI ocupa-se, assim, da administração eficaz da informação e tecnologias associadas, visando à utilização estratégica das mesmas, para que a organização alcance vantagem competitiva de mercado (VIEIRA et al., 1990).

Gestão da Informação, segundo CIANCONI (1998), implica planejar, estabelecer estratégias, diretrizes, metas e modelos referentes à informação, além de desenvolver princípios e técnicas que permitam a sua eficiente organização. Envolve o gerenciamento do conteúdo informacional, da tecnologia utilizada e dos recursos humanos envolvidos em todo o ciclo da informação (coleta, organização, processamento, recuperação e uso).

Os conceitos de gerência de informação (IM), gerência de recursos informacionais (IRM/GRI) e informação como conteúdo, que inicialmente podem confundir-se, diferenciam-se a partir da distinção que se faz entre “informação” compreendida como bem ou recurso – se utilizada no singular –, e os recursos informacionais (instrumentos, serviços, investimentos e usuários) – se utilizada no plural –, para demonstrar a preocupação, tanto com o conteúdo quanto com os instrumentos, de forma a evitar, de um lado, o resultado do uso ineficaz e ineficiente dos instrumentos, e o não atendimento às necessidades dos usuários, de outro. (Horn apud. WIGGINS, 1990).

São quatro os elementos constitutivos da GI: (VIEIRA et al., 1990)

- *Gerência* – a GI dá suporte informacional aos aspectos gerenciais da organização, relacionados à produtividade, necessidades dos clientes e treinamento de pessoal;

- *Tecnologia* – considera as novas tecnologias da informação disponíveis no mercado (comunicação de voz, correio eletrônico, tecnologia ótica, hipermídia e sistemas especialistas, entre outros), com a finalidade de apoiar a tomada de decisão;
- *Informação* – considerando a organização como um sistema de informação, a GI é o “elemento nuclear do planejamento estratégico”, pois reúne as informações necessárias para subsidiar o processo decisório. A partir dessa abordagem, a GI pode atuar no estabelecimento de um sistema de comunicação integralizador de todos os setores organizacionais, e na gerência da tecnologia da informação para o monitoramento do ambiente externo e interno à organização;
- *Ambiente:*
 - a) externo – observa analiticamente todos os indicadores, tentando identificar as oportunidades e ameaças potenciais à organização, transformando-os em vantagem competitiva;
 - b) interno – avalia o potencial realizador da organização para se equacionar proativamente em relação ao ambiente externo.

Com isso, garante o equilíbrio da organização em relação ao ambiente externo e, internamente, que as decisões se transformem em ações (VIEIRA et al., 1990).

A idéia de aplicar as técnicas e metodologias de administração a um determinado sistema social – seja uma organização qualquer – , está associada à sua missão e aos seus objetivos, bem como à sua necessidade de

crescer e perceber as tendências que o cercam e interferem em sua produtividade. (CEPAL/CLADES, 1991)

Assim, todo administrador toma decisão a partir de um modelo conceitual que percebe sobre determinada situação, em que se insere. Esse “modelo conceitual” irá incluir um julgamento da natureza da situação, uma compreensão dos componentes e relacionamentos causais dessa situação, e o reconhecimento das possibilidades de ação e seus efeitos prováveis. Dessa forma, a qualidade da informação depende, em grande parte, da qualidade desse modelo conceitual. (DUFFY & ASSAD, 1989).

Cada vez mais, a gestão está se tornando atividade que leva ao sucesso de uma organização, e que garante melhor uso de seus recursos, traduzindo melhores indicadores de qualidade e produtividade. A gestão da informação assume, pelo menos, duas dimensões: estratégica e operacional. A dimensão estratégica se ocupa do planejamento, da observação do ambiente e da atividade de marketing (observação do mercado, identificação de clientes e oportunidades, interpretação das necessidades, adequação de produtos e serviços e análise da concorrência). No âmbito operacional, a gestão ocupa-se da disponibilização, alocação e consumo de recursos; redução de perdas e desperdícios; capacitação e motivação de recursos humanos; coordenação, harmonização e integração de esforços para a consecução dos objetivos nos prazos esperados; melhoria dos processos de produção e dos atributos do produto ou serviço; identificação e remoção de barreiras e desvios ao trabalho; e a adequação do ritmo e do volume de produção com as necessidades do mercado e disponibilidade de recurso. Assim, a gestão envolve um conjunto de

ferramentas, além de permitir uma visão adequada e uma compreensão do negócio da organização. (RAMOS, 1995).

Para o processo de estabelecimento de estratégias de gestão da informação, entretanto, e sendo a informação entendida como recurso administrativo de apoio à decisão, torna-se indispensável analisar os mecanismos mediante os quais a informação adquire valor econômico. A informação em si mesma não possui valor intrínseco, porém, na medida em que sua utilização efetiva ou potencial apóia algum processo produtivo de bens ou serviços, agrega valor. A partir dessa consideração, o valor da informação varia ao longo do tempo e em função de seu uso, o que dificulta sua mensuração. Além disso, sua contabilização a partir do custo de obtenção é problemática, porque também é de difícil mensuração e porque o custo não reflete necessariamente o seu valor econômico, podendo ser superior ou inferior a ele. Apesar das dificuldades serem grandes, o reconhecimento de seu valor econômico é condição indispensável para a compreensão do papel por ela desempenhado nas organizações, e no processo de gestão. Como a informação nas organizações está intimamente vinculada ao processo decisório, a análise do valor da informação deve, necessariamente, iniciar-se pelo estudo desse valor em um processo decisório, estudado isoladamente. Nesse sentido, "torna-se mais fácil a partir da exemplificação de uma situação com informação incompleta, em que o valor esperado de uma decisão imperfeita corresponde ao somatório dos valores correspondentes aos diversos resultados possíveis, ponderados pela probabilidade de ocorrência de cada um dos resultados". A aplicação desse enfoque encontra, evidentemente, inúmeros obstáculos, mas o que importa

saber é que esses obstáculos não comprometem a importância desse modelo como instrumento referencial (MONTEIRO, 1997).

A informação que agrega valor, gera conhecimento. A informação vale pelo resultado obtido a partir de seu uso. A análise da informação, em seu sentido formal, pode ser entendida de duas maneiras: voltada para os dados, centrada no conteúdo, cujo objetivo é mostrar a legitimidade, a qualidade e a precisão dos dados; se voltada para o problema, a motivação centra-se no usuário, e seu objetivo é ajudar o usuário a resolver um problema, esclarecer uma situação ou tomar uma decisão. O cálculo do custo da informação considera o número de horas que se espera levar para executar um serviço, além da estimativa das tarifas dos bancos de dados on-line. (OBERTHOFER, 1991; KIELGAST & HUBBARD, 1997).

As chamadas “organizações inteligentes” usam o capital intelectual da organização para provocar mudanças e gerar conhecimento, monitorar o ambiente interno e externo, desenvolver a percepção e construir significados pela interpretação dos fatores ambientais, aprender com suas experiências passadas, modelar sua estrutura a partir do alinhamento organizacional com suas estratégias e desenvolver ações baseadas nessa interpretação e nos modelos mentais criados a partir dessa interpretação (CHOO, 1998).

O capital intelectual constitui a matéria intelectual (conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência) que pode ser utilizada para gerar riqueza. É a capacidade mental coletiva. Na era industrial, eram a terra, os recursos naturais, a energia e o trabalho. Administrar o capital intelectual (encontrar, estimular, armazenar, vender e compartilhar), tornou-se a tarefa econômica

mais importante dos indivíduos, das empresas e dos países. A tecnologia da informação é o instrumento gerencial. (STEWART, 1998).

Na empresa voltada para o conhecimento (a organização inteligente de Choo), a informação começa a assumir uma realidade própria, separada dos bens físicos, que pode ser dissociada do movimento físico dos bens e serviços, embora, paradoxalmente, torne-se uma realidade tão tangível quanto as coisas materiais. Como consequência, os ativos intelectuais e físico/financeiros podem ser gerenciados juntos, ou podem ser gerenciados um em relação ao outro (STEWART, 1998).

Os ativos baseados no conhecimento , segundo Hugh MacDonald (apud STEWART, 1998), são o conhecimento existe em uma organização e que pode ser usado para criar vantagem competitiva. Assim a inteligência torna-se um ativo quando se cria uma ordem útil a partir da capacidade intelectual geral; ou seja, quando assume uma forma coerente, que permita ser descrita, compartilhada e explorada. “O capital intelectual é o conhecimento útil em nova embalagem” (STEWART, 1998).

Embora Stewart critique duramente a pirâmide informacional de Urdaneta, faz colocações interessantes, quando apresenta a estrutura do capital intelectual nas organizações, citando Hubert Saint-Orange:

a) capital humano (pessoas)

é a fonte de inovação e renovação, seja em decorrência de um *brainstorming* em um laboratório, ou de novas “dicas” no caderno de anotações do representante de vendas;

b) capital estrutural (estrutura organizacional)

é o que transforma o capital humano e permite seu uso repetido para a criação de valor;

c) capital do cliente (clientes)

é o valor dos relacionamentos de uma empresa com as pessoas com as quais faz negócios ou presta serviços.

Cada um desses elementos pode ser medido e direcionado para investimento. Todos são intangíveis e refletem os ativos de conhecimento da organização. No entanto, descrevem coisas tangíveis para gerentes e investidores. Compartilhar e transmitir conhecimento exige ativos intelectuais estruturais, como sistemas de informação, laboratórios, inteligência competitiva, conhecimento dos canais de informação e foco gerencial, que transformam o *know-how* individual em propriedade de um grupo. Assim como o capital humano, o capital estrutural só existe no contexto de um ponto de vista, uma estratégia, um propósito (STEWART, 1998).

O capital humano é formado e empregado quando as pessoas de uma organização dedicam uma parte do seu tempo e do seu talento em atividades que resultem em inovação. Para liberar o capital humano que já existe na organização é preciso minimizar as tarefas irracionais, o trabalho burocrático, inútil, e as competições internas (STEWART, 1998).

Como o capital humano se dissipa com facilidade, por ser tácito, é preciso concentrá-lo. Para tanto, é preciso que a inteligência organizacional, como qualquer outro ativo, seja cultivada no contexto da ação (STEWART, 1998).

As organizações inteligentes sabem como tirar proveito do capital humano para criar ativo organizacional (STEWART, 1998).

O objetivo da Gestão da Informação é fazer uso de recursos informacionais e competências a fim de que as organizações sejam capazes de “aprender” e se adaptarem aos novos paradigmas organizacionais (CHOO, 1998). Encontramos em Choo (1998) um modelo de gestão da informação que envolve 6 processos chaves, formando um ciclo contínuo e retroalimentado:

- identificação das necessidades de informação;
- aquisição da informação;
- organização e armazenamento da informação;
- desenvolvimento de produtos e serviços de informação;
- distribuição da informação; e
- uso da informação.

A seleção e uso de fontes de informação, por parte dos usuários, envolvem alguns critérios (CHOO, 1998):

- acessibilidade;
- habilidade em oferecer informação relevante e confiável;
- riqueza do canal de informação, entre outros.

3.1.4. MONITORAMENTO TECNOLÓGICO DE INFORMAÇÕES

Dentro da abordagem de Gestão da Informação, quem atua em gerência da informação como apoio a processos decisórios, deve adotar uma postura voltada para o desempenho organizacional, preocupando-se com as mudanças ambientais e com a capacidade da organização em antecipar-se ou reagir a essas mudanças (VIEIRA et. al. (1990) e RAMOS (1995).

Desempenho organizacional é o resultado de todos os esforços e atividades realizadas dentro de uma organização (BENNETT, 2001). Muitas vezes, os problemas de eficiência organizacional não se encontram na falta de estratégias adequadas, mas na incapacidade da empresa em implementá-las, mesmo quando são claras. A chave para a melhoria do desempenho não se encontra, pois, em enunciar novamente a missão e objetivos da organização, ou em exercer pressão para se obter melhores resultados; mas situa-se nas mudanças do ambiente organizacional que visem incentivar um processo decisório alinhado às estratégias e aos objetivos traçados. Para tanto, é preciso definir uma abordagem para estudar a organização e definir atividades essenciais e determinar atributos organizacionais, visando desenvolver um modelo organizacional adequado (BENNETT, 2001):

- em primeiro lugar, realizam-se várias sessões de *brainstorming*;
- em seguida, coletam-se os dados;
- os dados são sintetizados, identificando-se algumas questões referentes ao desempenho organizacional;
- formulam-se algumas hipóteses ou alternativas, em respostas àquelas questões;
- dentre as várias respostas, seleciona-se aquela considerada mais adequada e de consenso;
- detalha-se a solução escolhida, usando a abordagem definida para o estudo da organização (Benett recomenda uma abordagem baseada em processos, que, embora vestígio do “boom” da reengenharia do final dos anos 80, pode alcançar resultados positivos).

A abordagem sócio-técnica estruturada, entendida como uma abordagem teórico-sistêmica de análise organizacional global, considera os fatores internos e externos à organização. Quando se fala em desenvolvimento organizacional, há que se considerar três fatores que representam sua estrutura orgânica — estrutura organizacional, contexto de atuação e perspectivas futuras —, revelando a sua interação com o meio ambiente, os quais fornecem uma melhor compreensão do desenvolvimento organizacional, e implicam em ferramentas teóricas para um exame sistemático das dimensões futuras da organização. Surge, assim, a partir dessa análise, a atividade de planejamento, como processo prospectivo, "na medida em que impõe futuro a ações presentes", uma vez que congrega técnicas e posturas administrativas, proporcionando as condições para a avaliação de situações futuras resultantes das decisões presentes, em função dos objetivos organizacionais, permitindo à organização assumir uma postura estratégica. O monitoramento prospectivo, juntamente com a vontade estratégica e a mobilização coletiva, compõem a cultura estratégica que dará impulso à organização moderna "rumo à competitividade e à excelência" (TARAPANOFF, 1995).

O termo monitoramento vem do francês *veille* (velar, monitorar), que significa estar à frente, montar guarda, ficar de vigília durante o período consagrado ao sono. Aplicado à organização, implica em vontade e permanência como estímulos à decisão de "institucionalizar um sistema de informação para a empresa". Questionando-se sobre o conteúdo da informação, sua aceção é enriquecida pelo conceito de inovação, mediante a atividade de monitoramento tecnológico. (LAUTRÉ, 1992)

Melhor entendido, “organizar um sistema de monitoramento na empresa implica o conhecimento dessas redes informacionais e, notadamente, dos sistemas de informação documentária (SID) existentes, de forma a estudar a inserção do sistema de informação estratégica (SIE) no seu meio” (LAUTRÉ, 1992).

“O primeiro critério que distingue a informação documentária (ID) da informação estratégica (IE) é dado pelo próprio objetivo da informação a obter e a tratar, cujo caráter deve ser inovador”, sendo esse atributo que define as características da inovação estratégica. Acrescenta-se a isso, que o objetivo do monitoramento informativo é coletar informações de alto valor agregado em um determinado campo, permitindo à empresa “verificar se essas informações coletadas são determinantes para o sucesso e os prejuízos de suas escolhas estratégicas”. (LAUTRÉ, 1992)

O monitoramento tecnológico preocupa-se em "detectar a inovação que leva à mudança" (TARAPANOFF, 1995). Tendo como objetivo a gestão estratégica, mediante o monitoramento sistemático, permitirá à organização melhor adequar-se às necessidades futuras. A alta gerência deve decidir que tipo de informação coletar, onde encontrá-la, como e sob que forma valorizá-la, e a quem envolver. "Esse acompanhamento sistemático proporciona colher informações que permitam à empresa criar estratégias e colabora no processo de tomada de decisão, visando salvaguardar a competitividade, notadamente aspectos do nicho de mercado ocupado e as possibilidades de modernização, crescimento, desenvolvimento e mudança nos processos" (TARAPANOFF, 1995).

Entre os objetivos específicos, destacamos:

- Colocar em alerta a organização, a fim de elaborar estratégias de ação;
- Visualizar em que medida as inovações tecnológicas podem provocar mudanças e afetar processos;
- Visualizar melhor o contexto de atuação da organização, por meio do conhecimento das ações de outras empresas;
- Permitir o desenvolvimento integral da empresa, por intermédio da coleta e informações qualitativas que assegurem o processo decisório.

Sob outro aspecto, "a monitoração é uma atividade de inteligência, incluída como técnica de antecipação do futuro, ora vista de modo amplo, ora vinculada a prognóstico" (VIEIRA, 1998). Nesse sentido, alguns conceitos básicos inerentes ao conceito de monitoração devem ser explicitados, para maior compreensão: projeção — extensão para o futuro, com base no passado —; prognóstico — avaliação de tendências com base em análise de probabilidade —; prospectiva — análise de futuros possíveis ou cenários, realizada em base qualitativa ou quantitativa —; e planejamento — concepção de um futuro desejável e dos meios para alcançá-lo. "Qualquer dessas formas pode constituir-se em prognóstico, caso seja expressa em bases quantitativas" (VIEIRA, 1998).

A monitoração, entendida como "investigação do ambiente em busca de informação pertinente, envolvendo vigiar, observar, verificar e manter-se a par dos desenvolvimentos dentro da área estabelecida", pode ser focalizada ou contextual: "focalizada será demandado estado-da-arte sobre terminologia específica, estudos mercadológicos ou prospectiva tecnológica; sendo

contextual, a demanda poderá recair em cenários e tendências, a fim de permitir a antecipação de mudanças e planejamento de inovação" (PORTER et al. apud. VIEIRA, 1998).

Os objetivos da monitoração, segundo o autor, são:

- identificar eventos técnico-científicos ou sócio-econômicos importantes à organização;
- definir ameaças potenciais à organização, implícitas nos eventos identificados;
- buscar oportunidades para a organização, implícitas nas mudanças ambientais;
- alertar a administração quanto ao movimento convergente, divergente, acelerante ou desacelerante das tendências.

Ao nível de planejamento e operação são objetivos e modo de implementação (PORTER et al., apud. VIEIRA, 1998):

a) objetivos:

- identificar sinais significativos;
- visualizar suas implicações para a organização;
- colher informações para aprofundar a análise;
- interpretar as evidências e inter-relações;
- sintetizar os resultados;
- comunicá-los à direção de forma a promover ações eficazes.

b) Implementação:

- a monitoração informal pode ser realizada por qualquer técnico que domine o assunto (mesmo sem delegação superior), enquanto a formal pode ser coordenada por um técnico apoiado por serviços externos de informação (clipping, newsletter, busca em base de dados, consultoria para estudos de monitoração) ou por especialistas da própria organização;
- pode ser centralizado junto ao planejamento estratégico ou disperso nos diversos setores da organização.

A condução da atividade de monitoramento pode ter as seguintes fases, segundo ASHTON et. al. (citado por VIEIRA, 1998),:

- a) identificar os usuários e definir suas necessidades informação;
- b) preparar um plano de monitoração (delimitação de áreas e/ou tecnologias, decisão sobre estrutura organizacional, definição das competências necessárias e disponíveis, técnicas e instrumentos a serem utilizadas, seleção de fontes, definição de informações-alvo);
- c) adquirir as fontes de materiais (bases de dados, jornais, periódicos especializados, publicações de negócios, estudos encomendados);
- d) analisar os dados obtidos (segundo as fontes e o contexto, fazendo as avaliações, comparações e correlações necessárias);
- e) disseminar os produtos de monitoração (relatórios, apresentações formais, e-mails, relato verbal informal);

- f) avaliar o desempenho da monitoração (processo e resultados, de modo formal e informal).

Instrumentos de coleta de dados para monitoração (FRIGSTAD apud. VIEIRA, 1998):

- survey por correspondência (correio convencional ou eletrônico);
- entrevistas telefônicas e pessoais;
- revisão de literatura sobre produtos;
- grupo focal (*focus groups*);
- pesquisa secundária (literatura científica, tecnológica e técnica, bases de dados);
- pesquisa em salões de exposições e feiras.

A monitoração sugere investigar sinais de alarme nos seguintes aspectos (GOODRICH (citado por VIEIRA, 1998):

- tecnológicos — estágio de inovação da tecnologia, desempenho técnico, tendências, compatibilidade com tecnologias complementares e novos processos gerenciais;
- econômicos — caracterização de mercado, custos em P&D, produção, distribuição e manutenção futura do produto, expectativa de retorno, patenteamento e investimento de risco;
- políticos — leis e regulamentos sobre a tecnologia, perspectivas de mudanças legais ou políticas;
- social — dados demográficos que possam afetar a tecnologia;

- ecológico — impactos ambientais de tecnologias similares e de tecnologias em uso.

3.1.5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Sistema de informação “é um sistema sócio-técnico, cujos componentes são indivíduos, tarefas e equipamentos necessários ao seu funcionamento. A especificação de um sistema de informação é o conjunto de atividades que permitem definir seus requisitos de informação, ou seja, sua arquitetura funcional” (DIAS, 1985).

A figura 3 apresenta o ciclo de vida de sistemas (DIAS, 1985):

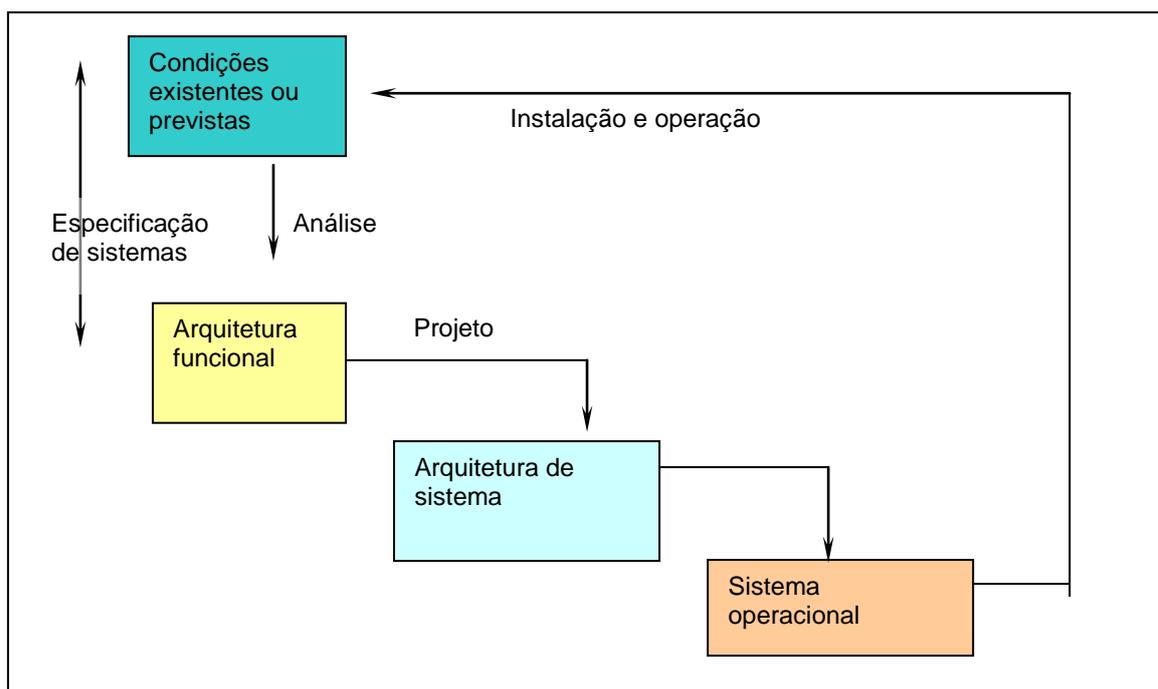


Figura 3 — O ciclo de vida de sistemas

Planejar sistemas de informação em uma organização é “definir uma estrutura de sistemas que traga o maior benefício possível à organização e que a ajuda a operar de maneira eficaz. Para isso é necessário um perfeito entendimento

do negócio, dos objetivos, do estilo gerencial e do ambiente externo à organização. Para obter sucesso, os sistemas de informação devem orientar-se para as áreas da organização que sejam críticas” (DIAS, 1985).

Implantar um sistema de informação em uma organização implica nela intervir visando uma mudança em seu estado (DIAS, 1985). Essa intervenção afeta os diversos subsistemas da organização:

- a) o subsistema técnico é afetado por meio da introdução de novas tecnologias, equipamentos e métodos de trabalho, e por utilizar novas formas de realizar tarefas;
- b) o subsistema social é afetado pela mudança na estrutura do relacionamento entre as pessoas, em decorrência das novas formas de executar as tarefas, e pelo impacto nos indivíduos das novas tecnologias e métodos de trabalho;
- c) o subsistema político é afetado pela necessidade de novas estruturas organizacionais necessárias para a tomada de decisão e operação da organização, e pelas novas relações de poder que ocorrem cada vez que há uma mudança na organização e novos grupos e indivíduos obtêm informações privilegiadas e sobre elas exercem controle.

A figura 4 apresenta um modelo teórico de organização (DIAS, 1985):

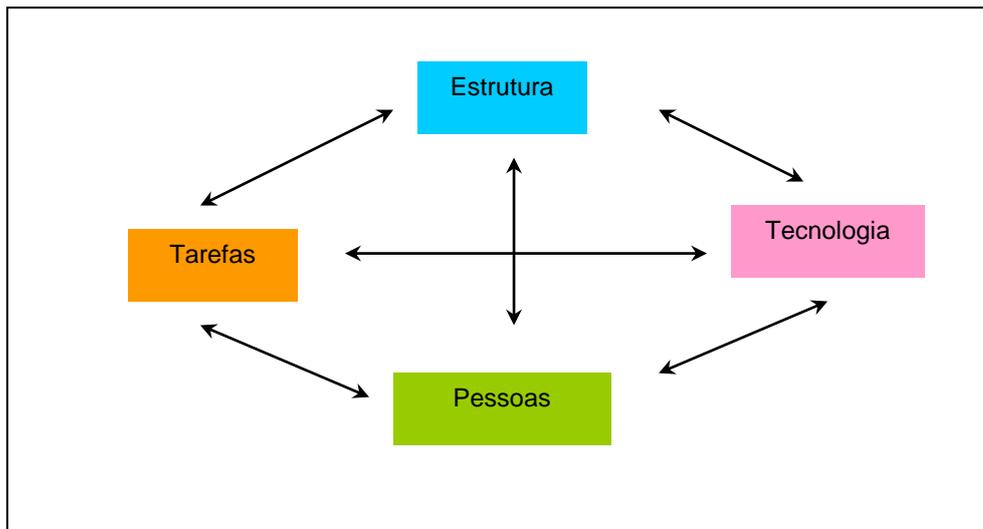


Figura 4 — Modelo teórico de organização

Estrutura – refere-se à maneira pela qual o trabalho é dividido em tarefas distintas e como é feita a coordenação entre as tarefas;

Tarefas – são as atividades realizadas pelas pessoas e que são por elas consideradas sua responsabilidade no trabalho;

Pessoas – inclui fatores psicológicos (necessidades, objetivos e motivação);

Tecnologia – refere-se a equipamentos e técnicas disponíveis (recursos).

Diversos enfoques podem ser usados para definir como serão estabelecidas as tarefas que serão executadas pelas pessoas nas organizações. Entre eles, destaca-se o enfoque do sistema sócio-técnico, desenvolvido originalmente pelo Tavistock Institute, na Inglaterra. O enfoque sócio-técnico “considera que existe sempre um sistema social operando em conjunto com qualquer sistema tecnológico e que é impossível otimizar o rendimento global do trabalho, sem procurar otimizar conjuntamente estes dois sistemas correlacionados e interdependentes. No enfoque sócio-técnico nós grupamos as tarefas tecnicamente relacionadas e as alocamos em grupos de trabalho. Estes grupos têm a responsabilidade de (1) alocar tarefas entre seus membros, (2) treinar

seus membros de tal maneira que, eventualmente, cada indivíduo seja capaz de executar todas as tarefas, (3) auto-avaliar seu desempenho, (4) auto-ajustar-se às mudanças requeridas pela variabilidade e (5) participar da definição de objetivos para o grupo” (DIAS, 1985).

Galbraith³, segundo DIAS (1985), para controlar a incerteza na execução das tarefas, associa essa incerteza com a necessidade de processar informações e mostra como se relacionam (processamento de informações e incerteza) com a estrutura da organização. Propõe um modelo organizacional que “encara organizações como redes de processamento de informações e sugere estratégias para manter a incerteza em um nível adequado ao funcionamento eficiente da organização”.

Essas estratégias agem, em geral, de duas maneiras:

- a) reduzem a quantidade de informação que é processada na organização;
- ou
- b) aumentam a capacidade de processamento de informações na organização.

Uma das estratégias propostas por Galbraith para se conseguir este segundo objetivo é investir em sistemas de informações.

O sistema de informações é um sistema aberto e o principal elemento de comunicação dos sistemas gerenciais com seus ambientes (DIAS, 1985). As características dos sistemas abertos são:

- a) interdependência e inter-relação de objetos, atributos e eventos — essas inter-relações podem ser simbióticas (quando as partes não podem

³ GALBRAITH, J.R. *Organization design*, Addison-Wesley, 1977, Reading, Massachusetts.

- funcionar isoladamente), ou sinérgicas (quando existe uma ação combinada entre as partes, de modo que o resultado da ação simultânea é diferente do resultado da ação independente);
- b) globalidade — o sistema é um todo que não pode ser subdividido sem a perda de suas características essenciais;
 - c) orientação para objetivos — devem estar de acordo com os objetivos reais do sistema;
 - d) transformação de entradas em saídas — onde as devem ser consumidas em outros sistemas, no próprio sistema, ou no sistema ecológico (desperdício);
 - e) entropia — mede o grau de energia degradada, ou grau de desorganização existente em um sistema. Um sistema social necessita obter informação do meio ambiente para manter baixo o seu grau de desorganização (entropia negativa);
 - f) controle — os sistemas possuem mecanismos de controle (*feedback*) que procuram fazer com que os objetivos estabelecidos sejam alcançados (figura 5);

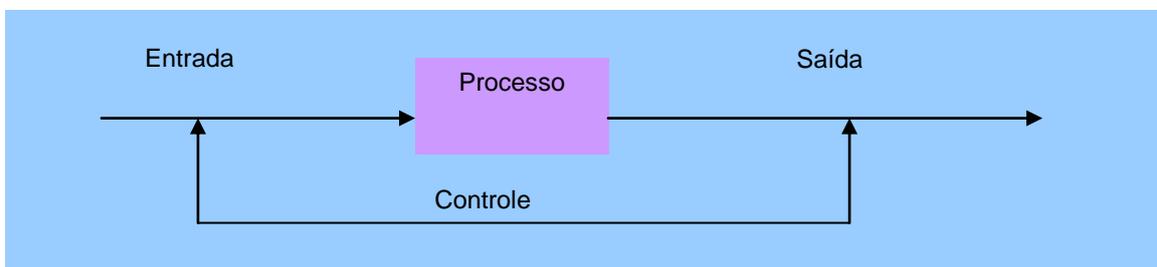


Figura 5 — Controle

- g) hierarquia — um sistema pode sempre ser decomposto em sistemas menores (subsistemas) e sempre associa-lo a um sistema maior (macrosistema), do qual faz parte.
- h) eqüifinalidade — propriedade de atingir um determinado objetivo, partindo de diferentes condições iniciais. Isso é possível pela sistemática de interação do sistema com o meio ambiente, a qual é regulada pelos mecanismos de controle (*feedback*) do sistema.

A organização é o macrosistema onde se aloja o novo sistema de informação, e que deve atuar no sentido de tornar a organização mais eficaz e eficiente ao buscar alcançar seus objetivos. Um conhecimento amplo e claro da organização é que nos permitirá especificar sistemas de informação de qualidade (DIAS, 1985).

O autor nos apresenta um modelo para o estudo de Teorias da Organização (Figura 6).

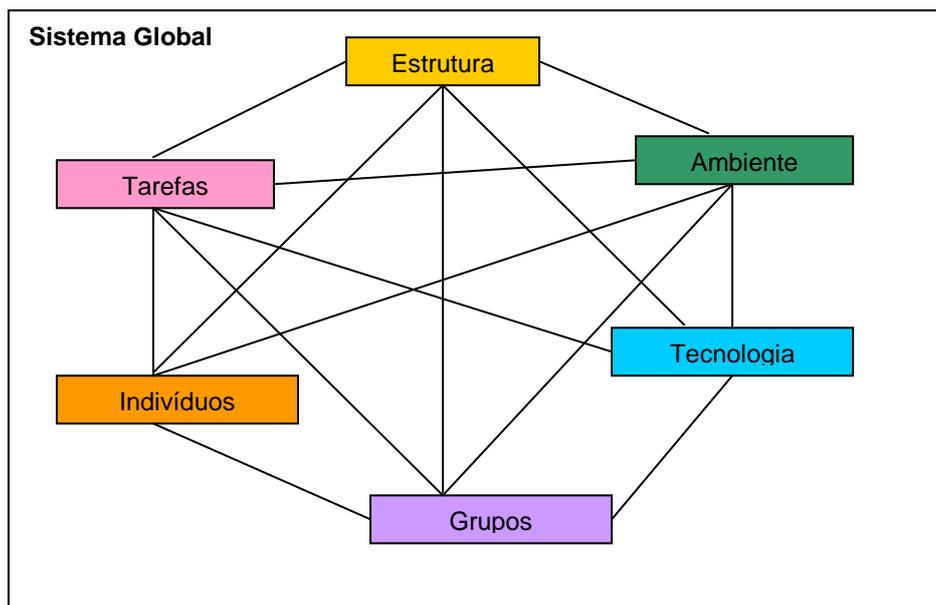


Figura 6 — Modelo para o Estudo das Teorias da Organização

Nesse modelo, os conceitos emitidos são analisados segundo seus parâmetros (aspectos chaves):

- a) estrutura — divisão do trabalho, distribuição do poder, departamentalização ou especialização e coordenação;
- b) tarefas — diversidade, complexidade, variabilidade;
- c) indivíduos — habilidade e competência, motivação, aspectos psicológicos, hábitos e atitudes, propósitos;
- d) grupos — mecanismos de decisão, liderança, organização do trabalho, cultura, objetivos, motivação, conflito;
- e) tecnologia — complexidade, mudança, taxonomia;
- f) ambiente — método de interação, influência, poder, variabilidade, componentes;

- g) sistema global — objetivos, sistemas formal e informal, eficiência e eficácia, planejamento e controle, ideologia, cultura.

3.1.6 SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL:

Os sistemas de informações, conforme TARAPANOFF (1995), caracterizam-se por seu ciclo produtivo (ciclo documentário), inserido no ciclo informacional, compondo a cadeia informacional, cuja abrangência engloba quatro processos básicos: produção, distribuição, aquisição e uso. Sob o enfoque organizacional, os sistemas de informação interagem com seu meio ambiente externo (geral e específico) e interno (institucional), oferecendo subsídios ao processo decisório, já que é por meio da análise global dos elementos ambientais, confrontados com seus problemas e oportunidades, que o administrador obtém a informação que vai gerar a ação. Assim, o processo decisório deve basear-se num sistema de informações estratégico/administrativo (Figura 7).

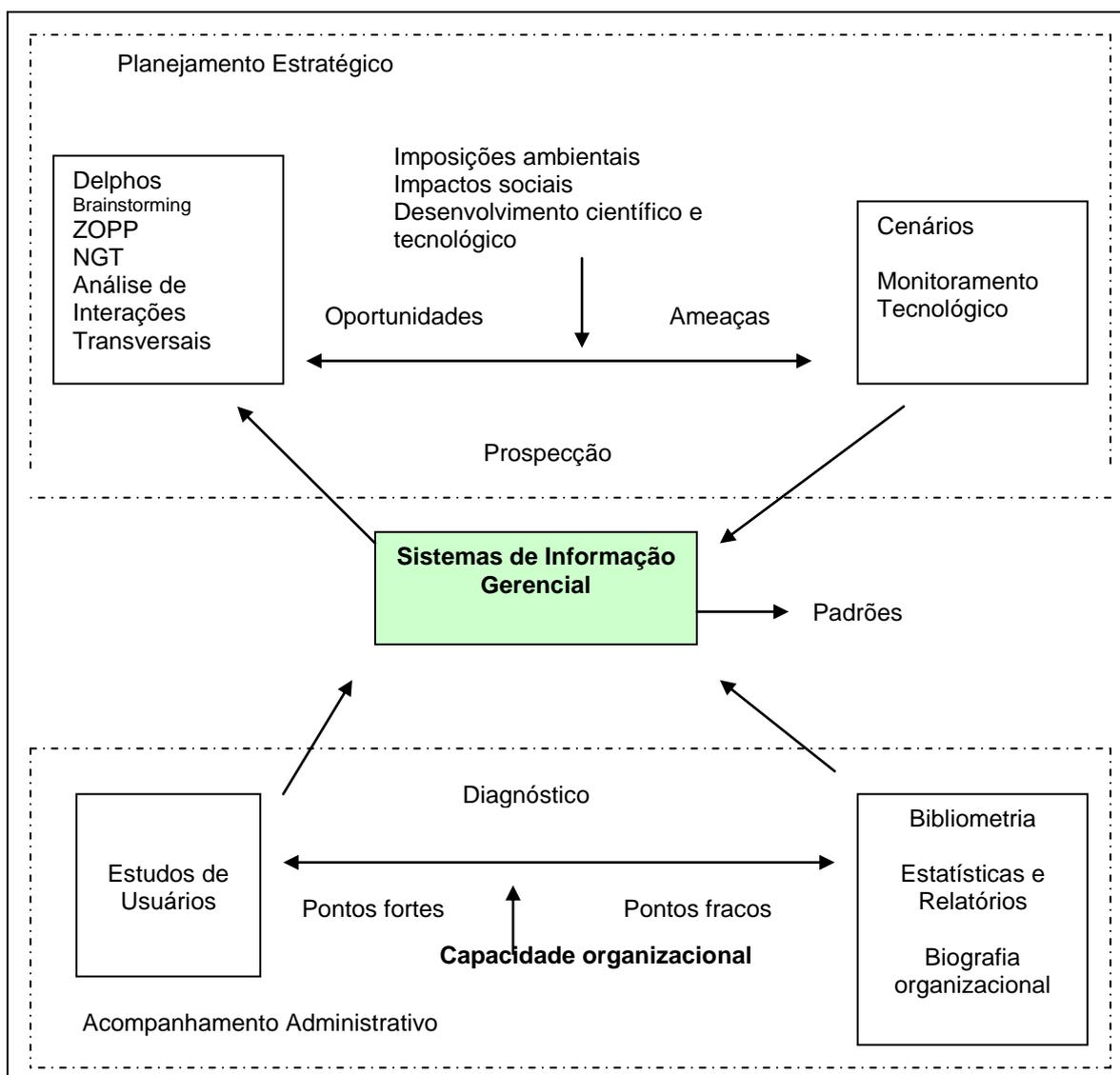


Figura 7 — Sistema de Informação Estratégico/administrativo (TARAPANOFF, 1995)

O Sistema de Informações Gerenciais (SIG) é um processo de transformação de dados em informações utilizadas no processo decisório da empresa, e é representado pelo conjunto integrado de subsistemas que o compõem, gerando informações de apoio à decisão (OLIVEIRA, 1998).

Deve estar preparado para coletar e fornecer informações internas e externas ao sistema, auxiliando a consolidar o “tripé básico de sustentação organizacional: qualidade, produtividade e participação”, proporcionando a

sustentação administrativa para otimizar os resultados esperados. (TARAPANOFF, 1995).

O Esquema básico do SIG não detalha o método operacional a ser utilizado, mas permite identificar as informações básicas necessárias a cada subsistema e seu relacionamento com os demais (OLIVEIRA, 1998).

O acompanhamento administrativo, expresso no diagnóstico, baseia-se em indicadores previamente definidos pelo planejamento estratégico, traduzindo-os em política e objetivos específicos relacionados ao processo documentário, desenvolvendo seus próprios padrões (indicadores) de qualidade. (TARAPANOFF, 1995).

Para a coleta de dados que subsidiam o sistema de informação estratégico/administrativo, ou sistema de informação gerencial, a organização vale-se de técnicas e métodos do planejamento estratégico, e que diferem quanto ao uso para a decisão estratégica — vinculada ao ambiente externo (prospecção) — ou para a decisão interna — referente ao acompanhamento administrativo (diagnóstico), centrando no usuário sua medida de eficácia e efetividade da organização (TARAPANOFF, 1995).

Centrada no usuário, preocupada com produtos e serviços, com as relações de custo x benefício, e com uma equipe engajada e motivada, a gestão da qualidade, mediante a utilização das técnicas voltadas para a Qualidade, permite identificar os pontos fortes e fracos da unidade informacional para melhor determinar a sua capacidade de resposta às diretrizes propostas.

As técnicas da qualidade definem os padrões esperados pela atuação interna do sistema informacional para chegar às estratégias estabelecidas em nível de prospecção (TARAPANOFF, 1995).

A abordagem sócio-técnica estruturada, por sua natureza sistêmica de análise organizacional global, considera os fatores internos e externos à organização. Podemos encontrar a aplicação dessa metodologia nos trabalhos de KLAES (1991), que estudou a problemática de tomada de decisão para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias, e o estudo de CARVALHO (2000), que estudou o ambiente de atuação de provedores de informação em química e engenharia química, no Brasil e no Reino Unido.

3.1.7. INFORMAÇÃO E PROCESSO LEGISLATIVO:

São três as funções do Legislativo (Antonio Rosa, citado por LIMA, 1990):

- a) o debate dos problemas da sociedade;
- b) a elaboração das leis; e
- c) a fiscalização do Executivo.

Ao exercer suas funções, o legislativo se defronta com necessidades de informação, a nível interno e externo: (CUNHA, 1987)

- a necessidade interna está vinculada à sua atuação como casa legislativa, com todas as prerrogativas e peculiaridades ambientais que a caracterizam e envolvendo todas as suas atividades;
- a necessidade externa refere-se à participação nos desafios de informação a nível governamental, situação em que deve julgar (grifo

nosso) informações obtidas em sistemas de informação, ao exercer sua função de fiscalização do Executivo.

Além disso, deve responder às pressões do Executivo, cujo poder de legislar vem crescendo continuamente, exigindo profundas mudanças no perfil do Legislativo — e dos parlamentares —, até para refletir as mudanças que a própria sociedade vem sofrendo, e para poder apresentar padrões mais exigentes de necessidades de informações, no desempenho de suas funções. (CUNHA, 1987).

A função legislativa de elaboração de normas constitui processo de decisão, e envolve maior ou menor participação dos parlamentares, em cada uma de suas fases, demandando o uso de informações mais ou menos intenso: (MEZEY, apud. CUNHA, 1987)

- a) *formulação* — identificadas, manifestadas ou percebidas as necessidades, o sistema político deve formular respostas adequadas — o processo se inicia mediante pesquisas, produzindo informações pertinentes que irão subsidiar o processo de geração de alternativas a serem oferecidas aos decisores finais, e culmina com a apresentação de uma proposição formal, pelo legislador, correspondendo à expectativa dos segmentos sociais diretamente interessados na matéria. A participação do legislador nessa fase é de iniciativa, sob forma de consulta — a do staff legislativo é de gerador de alternativas, em forma de pareceres e minutas. O produto final é a proposição formal.
- b) *decisão* — essa fase representa estágio deliberativo, quando as opções já se encontram delimitadas, as informações sobre a matéria já se encontra reunida em grande parte, embora buscas adicionais se façam

necessárias. Nessa fase, a proposta é discutida, alterada — se for o caso —, e são tomadas decisões quanto à aprovação, rejeição, ou adiamento da decisão. A participação do legislador é de ação (deliberação);

- c) *implementação* — encontro de decisões, quando se formulam normas que tornam as decisões gerais aplicáveis a casos particulares. As decisões são explicadas aos executores, para que produzam efeito (eficácia da lei). Nesse momento, cabe uma avaliação das decisões quanto à alteração, revogação, ou ampliação. A participação do legislador nessa fase é de fiscalização ou defesa da ação e/ou orientação governamental.

As funções de fiscalização do Executivo e debate dos problemas sociais posicionam o Legislativo como intermediário entre a sociedade e o Governo, na defesa de seus interesses e na retificação de abusos administrativos, questionando e debatendo a política do governo, propondo políticas alternativas na condução de assuntos públicos (CUNHA, 1987). Essa tarefa exige do parlamento sensibilidade e sintonia com os anseios da população, e visibilidade e legitimidade em suas ações. "*A real compreensão das decisões que precisam tomar será decisiva para a democracia parlamentar*" (citado por Poole, 1973, apud. CUNHA, 1987, sobre pronunciamento na 3ª Conferência Parlamentar e Científica do Conselho da Europa. Grifo no original.).

Para ser um parlamentar, uma vez eleito, não é necessário qualquer conhecimento específico; porém, sem o conhecimento íntimo da matéria em debate e não conhecendo os problemas sociais do país, torna-se impossível exercer a atividade de legislador. A informação é, pois, insumo básico, oriundo

de diversas fontes e sob diversas formas, nas mais diversas versões. (LIMA, 1990).

Devido às características intrínsecas do corpo do Legislativo, considerado heterogêneo, com necessidades de informação e interesses variados e “cambiantes”, a sua relação com a informação – para analisar e absorver esse grande volume de dados e informações – torna-se extremamente difícil. Surge, então, a necessidade do intermediário, do “staff legislativo”, do assessor parlamentar – personagem com a atribuição de, material e intelectualmente, digerir a informação recebida, não processada, e transformá-la em informação política (LIMA, 1990).

Um assessor é um “analista de dados e fatos”, cujo papel junto ao parlamentar, além de auxiliá-lo na tarefa a que se destinam, é fornecer informações de seu interesse ou da comunidade que representa, interpretá-las a partir de dados e documentos, ou ainda preparando minutas ou pareceres das proposições. (LIMA, 1990). Como proposição entendemos toda matéria sujeita à tramitação, cujo processo legislativo pode ser deflagrado, respeitando-se as matérias de iniciativa privativa de sua competência (NUNES, 1997).

O processo legislativo, conforme previsto na Constituição Federal, pode ser definido como sendo o “conjunto de atos e de tramitações necessários à elaboração das leis”, e envolve aspectos políticos e técnicos. Os aspectos políticos referem-se aos ideológicos e partidários, enquanto os técnicos envolvem redação e tramitação das proposições (LIMA, 1990).

O processo legislativo é constituído “por um conjunto de atos realizados de forma ordenada e seqüenciada” (NUNES, 1997), e compreende as seguintes etapas (CANTIZANO, 1985):

- a) iniciativa;
- b) elaboração;
- c) discussão ou tramitação;
- d) deliberação ou votação;
- e) sanção ou veto;
- f) promulgação;
- g) publicação.

O processo legislativo local, previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal, visa à elaboração de: (DISTRITO FEDERAL, 1993)

- I. emendas à Lei Orgânica;
- II. leis complementares;
- III. leis ordinárias;
- IV. decretos legislativos;
- V. resoluções.

O processo decisório no âmbito dos poderes legislativos, estruturas de poder de caráter pluralista, “pode ser identificado como um sistema de diálogo embasado na negociação, no entendimento e na busca de consenso”, onde interagem as forças políticas que o compõem, estabelecendo um certo grau de cooperação e de integração. (NUNES, 1997).

No âmbito do Distrito Federal, a Lei Orgânica atribuiu à Câmara Legislativa competência privativa para dispor o seu Regimento Interno e estabelecer as regras aplicáveis à produção legislativa (DISTRITO FEDERAL, 1993).

Além das informações que compõem o processo legislativo, a Câmara Legislativa do DF deve contar ainda, segundo seu Regimento Interno, art. 13, com um conjunto de serviços administrativos, sob a direção da Mesa Diretora. (DISTRITO FEDERAL, 1996).

A Resolução 034, da Câmara Legislativa do DF (DISTRITO FEDERAL, 1991), institui a estrutura administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal e determina as atribuições dos órgãos que a compõe.

Para exercer suas funções, a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) precisa apoiar-se em um sistema de informações documentárias (bibliográficas, arquivísticas e legislativas) e um sistema de informações estratégicas (de apoio à decisão), integrados em um sistema estratégico/administrativo, responsável pela coleta, processamento e monitoramento dessas informações.

3.2. CONCLUSÃO DA REVISÃO:

Considerando a Gestão da Informação como um processo que envolve organização, análise, transferência, aproveitamento e geração da informação, para uso estratégico no processo decisório, visando à eficiência organizacional, as organizações devem dispor de um sistema de informação administrativo/estratégico eficiente e eficaz, fornecendo os insumos informacionais necessários à transformação das decisões em ações, de acordo com as estratégias organizacionais.

O processo de estabelecimento das estratégias organizacionais implica analisar os mecanismos de agregação de valor da informação na organização e em monitoramento ambiental.

Um sistema de informações é composto de indivíduos, tarefas e equipamentos, e é constituído de subsistemas (técnico, político e social), os quais devem ser considerados na modelagem do sistema de informação.

A grande vantagem, para o estudo da organização, do enfoque sócio-técnico é ressaltar a existência de um sistema social operando em conjunto com qualquer sistema tecnológico. Sob esse enfoque, podemos agrupar tarefas tecnicamente relacionadas e alocá-las em grupos de trabalho constituídos por afinidades e competências.

Nesse sentido, a organização é o macro sistema onde se aloja o sistema de informação, e é constituída de redes de processamento e relacionamentos, expressa no modelo organizacional, pela interação de atributos organizacionais e orientado para objetivos.

O sistema de informação estratégico/administrativo, ou sistema de informação gerencial (SIG), permite que a organização interaja com seu ambiente, transformando dados em informações e fornecendo informações de apoio à decisão.

Para exercer sua função legislativa, a Câmara Legislativa do DF (CLDF) deve responder às ansiedades da população do Distrito Federal, atuando como mediadora entre o Executivo local e a sociedade, e se defronta com necessidades de informação referente aos desafios característicos à atividade parlamentar diante das mudanças que estão ocorrendo na sociedade, e que se reflete no perfil do Legislativo.

Para auxiliar no desenvolvimento das atividades parlamentares, a CLDF conta com Assessoria Legislativa (ASSEL), cujas atribuições e atividades devem estar de acordo com as estratégias da CLDF.

Assim, para que possa exercer suas atividades, a ASSEL precisa dispor de um sistema de informação eficiente e eficaz, monitorando o ambiente interno e externo, integrando os diversos subsistemas que o compõe, e gerando informações de apoio à decisão no processo legislativo — esse sistema caracteriza-se como um SIG.

Os dados coletados e que vão constituir o modelo conceitual do SIG/ASSEL referem-se à estrutura do processo legislativo local; à estrutura organizacional da Assessoria e seu contexto de atuação; aos fatores internos e externos que contribuem para o desenvolvimento organizacional da ASSEL; principais atividades de parlamentares e assessores legislativos, referentes ao processo legislativo, e às características dessas informações quanto a demanda, finalidade, fontes/canais/recursos informacionais e os elementos de valorização da informação na ASSEL.

4. QUESTÕES DE PESQUISA:

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, levantamos as seguintes questões:

4.1. QUESTÃO DE BASE:

Buscando conhecer a necessidade e o uso das informações que efetivamente possam subsidiar a tomada de decisão de parlamentares e assessores legislativos, referente ao processo legislativo, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, que elementos devem ser considerados para construção de um referencial teórico que sirva como diretriz para a elaboração de um sistema de informações de apoio à decisão?

4.2. SUBQUESTÕES:

- a. Qual a estrutura do processo legislativo local? Qual a estrutura organizacional da ASSEL, seu contexto de atuação e suas perspectivas?
- b. Que fatores internos e externos contribuem para o desenvolvimento organizacional da ASSEL?
- c. Quais as principais atividades de parlamentares e assessores, referente ao processo legislativo na CLDF?

- d. Quais as características das informações que apoiam o desenvolvimento das atividades de parlamentares e assessores legislativos, quanto a demanda, finalidade, fontes/canais mais utilizados, recursos tecnológicos e quais os elementos de valorização da informação na organização?
- e. Que elementos devem ser considerados para descrever as relações entre dados, organização e ambiente, como interagem e como podem ser representadas, oferecendo uma visão integrada e sistêmica dessas relações?

5. PRESSUPOSTOS

A revisão de literatura possibilitou evidenciar os aspectos relevantes para a realização da pesquisa e que estão descritos na formulação dos pressupostos:

PRESSUPOSTO 1:

Um sistema de informação de apoio à decisão, para ser eficiente e eficaz, deve estar alinhado à missão, aos objetivos e às atividades da organização.

PRESSUPOSTO 2:

Para se desenvolver um modelo conceitual de um sistema de informação adequado à organização é necessário definir os atributos essenciais que devem estar presentes para se alcançar certa estratégia, e incentivar a melhoria do desempenho organizacional orientado por essa estratégia. Esses atributos estão necessariamente vinculados às atividades organizacionais e às necessidades de informação no desempenho dessas atividades.

PRESSUPOSTO 3:

A melhoria do desempenho organizacional depende do alinhamento da organização às estratégias definidas, do conhecimento do que impede a realização dessas estratégias, e da implementação das mudanças necessárias

à sua execução. Do uso efetivo de informações e de sua transformação em conhecimento, depende esse alinhamento.

6. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a realização desse trabalho, adotamos o estudo de caso analítico-descriptivo, caracterizado como uma pesquisa de levantamento e diagnóstico, e um ensaio de prospecção.

6.1. OBJETO DE ESTUDO:

Tomamos como foco de análise organizacional a Assessoria Legislativa - ASSEL, órgão de apoio direto à ação parlamentar, vinculado à Mesa Diretora, subdivida em Unidades Temáticas. Formada por uma equipe de assessores legislativos, especialistas nas diversas áreas do conhecimento, possibilitando o atendimento de todas as solicitações relativas às matérias ligadas às atividades parlamentares e de competência das unidades temáticas da Assessoria Legislativa. São eles que fornecerão as informações referentes à ASSEL.

Quanto ao levantamento das necessidades e uso das informações relativas às atividades parlamentares, as informações foram fornecidas pelos assessores parlamentares, nos gabinetes.

As informações relativas à atividade parlamentar e aquelas referentes à Câmara Legislativa como um todo serão coletadas a partir de documentos administrativos e relatórios.

6.2. UNIVERSO DA PESQUISA:

A população definida para essa pesquisa será dividida em dois grupos:

- a) os 24 deputados distritais, representados por seus assessores parlamentares;
- b) As 5 unidades temáticas da Assessoria Legislativa, representadas por assessores legislativos de cada unidade, indicados pela Chefia da ASSEL.

A Assessoria Legislativa – ASSEL tem suas atribuições institucionais atendidas por intermédio de cinco unidades temáticas, e contando com 32 assessores legislativos. No entanto, considerando-se os benefícios a que cada servidor tem direito (férias, recessos, licenças etc.), e a jornada de trabalho de 2 turnos de 6 horas, perfaz-se um total de 27 assessores presentes, escalonados por turnos. A disponibilização dos assessores por unidade temática, e segundo sua área de competência, está assim distribuída:

- ✓ Unidade de Constituição e Justiça – UCJ: 6 assessores;
- ✓ Unidade de Economia e Finanças – UEF: 6 assessores;
- ✓ Unidade de Desenvolvimento Urbano e Rural e Meio ambiente – UDA: 4 assessores,
- ✓ Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Desenvolvimento Científico e Tecnológico – USE: 7 assessores;
- ✓ Unidade de Redação Parlamentar – URP: 5 assessores

Esses dados foram informados pela Chefia da Assessoria em documento endereçado à pesquisadora (anexo 1).

6.2.1 AMOSTRA:

Alegando razões de escassez de pessoal e grande volume de trabalho, a Chefia da Assessoria Legislativa indicou apenas 1 assessor de cada unidade para participar das sessões de JAD. Destas, participaram 3: UCJ, UEF e URP.

6.3. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA:

Para efeito desse estudo, abordamos a função mais importante de uma casa legislativa, que é a elaboração de leis, atividade principal do processo legislativo. A discussão dos problemas sociais - segunda função do poder legislativo, não será analisada, mas está refletida na anterior, uma vez que as leis devem corresponder aos anseios da população a que serve; a casa legislativa não pode responder às necessidades demandadas pela sociedade sem a devida discussão desses problemas. A função relativa à fiscalização da atuação do Executivo local também está fora do escopo dessa pesquisa, já que não se refere ao processo legislativo.

6.3.1. LIMITAÇÃO DA PESQUISA

Para o levantamento do perfil dos usuários, limitamos nossa análise à identificação das principais atividades de parlamentares e assessores, referente ao processo legislativo na CLDF, e das características das informações que apoiam o desenvolvimento dessas atividades, quanto à demanda, finalidade, fontes/recursos/ canais mais utilizados, e indicadores da qualidade dessas informações.

Houve limitação ainda quanto ao calendário e quanto aos espaços disponíveis para a realização das sessões de JAD, forçando-nos a reduzir para 4 o número de sessões que seriam necessárias para o levantamento e análise dos fatores ambientais da Assessoria Legislativa, planejadas inicialmente para serem realizadas em 6 sessões. O horário também teve que ser reduzido para um turno de 3 horas/dia, pois as salas seriam utilizadas no período da tarde para outros eventos.

6.4. MÉTODOS, PROCEDIMENTOS, TÉCNICAS E FERRAMENTAS

Para efeito dessa pesquisa, a coleta e análise dos dados foram executadas levando a efeito os seguintes métodos, procedimentos, técnicas e ferramentas:

- ✓ Pesquisa documentária, em todas as fases da pesquisa – objetivos específicos a,b e c;
- ✓ Aplicação da abordagem sócio-técnica estruturada para análise organizacional da Assessoria Legislativa, considerando os ambientes organizacional e de tarefa — objetivos específicos a, b e c;
- ✓ Estudos de Usuários (entrevistas estruturadas e eventualmente observação *in loco*) — objetivos específicos c, e d;
- ✓ Brainstorming e JAD (Joint Application Design) — objetivos específicos c e d;
- ✓ Estudo de prospecção (construção de Cenários), a partir da elaboração de um referencial teórico — objetivo específico a;

As fases de desenvolvimento da pesquisa referem-se a:

- a) Levantar os documentos necessários à caracterização da CLDF, da ASSEL, do processo legislativo e das atividades parlamentares, identificando os fatores ambientais que podem afetar a atuação parlamentar e de assessoramento;
- b) Aplicação das entrevistas estruturadas e das sessões de JAD para a coleta das informações;
- c) Exame dos dados coletados, descrevendo suas relações e a representação dessas relações, definindo um diagnóstico estratégico e estabelecendo prognósticos.

O Quadro 1 apresenta uma síntese da pesquisa e sua relação com os objetivos propostos:

| Dados | Objeto de Estudo | Fontes da coleta de Dados | Técnicas de coleta e análise | Objetivo específico |
|---|---|---|---|---------------------|
| Estrutura do processo legislativo local Estrutura organizacional da ASSEL, seu contexto de atuação e suas perspectivas | ASSEL/CLDF | Lei orgânica Regimento interno Resolução n. 34/91 Resolução 089/94 Documentos administrativos | Pesquisa documental Abordagem sócio-técnica estruturada Estudo de Prospecção (Cenários) | a |
| Fatores internos e externos que contribuem para o desenvolvimento organizacional da ASSEL | ASSEL/CLDF (Assessores legislativos) | Imprensa Documentos administrativos Políticas governamentais | Pesquisa documental Abordagem sócio-técnica estruturada JAD | b |
| Principais atividades de parlamentares e assessores, referente ao processo legislativo na CLDF | Assessor parlamentar Processo legislativo Assessores legislativos | Memória da Câmara Legislativa, v.2 Resolução 089/94 | Pesquisa documental | c |
| características das informações (demanda, finalidade, fontes, canais, recursos e elementos de valorização da inf.) | Assessores Parlamentares Assessores legislativos | Os próprios assessores | Estudo de usuários (Entrevista) JAD | d |

Quadro 1 – Síntese da pesquisa

Com base na análise sócio-técnica estruturada efetuada, que permitiu indicar as relações entre dados, organização e ambiente, foi possível elaborar um referencial teórico que, implementado em um modelo conceitual, servirá de base para a elaboração de um sistema de monitoramento de informações de apoio à decisão no processo legislativo da CLDF.

6.4.1. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS:

Considerando os objetivos dessa pesquisa, definimos como instrumentos de coleta de dados os que se seguem:

- ✓ entrevistas estruturadas aplicadas junto aos assessores parlamentares, representantes dos deputados distritais, mediante um formulário que serviu de roteiro para as entrevistas (anexo 2) ; e
- ✓ as sessões de JAD (Joint Application Design) desenvolvidas em um seminário e obedecendo a um plano previamente estruturado (anexos 3 e 4) , com a participação dos assessores legislativos.

As entrevistas visavam levantar o perfil dos deputados distritais quanto a;

- ✓ partido político;
- ✓ comissões a que pertence;
- ✓ membro da Mesa Diretora;
- ✓ área de atuação parlamentar;
- ✓ tipo e ocorrência das demandas de informações;
- ✓ finalidades da demanda;
- ✓ tipo de informação mais importante para a atuação parlamentar;

- ✓ fontes de informação mais utilizadas e frequência de uso; e
- ✓ comentários finais;

O formulário utilizado como roteiro da entrevista foi estruturado como um questionário de 7 questões, com espaço para comentários e observações, e uma oitava questão para considerações finais a respeito da importância da informação, para os deputados, e seu impacto na atuação parlamentar.

As sessões de JAD foram realizadas com a participação de 1 assessor legislativo representante de cada uma das unidades temáticas, indicados pela Chefia da Assessoria, e com a participação como observadores de dois representantes da Coordenadoria de Modernização e Informática – CMI, com o intuito de levantar os seguintes dados:

- ✓ missão e visão da CLDF e da ASSEL;
- ✓ Objetivos e políticas da ASSEL;
- ✓ estrutura organizacional da ASSEL;
- ✓ Atribuições da ASSEL;
- ✓ Elementos de valorização da informação na ASSEL;
- ✓ Instrumentos de avaliação da satisfação do usuário;
- ✓ Indivíduos;
- ✓ Serviços e produtos;
- ✓ Características da informação
- ✓ Fatores ambientais (meio ambiente externo e interno)

O seminário programado para aplicação das sessões de JAD foi desenvolvido a partir de um Plano das Seções de JAD (anexo 3), cujo objetivo era estabelecer uma agenda tentativa para exame e debate das questões pontuais. Esse plano serviu de base para as agendas detalhadas (anexo 4), que, por sua vez, foram elaboradas com uma flexibilidade tal que permitisse sua reestruturação, de acordo com o desenvolvimento das seções e o calendário disponível. Aquelas atividades que, embora previstas no Plano das Seções de JAD, ou nas agendas detalhadas, e que pudessem dispensar a participação dos assessores, como a representação gráfica dos fatores ambientais, o estabelecimento das estratégias organizacionais a partir dos dados coletados, e o estudo de prospecção, seriam desenvolvidas pela pesquisadora na fase da análise dos dados e, posteriormente, encaminhado os documentos resultantes dessa análise à Assessoria e à Coordenadoria de Modernização e Informática – CMI, como resultado final do processo, para conhecimento dos participantes. Ao final de cada sessão realizou-se uma avaliação da sessão, mediante um questionário aplicado aos participantes e observadores. (anexo 5). Após a realização das sessões foram realizadas entrevistas com assessores legislativos que não participaram do seminário, em seu local de trabalho, para levantamento dos dados relativos aos recursos tecnológicos.

O levantamento dos fatores ambientais e a elaboração do formulário para a aplicação das entrevistas basearam-se nos estudos de BALDWIN (1999), KLAES (1991), TARAPANOFF (1994) e PONJUAN DANTE (1998).

6.4.2. DESCRIÇÃO DAS TÉCNICAS:

6.4.2.1. PESQUISA DOCUMENTÁRIA:

Caracteriza-se por ser a fonte de coleta restrita a documentos, escritos ou não. Esses documentos são considerados como *fontes primárias*. A pesquisa documental pode ser realizada no momento em que o fato ou fenômeno ocorre (contemporânea), ou depois (retrospectiva). Essas são as características da pesquisa documental: fontes escritas ou não; fontes primárias ou secundárias; contemporânea ou retrospectivas (MARCONI&LAKATOS, 1996).

Fontes de documentos:

- ✓ Arquivos públicos e particulares;
- ✓ Dados estatísticos.

6.4.2.2. JAD (JOINT APPLICATION DESIGN):

Foi introduzido no Brasil pela IBM, detentora dos direitos, no início dos anos 80. Método utilizado no desenvolvimento de sistemas de informação. Incorpora vários preceitos preconizados pelas novas teorias organizacionais (COSTA, 1994; TÉCNICAS, 1997). Tem como objetivo:

- ✓ Extrair informações de alta qualidade dos usuários, em curto espaço de tempo, por meio de reuniões estruturadas que buscam decisões por consenso.

Benefícios do JAD:

- ✓ As reuniões substituem as entrevistas;
- ✓ Elimina as barreiras de comunicação;
- ✓ Os papéis são bem definidos e pré-determinados;
- ✓ Reduz o tempo, eliminando atrasos e enganos;
- ✓ Acelera o processo de produzir resultados;
- ✓ Os conflitos são discutidos e resolvidos com rapidez;
- ✓ Evita os riscos de ser demasiadamente específico ou demasiadamente vago;
- ✓ Constrói um espírito de equipe, conduzindo a uma compreensão e uma cooperação maiores;
- ✓ Fornece a todos os participantes uma visão e compreensão uniforme do projeto;
- ✓ Promove o compromisso dos participantes com sucesso do projeto mediante sua contribuição pessoal direta às decisões e objetivos alcançados.
- ✓ O processo de trabalho é altamente estruturado. Os produtos a serem obtidos são discutidos e é a base de todo o trabalho de planejamento e preparação. Cada sessão de trabalho tem sua finalidade definida com muita clareza e todos os participantes conhecem os resultados esperados;

- ✓ A agenda é o plano da reunião, que define os objetivos, as atividades a serem desenvolvidas e os resultados a serem alcançados em cada sessão de trabalho;
- ✓ Os recursos visuais dinamizam o trabalho (flipchart, transparências, datashow, quadro branco, etc.) Quando utilizados adequadamente, conseguem estimular os sentidos, criar interesse, esclarecer pontos confusos e fazer uso eficaz do tempo. Assim, enquanto o flipchart é usado para transcrever o processo decisório final de cada sessão, as transparências e o datashow podem ser usados para explicações, comentários e gerar a documentação do processo, ao final do trabalho. O quadro branco registra o processo decisório em andamento (COSTA, 1994; TÉCNICAS, 1997).

6.4.2.3. CENÁRIOS:

Tem como objetivo precípua a inferência de estados futuros de um sistema, projetando situações e estimando seu desenlace futuro (TARAPANOFF, 1995).

Atende aos seguintes objetivos, entre outros:

- ✓ Fornecer variáveis de comportamento de eventos futuros;
- ✓ Dar subsídios ao planejamento, na forma de estudos prospectivos;
- ✓ Revelar possíveis oportunidades para o seu melhor aproveitamento;
- ✓ Fornecer dados concretos para o processo decisório.

De modo geral, usa-se a técnica para descrever, a partir da montagem do quebra-cabeça de variáveis identificadas, situações futuras e suas possíveis

inter-relações, orientando e consolidando o processo de tomada de decisão. Os cenários devem ser montados com base nos dados e informações fornecidos pelo sistema de informações. Entre os tipos possíveis, para fins desse trabalho, pretendemos os cenários alternativos (buscam focar a análise de maneira a investigar outras possibilidades futuras diferentes) e/ou de manutenção (permitem o acompanhamento próximo das tendências futuras, possibilitando o monitoramento das tendências e os seus possíveis desdobramentos) (TRAPANOFF, obra citada).

6.4.2.4. BRAINSTORMING:

Define-se como geração de idéias na qual são estimuladas respostas criativas em grupos de pessoas, por meio de uma coleta espontânea de idéias, a fim de obter a resolução de problemas específicos. Busca levantar o maior número de idéias possíveis em torno de um problema na tentativa de se reorientar o caminho para sua resolução (TRAPANOFF, 1995). Observa, sempre, três princípios básicos:

- ✓ Ideação sem crítica ou julgamento;
- ✓ Ideação abundante (quantidade gera qualidade);
- ✓ Ideação em grupo (maior quantidade de idéias).

Os objetivos específicos, entre outros, são:

- ✓ Buscar, a partir das idéias levantadas, a redefinição, ampliação ou redução das múltiplas variáveis de um problema;

- ✓ Facilitar conexões e associações para melhor compreensão e solução de um problema;
- ✓ Estimular a criatividade, a inovação e o empreendimento.
- ✓ Adota-se a técnica para, entre outras coisas,:
- ✓ Fornecer subsídios, traduzidos em idéias, ao processo decisório e à redefinição necessária acerca de uma tarefa;
- ✓ Gerar uma lista de idéias que garanta o exame de todas as possibilidades e alternativas possíveis na resolução de problemas.
- ✓ Identificação de problemas;
- ✓ Geração de idéias;
- ✓ Identificação de soluções; e
- ✓ Consenso na solução indicada.

6.4.2.5. ESTUDO DE USUÁRIOS:

Método de sondagem objetiva, centrado no usuário, que encerra várias técnicas de coleta de dados, caracterizando-se, dessa maneira, como um método multidisciplinar. Abrange o estudo das necessidades de informações e os usos da informação por grupos de usuários. Tem como objetivo básico o levantamento de dados relativos às necessidades e às deficiências de mercado (TARAPANOFF, 1995). São objetivos específicos, entre outros:

- ✓ Levantar, mediante dados e respostas, deficiências ou qualidades de uma organização;

- ✓ Traçar perfis de usuários;
- ✓ Avaliar serviços e produtos;
- ✓ Explicar um fenômeno, compreender e prever um comportamento, e controlar o fenômeno e aperfeiçoar o uso da informação pela manipulação de condições essenciais. Alguns instrumentos são utilizados na coleta de informações, como o questionário, entrevista e observação. Para efeito do modelo proposto, utilizaremos o formulário.

6.4.2.5.1. ENTREVISTA ESTRUTURADA;

Entrevista é o encontro entre duas pessoas, cujo objetivo é obter informações de uma delas a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados ou ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. Para efeito dessa pesquisa utilizaremos a entrevista estruturada (MARKONI&LAKATOS, 1996).

Entrevista estruturada é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido (MARKONI&LAKATOS, 1996), e realiza-se conforme um formulário elaborado.

Objetivos:

- ✓ Averiguação dos fatos;
- ✓ Determinação das opiniões sobre fatos;
- ✓ Determinação de sentimentos;
- ✓ Descobertas de planos de ação;

✓ Conduta atual ou do passado

Recomenda-se apresentar ao entrevistado a finalidade da pesquisa, o objeto, sua relevância, ressaltando a necessidade da colaboração. É importante obter e manter a confiança do entrevistado, assegurando o caráter confidencial das informações (MARKONI&LAKATOS, 1996).

As respostas devem atender à validade, relevância, especificidade, clareza, profundidade e extensão das informações. A validade das respostas refere-se a dúvidas, incertezas e hesitações demonstradas pelo entrevistado; é importante comparar respostas. A relevância diz respeito à importância das questões em relação aos objetivos da pesquisa. Especificidade nos dados e clareza dos termos são importantes para manter a objetividade e evitar ambigüidades das respostas, assegurando o real entendimento do entrevistado quanto ao que lhe foi proposto. Profundidade relaciona-se aos sentimentos expressos pelo entrevistado. Extensão refere-se à amplitude da resposta (MARKONI&LAKATOS, 1996).

6.4.2.5.1.1. FORMULÁRIO:

Um dos instrumentos essenciais para a investigação social consiste em obter informações diretamente do entrevistado (MARKONI&LAKATOS, 1996). Segundo Ander-Egg, (citado por MARKONI&LAKATOS, 1996), as qualidades essenciais do formulário são:

- a) adaptação ao objeto estudado;
- b) adaptação aos meios que se possui para realizar o trabalho;
- c) precisão de informações em um grau de exatidão suficiente e satisfatório

para o objetivo proposto.

6.4.3. CRONOGRAMA:

ABRIL

| DATA | DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE |
|-------------|--|
| 19 | APLICAÇÃO DO PRÉ-TESTE |
| 20-25 | AVALIAÇÃO DO PRÉ-TESTE E REVISÃO DO FORMULÁRIO |
| 26 –30 | PLANEJAMENTO DAS SESSÕES DE JAD |

MAIO

| DATA | DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE |
|-------------|-----------------------------------|
| 2-4 | PLANEJAMENTO DAS SESSÕES DE JAD |
| 9-18 | APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS |
| 21-30 | PREPARAÇÃO DAS SESSÕES DE JAD |
| 31 | APLICAÇÃO DA SESSÃO JAD INAUGURAL |

JUNHO

| DATA | DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE |
|-------------|---|
| 1, 4 e 5 | APLICAÇÃO DAS SESSÕES DE JAD |
| 6-10 | ANÁLISE DOS DADOS |
| 11-24 | ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL |
| 25 | APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO À BANCA EXAMINADORA |

JULHO

| DATA | DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE |
|-------------|--|
| 2-13 | AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO APRESENTAÇÃO DA DEFESA |

6.4.4. APLICAÇÃO DO PRÉ-TESTE

Dada a similaridade do perfil parlamentar dos deputados distritais com os dos deputados federais pertencentes à Bancada do DF, escolhemos, aleatoriamente, três deputados que se dispusessem a participar das entrevistas estruturadas.

A bancada do Distrito Federal na Câmara dos Deputados é constituída por oito deputados (DISTRITO FEDERAL (BRASIL), 2000).

Procurou-se abranger 10% do universo da pesquisa, equivalente a 3 deputados. A escolha dos deputados foi aleatória, procurando, no entanto, equiparar-se as tendências partidárias. Para tanto foram procurados inicialmente, um deputado do PFL, um do PMDB e um do PT.

Foi feito um contato inicial por telefone, ocasião em que os assessores se prontificaram em colaborar com a pesquisa. No entanto, no momento em que se deu a visita ao gabinete, por motivo de trabalho, não foi possível realizarem-se as entrevistas com aqueles assessores inicialmente contatados. Por esse motivo, fomos visitar outros gabinetes que se dispusessem a participar sem agenda prévia. Conseguimos as três entrevistas necessárias, sem, no entanto, a preocupação inicial quanto a manter o equilíbrio ideológico entre os entrevistados, com resultados diferentes. O resultado do pré-teste é o que se segue:

A – quanto ao instrumento de coleta;

✓ necessidade de rever o questionário que serviu de roteiro para a entrevista, por ter se mostrado ineficaz para a coleta de dados pretendida pelos objetivos dessa pesquisa:

↳ as escalas estavam inadequadas para o que se desejava coletar;

↳ o questionário não previu espaço para anotar comentários e observações;

↳ havia informação redundante.

B – quanto aos entrevistados:

- ✓ mostraram-se receptivos à técnica;
- ✓ pôde-se perceber que:
 - ↳ quanto mais preocupado com a informação, maior a diversidade de fontes de fontes e canais utilizados;
 - ↳ quanto mais sensível à importância do papel da informação para a atividade parlamentar, mais familiarizado com as fontes/canais e com a tecnologia, e mais acessível à entrevistadora e envolvido com a entrevista.

7. O PODER LEGISLATIVO NO DISTRITO FEDERAL:

7.1. BREVE HISTÓRICO:

A idéia de transferir a capital federal para o interior do país surgiu no século XIX. Em 1892 foi criada a Comissão Cruels (Comissão Exploradora do Planalto Central), com o objetivo de propor a área em que seria fixada a nova capital. Em 1922, o então Presidente Epitácio Pessoa lançou a pedra fundamental da futura capital nas mediações de Planaltina de Goiás. Em 1956, Juscelino Kubitschek dá início à construção de Brasília (DISTRITO FEDERAL (BRASIL), 2000).

Logo no início das atividades parlamentares do Congresso Nacional em Brasília, já instalado na cidade recém-inaugurada, dois senadores, Paulo Lauro e Acioly Filho, apresentaram projeto instituindo a representação de Brasília no Congresso. Em 1961, foi aprovada a Emenda Constitucional n. 3, modificando a Constituição de 1946, e concedendo representação a Brasília nas duas Casas congressuais, além de permitir criar uma Câmara Municipal para controlar a ação do governo local. A data das eleições, no entanto não foi estipulada (DISTRITO FEDERAL , 2000).

De 1960 a 1969 a cidade foi governada por prefeitos indicados pelo Presidente da República. Com o advento do governo militar em 1964, a Emenda Constitucional n. 1 de 1969 cria o cargo de governador e institui a Comissão do Distrito Federal no Senado, que, funcionando como um legislativo, homologava as decisões do Executivo local (como o orçamento do DF), apreciava algum

projeto de lei e as indicações dos conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL (BRASIL), 2000).

A cidade cresceu e passou a conviver com todos os problemas inerentes às grandes cidades. Por outro lado, as repetidas nomeações de prefeitos e governadores, que vinham sempre de outras cidades, desvinculados e fora de sintonia com os problemas locais; a falta de um fórum para discussão dos problemas e reivindicações da comunidade motivou as entidades civis, representações políticas, associações e organizações a se articularem, reivindicando a representação política e, conseqüentemente, a autonomia política do Distrito Federal, com eleições em todos os níveis (DISTRITO FEDERAL (BRASIL), 2000).

Desde 1986, por dispositivo da Emenda Constitucional n. 25, Brasília teve assegurado o direito de eleger sua representação política em nível nacional, composta de deputados federais (8) e senadores (3). Em 1988, a Constituição Federal permite que Brasília conquiste sua autonomia política, com eleições diretas para governador e deputados distritais, previstas para 1989. Em 1990, trinta anos após sua inauguração, assume o primeiro governador eleito do DF, além dos 24 deputados distritais também eleitos, compondo, estes últimos, o Poder Legislativo do Distrito Federal (QUEM É QUEM, DIAP, 1991).

Por suas características intrínsecas, dos três Poderes do Estado, o Legislativo é o que mais se aproxima da sociedade, por representá-la em seus diversos segmentos. O Poder Legislativo representa, teoricamente, a “voz do povo”, pois é por seu intermédio que os cidadãos podem acompanhar as decisões que causam maior impacto à população. Quanto mais consciente for a escolha dos seus representantes, seja governador, seja deputado, assim como quanto

maior for a participação popular junto aos parlamentares e governantes, maior legitimidade terá tanto o Poder Legislativo, quanto o Poder Executivo. “A qualidade da representação depende do nível de organização da sociedade” (DISTRITO FEDERAL (BRASIL), 2000).

7.2. QUESTÕES A SEREM CONSIDERADAS PELO PODER LEGISLATIVO DO DISTRITO FEDERAL:

A atividade política dos deputados distritais, desde 1991, quando foi instalada a Câmara Legislativa do DF, tem se apresentado sob tensão. Tanto pela questão vocacional da cidade como cidade político-administrativa, quanto pela questão econômica — baseada na existência de um mercado emergente e complexo. Além disso, a atuação política dos deputados sofre pressão também em função da questão do papel de Brasília como importante centro de influência regional do Entorno, ou, ainda, quanto à divisão dos papéis a serem exercidos pelo Executivo e Legislativo, como poderes legitimamente constituídos. Em relação a esses pontos, a contradição inicia-se, segundo a publicação do DIAP (QUEM É QUEM, 1991)⁴, desde sua fundação, uma vez que Brasília não é fruto do “lento despertar de uma atividade econômica a partir de uma base populacional”, mas sim criada por vontade política presidencial. Nesse sentido, a cidade é resultado da necessidade política de se construir, no interior do país, uma base física do poder nacional, por meio da centralização das instituições políticas e representativas do país. Ela foi criada para sediar o poder e integrar o país, garantindo assim o sentido de federação política. Daí

⁴ QUEM é quem na Câmara Distrital. Brasília : DIAP, 1991. 115 p. Ver bibliografia.

sua vocação como cidade política. Em contraposição, apresenta-se uma cidade com aproximadamente dois milhões de habitantes, distribuídos em larga faixa territorial, segmentada entre o Plano Piloto e as regiões administrativas – sem falar nas populações limítrofes e dormitórias. A população do DF em geral e a disponibilidade de renda de parte considerável da população urbana, fazem de Brasília uma cidade economicamente viável e com grande potencial. No entanto, a concentração das funções políticas e administrativas da cidade tem exercido considerável pressão sobre o setor de serviços. A modernização do Estado em andamento aponta para uma qualificação técnica dos trabalhadores, privilegiando insumos tecnológicos e qualificações especializadas. É clara a tendência, percebida a partir leitura de diversos estudos (QUEM É QUEM, DIAP, 1991; RP ENGENHEIROS, 1992; PLANO, 1996⁵), de uma “revolução no sistema produtivo, propiciada pelas inovações baseadas na microeletrônica e pelas novas formas organizacionais a elas associadas” (RP ENGENHEIROS, 1992, p. 100-101). Assume, por isso, importância o debate sobre uma possível industrialização do DF.

Outro foco de tensão situa-se na questão das funções regionais do DF, pelas suas características de pólo aglutinador de tendências produtivas, pelos serviços aqui oferecidos e que se estendem à região do Entorno, e pela sua natureza de sede do poder nacional. A tensão entre o local e o regional marca, desde 1991, o planejamento atual e futuro das atividades econômicas e sociais do Governo do DF (QUEM É QUEM, DIAP, 1991).

⁵ PLANO de desenvolvimento econômico do Distrito Federal : compromisso com o presente, projeto para gerações futuras. Brasília, 1996. 33 p. Ver bibliografia.

Finalmente, a contradição exposta na divisão dos poderes locais (QUEM É QUEM, DIAP, 1991). Embora Brasília tenha constituído os Poderes Executivo e Legislativo, algumas áreas ainda estão sob a égide do governo federal. Além disso, o Poder Executivo no DF tem larga tradição, enquanto o Legislativo está apenas na sua terceira legislatura.

7.3. A CÂMARA LEGISLATIVA DO DF:

A Câmara Legislativa é uma das mais novas casas legislativas do país e é assim designada por conjugar atribuições de Assembléia Legislativa (estadual) e Câmara Municipal. (DISTRITO FEDERAL (BRASIL), 1998). Composta por 24 deputados distritais, eleitos a cada 4 anos, tem o número de deputados eleitos fixado pelo artigo 27 da Constituição Federal.

A primeira sessão especial foi realizada em 1º de janeiro de 1991, no Senado Federal, destinada a receber o compromisso e dar posse aos deputados distritais eleitos em 3 de outubro de 1990. Em 1º de janeiro de 1991, já na Câmara Legislativa, aconteceu a 1ª sessão solene, para receber o compromisso e dar posse ao governador e vice-governador do Distrito Federal. Em 2 de janeiro de 1991, foi realizada a primeira sessão preparatória destinada a eleger os membros da Mesa Diretora. No dia 4 de janeiro de 1991, aconteceu a 1ª sessão extraordinária para discussão das primeiras providências administrativas a serem adotadas pela Casa. Em 7 de janeiro de 1991, foi realizada a primeira sessão ordinária da Câmara Legislativa (DISTRITO FEDERAL (BRASIL), 1998, 2000). As ações desenvolvidas desde sua implantação contribuíram positivamente para sua solidificação e

desenvolvimento de suas atribuições legais (DISTRITO FEDERAL (BRASIL), 1999b).

Priorizando as políticas que atendam às demandas da sociedade nas áreas da educação, saúde, geração de emprego, segurança pública, meio ambiente, moradia, transportes, assistência social entre outras. Dentro desse contexto, a partir de suas funções como Poder Legislativo legitimamente constituído, e tendo por princípios fundamentais a autonomia e a independência, definem-se seus objetivos e diretrizes (DISTRITO FEDERAL (BRASIL), [1999b]).

7.3.1. A ATIVIDADE PARLAMENTAR:

A atividade parlamentar mais envolvente é sua atuação no plenário, local onde se discutem e votam-se as proposições legislativas, que se transformarão em leis, decretos legislativos, resoluções, emendas à Lei Orgânica do DF etc. É no plenário que se travam os debates. A atividade parlamentar e os debates estendem-se às comissões permanentes ou temporárias. Essa atividade envolve debate com diversos segmentos da sociedade interessados nos temas apreciados pelas comissões. A ação partidária, outra atividade parlamentar, exige dos deputados permanente contato com seus correligionários, discutindo questões de natureza político-partidária e definindo estratégias de ação. Um aspecto muito importante no trabalho dos deputados é a atividade no gabinete, ocasião em que recebe seus eleitores, ouve críticas, sugestões e reivindicações. Muitas vezes, exerce o “papel de intermediador entre o eleitorado e o Executivo, encaminhando pleitos, acompanhando projetos de interesse de determinadas regiões ou grupos específicos” (Distrito Federal, 2000). Além do contato no gabinete, o deputado procura manter intercâmbio

constante com a população, em visita às diferentes regiões administrativas (conhecendo melhor os problemas da comunidade), ouvindo sugestões e colhendo subsídios para sua atuação parlamentar e legislativa. Além disso, “a troca de informações possibilita à população ficar mais próxima da atividade parlamentar e influenciar no processo legislativo” (DISTRITO FEDERAL, 2000).

7.3.2. OBJETIVOS DA CLDF:

- ✓ Aprimorar os mecanismos de participação da sociedade nos debates realizados pela Câmara Legislativa;
- ✓ Organizar e estruturar o sistema de fiscalização e controle do Poder Executivo;
- ✓ Incrementar a eficácia dos canais de verificação e consulta das demandas sociais;
- ✓ Promover esforços que solidifiquem o princípio de utilidade do Poder Legislativo, na democracia representativa;
- ✓ Revigorar a participação popular na definição e controle das políticas públicas mediante a divulgação das contas do Poder Executivo.

7.3.3. DIRETRIZES:

- ✓ Tornar mais acessíveis as informações de natureza política, econômica e social produzidas na Câmara Legislativa;
- ✓ Incrementar o papel do Poder Legislativo como instituição de representação da sociedade e instância mediadora e fiscalizadora do Poder Executivo.

7.3.4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (Figura 8)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL ORGANOGRAMA - SITUAÇÃO ATUAL DEZEMBRO/95

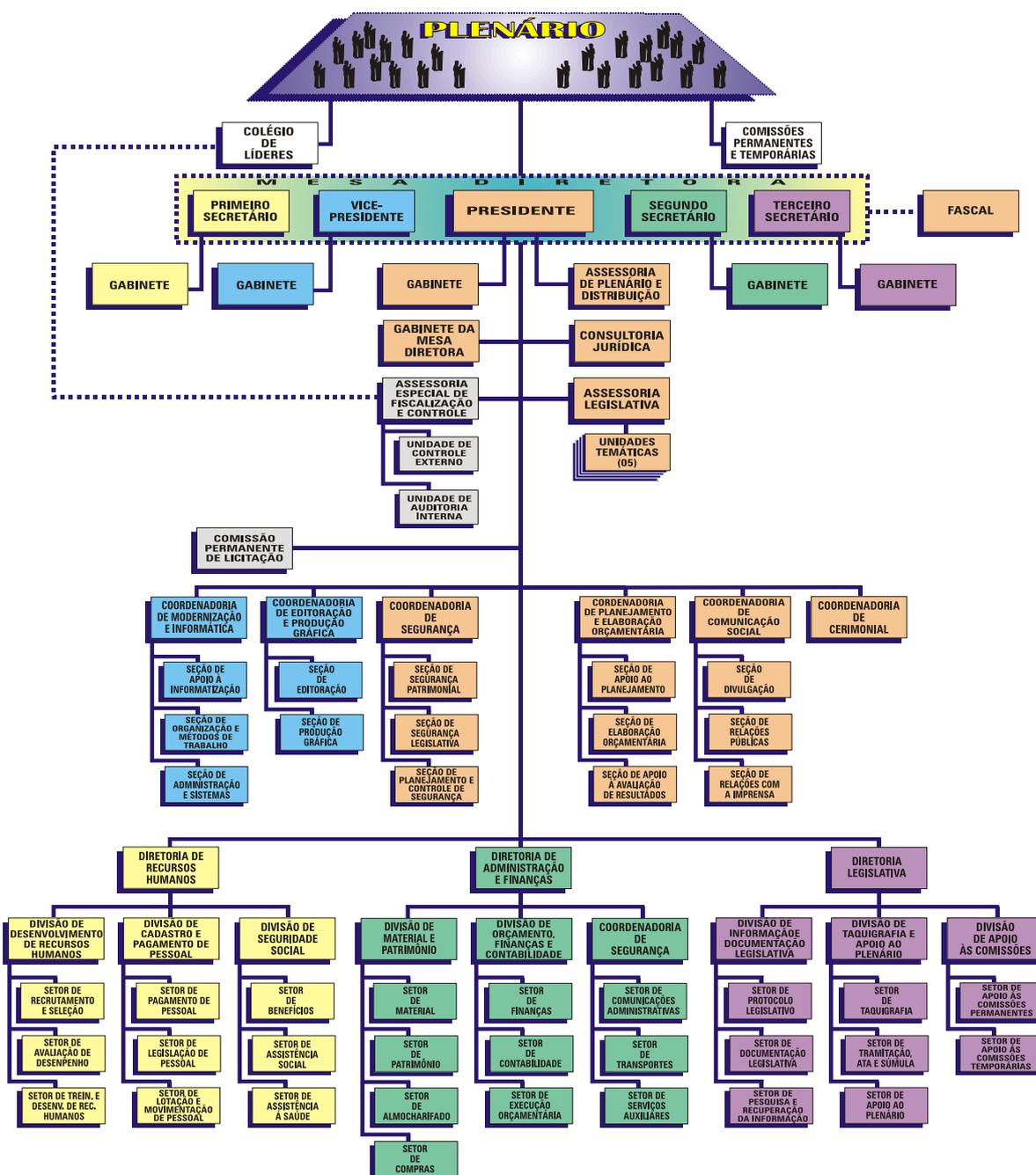


Figura 8 – Estrutura organizacional da CLDF

FONTE: Seção de Editoração/Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica da CLDF

7.3.5. PROCESSO LEGISLATIVO NA CLDF (Figura 9)

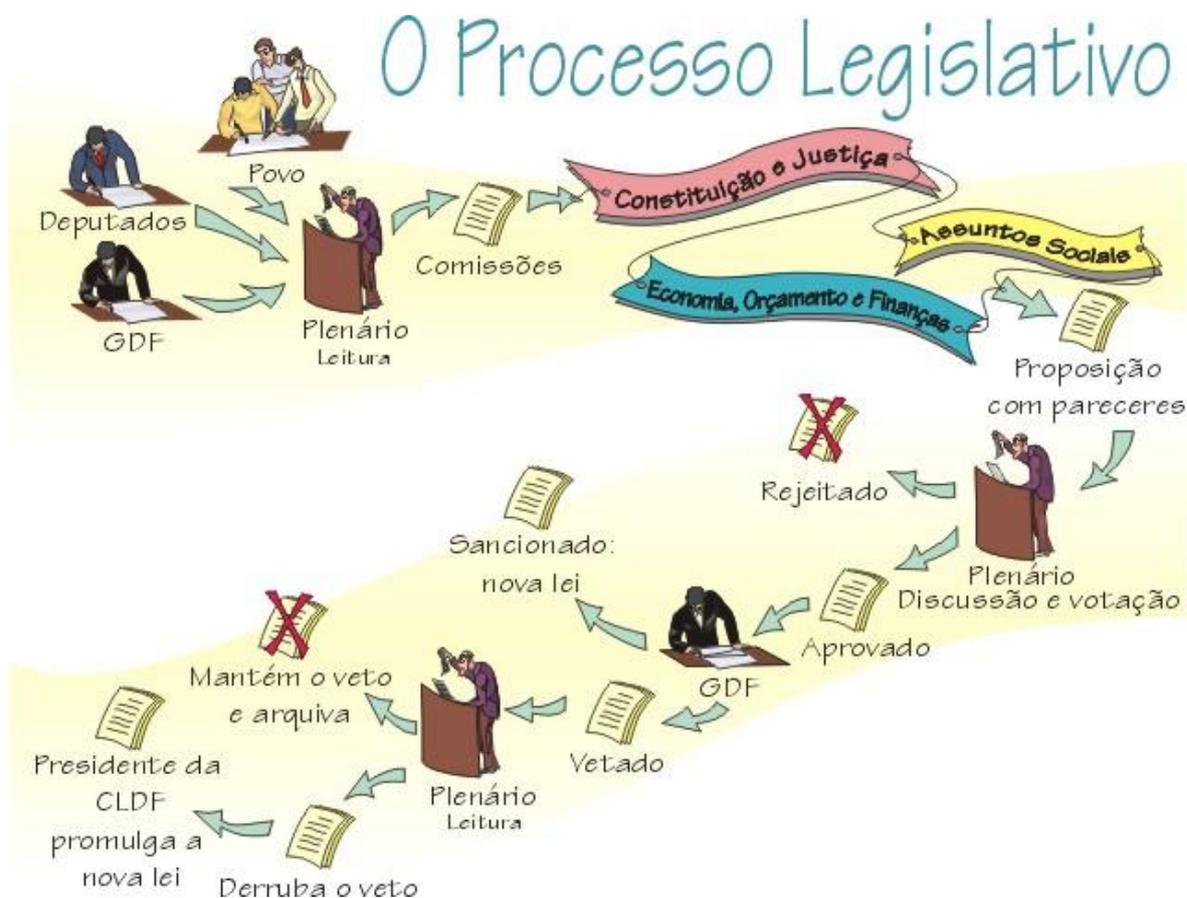


Figura 9 — O Processo Legislativo

FONTE: Seção de Editoração/Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica da CLDF

A legislação, emanada do Poder Legislativo, regula as relações sociais em uma dada sociedade, oferecendo, teoricamente, as regras indispensáveis a uma vida social mais justa e civilizada.

O processo legislativo compreende o “conjunto ordenado de vários atos necessários à aprovação das diferentes proposições que tramitam pela Câmara Legislativa” (DISTRITO FEDERAL, 2000). Inicia-se com a apresentação da proposição em forma de projeto de lei, emenda à Lei

Orgânica, indicação, requerimento, moção, parecer ou recurso. A população do DF pode participar desse processo por intermédio de projetos de iniciativa popular. O Poder Executivo do Distrito Federal também propõe leis de seu interesse e competência. Existem leis que, embora tramitem na CLDF, são de competência exclusiva do Executivo, como as que se referem a impostos e despesas para o Distrito Federal. A tramitação das proposições, até sua sanção ou promulgação depende do tipo e finalidade, estabelecidas na Lei Orgânica e no Regimento Interno da Câmara Legislativa (DISTRITO FEDERAL, 2000).

7.3.6. A ASSESSORIA LEGISLATIVA – ASSEL:

“A Assessoria Legislativa, criada pela resolução nº 089/94, por transformação do Setor de Assessoramento Legislativo, é um órgão de apoio direto à ação parlamentar, vinculado à Mesa Diretora” (DISTRITO FEDERAL, 1999).

A equipe de especialistas da Assessoria Legislativa compõe-se de assessores legislativos admitidos por concurso de provas e títulos, com formação em diversas áreas do conhecimento, possibilitando o atendimento a todas as solicitações dos deputados referentes às matérias de interesse parlamentar (DISTRITO FEDERAL, 1999).

A ASSEL é constituída das seguintes unidades:

UCJ — Unidade de Constituição e Justiça;

URP — Unidade de Redação Parlamentar e Consolidação de Textos Legislativos;

UEF — Unidade de Economia e Finanças;

USE — Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

UDA — Unidade de Desenvolvimento Urbano e Rural e Meio Ambiente.

Além dessas unidades, A ASSEL conta ainda com uma unidade de Apoio, órgão responsável pelo controle e andamento dos projetos, pela pesquisa e digitação dos trabalhos.

À Assessoria Legislativa compete:

1. prestar assessoramento especializado aos deputados, às comissões, às lideranças, à Mesa Diretora e à administração da Casa;
2. elaborar pesquisas e estudos técnicos sobre temas legislativos considerados relevantes para Câmara;
3. prestar apoio técnico quanto ao conteúdo e forma de apresentação de proposições;
4. promover, com a aprovação da Mesa Diretora, cursos, palestras e seminários sobre temas legislativos;
5. promover, por iniciativa própria e no âmbito de suas competências, estudos e sugestões à Mesa Diretora sobre temas de interesse da Casa.

Entre suas atividades destacam-se as elaborações de minutas de proposições legislativas, de parecer, de discurso e de estudos técnicos sobre temas relevantes para a CLDF, bem como o atendimento a consultas verbais, que demandam respostas imediatas.

Depois de elaborado, o trabalho fica arquivado em documento eletrônico, em rede informatizada restrita à ASSEL, para acesso exclusivo do gabinete parlamentar solicitante.

8. Coleta de Dados:

8.1. APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas junto aos assessores parlamentares nos próprios gabinetes. Procuramos entrevistar 4 assessores por dia. Como a entrevista requer disponibilização de tempo dos entrevistados, não conseguimos manter esse ritmo. Muitas vezes, tivemos que voltar duas ou três vezes ao mesmo gabinete até conseguirmos realizar a entrevista.

O contato inicial foi feito pessoalmente pela pesquisadora, que expunha os objetivos da pesquisa, mediante uma carta endereçada aos deputados (anexo 7), e acompanhada de uma carta da orientadora, apresentando a mestranda (anexo 8).

Embora nosso planejamento inicial tenha previsto uns 6 dias para a realização das entrevistas, considerando-se as 4 entrevistas por dia, a realização da coleta se deu, realmente, entre os dias 9 e 18/5, com duas pendências. As últimas entrevistas foram realizadas no início de junho. Foram entrevistados 24 assessores legislativos.

8.2. REALIZAÇÃO DAS SESSÕES DE JAD – SEMINÁRIO PARA ANÁLISE ORGANIZACIONAL DA ASSESSORIA LEGISLATIVA – ASSEL:

O Seminário para aplicação das sessões de JAD foi realizado em 4 sessões, nos dias 31 de maio, e 1º, 4 e 5 de junho passado próximo, das 9:00 às 12:00, distribuindo-se as atividades da seguinte maneira, e de acordo com a versão final da agenda padrão (anexo 6):

1º dia – 31/5

- ✓ abertura do seminário (apresentação , finalidade e objetivos, perspectiva gerencial)
- ✓ Introdução (assuntos gerais, regras de conduta dos participantes, apresentação da equipe, conteúdo das pastas, horário etc.)
- ✓ O que é o JAD (conceitos, objetivos, princípios, o método, estrutura das sessões e agenda padrão)
- ✓ Abordagem
 - ↳ Análise organizacional – fatores ambientais internos, 1ª parte (missão e visão da CLDF e da ASSEL, atribuições, elementos de valorização da informação na ASSEL)
 - ↳ O processo de exame das questões, utilizando o *Brainstorming* estruturado, seguiu a seguinte metodologia:
 - Apresentação de transparência para apresentação dos pontos a serem examinados;
 - Listar sugestões no *flipchart*;
 - Validar as sugestões, buscando o consenso;

- Anotar a relação final no *flipchart*, registrando as pendências para exame posterior (próxima sessão);

✓ Encerramento

- ↳ Revisão da sessão;
- ↳ Apresentação da visão da área de informática;
- ↳ Apresentação da agenda da próxima reunião;
- ↳ Registrar o resultado do processo na documentação específica (Documentador).
- ↳ Avaliação da sessão

2º dia – 01/6

✓ Abertura

✓ Introdução

- ↳ Apresentação da agenda
- ↳ Documentação elaborada na sessão anterior
- ↳ Revisão das pendências (redação final da Missão e Visão da CLDF e da ASSEL, Elementos de valorização da informação na ASSEL)

✓ Abordagem

- ↳ Análise organizacional – fatores ambientais internos, 2ª parte (Objetivos, e Políticas da ASSEL)
- ↳ Processo padrão de levantamento e exame das questões.

✓ Encerramento

3º dia – 4/6

✓ Abertura

✓ Introdução

↳ Revisão das pendências (redação final das Políticas da ASSEL)

✓ Abordagem

↳ Características da informação (tipo de informação, indicadores da qualidade da informação, fontes e canais da informação, dificuldades/facilidades de acesso à informação, serviços e produtos utilizados e oferecidos)

✓ Encerramento

4º dia – 5/6

✓ Abertura

✓ Introdução

✓ Abordagem

↳ Conclusão da análise organizacional – fatores ambientais internos (indivíduos)

↪ Análise dos ambientes organizacional, de tarefa e geral

➤ Processo:

- Leitura dos documentos apresentados pela facilitadora (a pesquisadora) com o resumo dos documentos do governo federal e do GDF apresentando as políticas governamentais e ações desenvolvidas⁶;
- Examinar os fatores levantados, comparando-os com as notícias divulgadas pela imprensa⁷;
- Avaliar se oportunidade ou ameaça, para os ambientes específico e geral (DF e Brasil), e se ponto forte ou ponto fraco, para ambiente organizacional;
- Anotar em formulário próprio o resultado da análise.

✓ Encerramento

✓ Palavras finais e agradecimentos

A Chefia da Assessoria Legislativa participou da sessão inaugural do seminário.

Os dados referentes a recursos tecnológicos existentes e necessários, não coletados durante o seminário, foram coletados diretamente nas unidades temáticas da ASSEL, por meio de entrevista aos assessores. Esses assessores entrevistados (4 na USE, 3 na URP, 4 na UEF, 4 na UCJ e 2 na

⁶ Análise do ambiente organizacional (CLDF) : Planos Setoriais da CLDF, ano de 2001. Análise do ambiente específico (DF): Perfil sócio econômico do Distrito Federal, versão 1999, e Mensagem do governador à CLDF, publicada no Diário da Câmara Legislativa de 9.2.2001. Análise do ambiente geral (Brasil): Mensagem ao Congresso Nacional, 2000. Ver bibliografia.

⁷ Correio Brasiliense e Gazeta Mercantil, edição do dia.

UDA, perfazendo um total de 21) não foram os mesmos que participaram, em razão das entrevistas terem sido realizadas no turno da tarde.

9. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS:

9.1. ANÁLISE SÓCIO-TÉCNICA ESTRUTURADA DA ASSESSORIA LEGISLATIVA – ASSEL/CLDF:

A análise sócio-técnica estruturada, como fundamento e enfoque sistêmico, permitiu examinar o meio ambiente interno e externo à Assessoria Legislativa, com o auxílio das técnicas, ferramentas e procedimentos adotados, visando examinar os fatores que interferem em sua atuação. Considerando a ASSEL como um sistema aberto, integrada ao meio ambiente sócio-técnico em que se insere, e sensível ao contexto local e nacional, procuramos identificar esses fatores e perceber a inter-relação entres eles, a fim de estudar a ASSEL em relação aos seus ambientes internos (organizacional) e externos (específico e geral).

Como o meio ambiente é instável, respondendo às mudanças conjunturais, a ASSEL, como qualquer organização deve estar atenta às mudanças ambientais, para que possa garantir a eficiência de suas atividades, mesmo em situações de contingências. Os dados coletados nas sessões de JAD realizadas junto aos assessores legislativos permitiram identificar e examinar aqueles constituintes do Referencial teórico, apresentados no Quadro 2. Para a definição dos fatores a serem examinados (variáveis), tomamos por base os estudos de BALDWIN (1999), KLAES (1991) e DANTE PONJUAN (1998).

| Fatores examinados (Variáveis) | Dados | Fontes dos dados | Decisões que apoiam | Técnicas utilizadas para coleta dos dados |
|--|--|---|---|---|
| 1. Meio ambiente organizacional | Missão e Visão da CLDF Missão e Visão da ASSEL/CLDF Estrutura, Atribuições, Estrutura, Objetivos, Políticas | Lei orgânica Regimento Interno Resolução 089/94 Documentos administrativos | Estratégias organizacionais Elaboração de planos de ação e metas | Pesquisa documentária Análise sócio-técnica estruturada JAD Cenários |
| 2. Necessidades de Informação dos Parlamentares | Áreas prioritárias de atuação dos deputados Demanda e finalidade de informações Tipo de informações Fontes de informações | Assessores parlamentares | Disseminação de informações adequadas que apoiem a atividade parlamentar Desenvolvimento de sistemas de informação de apoio à decisão no processo legislativo Seleção de Fontes de informação Coleta de dados e idéias | Pesquisa documentária Estudo de Usuários (Entrevista estruturada) |
| 3. Características da Informação (Baldwin, 1999) | Finalidade Tipo de informação Canais da Informação Fontes de informação Indicadores da Qualidade da informação Dificuldades de acesso | Assessores legislativos | Disseminação de informações adequadas que apoiem o processo legislativo Desenvolvimento de sistemas de informações de apoio à decisão no processo legislativo Seleção de Fontes e Canais de informações Coleta de dados e idéias | Pesquisa documentária JAD |
| 4. Elementos de valorização da informação (Dante Ponjuan, 1998) | Qualidade da informação Utilização dos fundos de informação Impacto na produtividade organizacional Impacto na eficácia organizacional Impacto no posicionamento de recursos financeiros | Assessores legislativos | Gestão da informação | Pesquisa documentária JAD |

Quadro 2 — Fatores levantados e examinados para a elaboração do Referencial teórico

| Fatores examinados (Variáveis) | Dados | Fontes dos dados | Decisões que apoiam | Técnicas utilizadas para coleta dos dados |
|--|---|--|---|--|
| 5. Indivíduos | Usuários-meio (Alimentadores do sistema) Usuários-fim do sistema (clientes) | Assessores legislativos | Gestão da informação Seleção e treinamento de Recursos Humanos Desenvolvimento de sistemas de informação de apoio à decisão no processo legislativo | Pesquisa documentária JAD |
| 6. Instrumentos de Avaliação da satisfação do Usuário | — | Assessores legislativos | Aperfeiçoamento de serviços e produtos Desenvolvimento de novos serviços e produtos | JAD |
| 7. Serviços e Produtos | Serviços oferecidos Serviços utilizados Serviços que não recebem mas gostariam de receber | Assessores legislativos | Aperfeiçoamento de serviços e produtos Desenvolvimento de novos serviços e produtos | Pesquisa documentária JAD |
| 8. Recursos tecnológicos | Equipamentos e programas de computador | Assessores legislativos | Alocação de equipamentos e programas Necessidade de manutenção Modernização | Entrevista |
| 9. Fatores do ambiente externo | Políticas e estratégias governamentais Condições sócio-econômicas do DF e do país Condições sócio-econômicas da população do DF | Políticas governamentais (DF e Federal) Documentos oficiais Indicadores econômicos Imprensa | Estratégias organizacionais Elaboração de planos de ação e metas | Pesquisa documentária Análise sócio-técnica estruturada Cenários |

Quadro 2 — Fatores levantados e examinados para a elaboração do Referencial teórico

Os resultados das discussões e análises, apresentamos a seguir:

9.1.1. MISSÃO DA CLDF:

Cabe à Câmara Legislativa, nos termos da Constituição Federal e de sua Lei Orgânica, exercer o Poder Legislativo do Distrito Federal, unidade integrante da união indissolúvel da República Federativa do Brasil,

assegurando à população do Distrito Federal, a partir da elaboração da legislação local, do debate dos problemas sociais e da fiscalização do Executivo, a defesa dos direitos individuais fundamentais, a preservação dos interesses gerais e coletivos e a promoção do bem comum, proporcionando aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana e a justiça social, e buscando, prioritariamente, o atendimento às demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia saneamento básico, lazer, assistência social e preservação ambiental.

9.1.2. VISÃO DA CLDF:

Somos, em 2005, uma Casa legislativa que assegura cidadania pela à população do Distrito Federal, legalidade e legitimidade à ação do Poder público, e serviços públicos de qualidade.

9.1.3. MISSÃO DA ASSESSORIA LEGISLATIVA – ASSEL:

Atuar como um corpo de natureza técnico-legislativa, altamente qualificado, desenvolvendo atividades de consultoria e assessoramento legislativo, aos deputados distritais, às lideranças, à Mesa Diretora e à administração da Casa, por meio de estudos e elaboração de textos que orientem o usuário na produção e/ou modificação de proposições, quanto à forma e conteúdo, na análise de sua admissibilidade em relação a leis hierarquicamente superiores, ou em relação às competências dos demais Poderes ou esferas legislativas, bem como no exame de mérito dessas proposições, frente à

realidade estrutural e conjuntural do distrito Federal e do país, atuando também na redação parlamentar e, sempre que necessário e possível, na consolidação de textos legislativos.

9.1.4. VISÃO DA ASSEL:

Somos, em 2005, um corpo de natureza técnico-legislativa, altamente qualificado, vinculado à Mesa Diretora, de importância estratégica para o desenvolvimento dos trabalhos parlamentares e legislativos e demais órgãos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, desempenhando atividades de consultoria legislativa isentas de influências ou vínculos ideológico-partidários.

9.1.5. AMBIENTE ORGANIZACIONAL:

A ASSEL, como unidade organizacional da Câmara Legislativa do DF, deve considerar sua relação de dependência e sua interação com seu meio ambiente imediato, atuando de acordo com a missão e os objetivos da organização em que se insere. Por isso, suas atribuições e atividades devem estar moldadas e direcionadas para atingir esses objetivos, explicitados em suas políticas de ação. Além disso, é por intermédio de seus serviços e produtos, e dos indivíduos que trabalham e interagem com a ASSEL, que a unidade atinge os objetivos organizacionais. Considerando que a estrutura organizacional da ASSEL é determinada pela estrutura organizacional da Câmara Legislativa, sua estrutura sofre influência e é resultado de seu meio ambiente (TARAPANOFF,

1984). A Figura 10 ilustra as relações da ASSEL com seu meio ambiente organizacional.

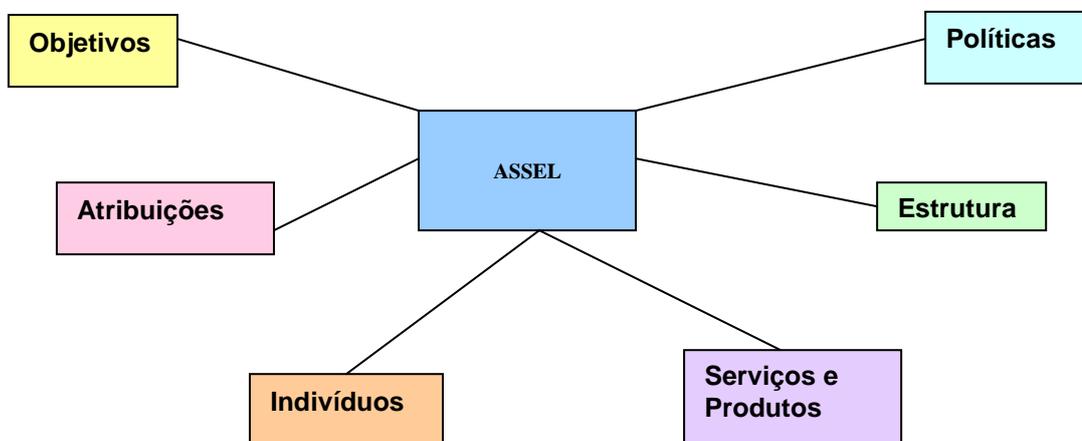


Figura 10 – Ambiente organizacional da ASSEL

9.1.5.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ASSESSORIA LEGISLATIVA

– ASSEL:

A Assessoria Legislativa, para cumprir sua missão e contribuir para o contínuo aprimoramento do processo legislativo na Câmara Legislativa, é composta pelas seguintes unidades temáticas:

- ✓ UCJ – Unidade de Constituição e Justiça;
- ✓ URP – Unidade de Redação Parlamentar e Consolidação de Textos Legislativos;
- ✓ UEF – Unidade de Economia e Finanças;
- ✓ USE – Unidade de Saúde, Educação, cultura e Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

- ✓ UDA – Unidade de Desenvolvimento Urbano e Rural e Meio Ambiente.

Integra ainda a Assessoria o Apoio, que embora não conste da estrutura organizacional, é responsável pelo controle do recebimento e andamento dos projetos, pela pesquisa e digitação dos trabalhos. A figura 11 apresenta a estrutura organizacional da Assessoria.

ESTRUTURA DA ASSESSORIA LEGISLATIVA

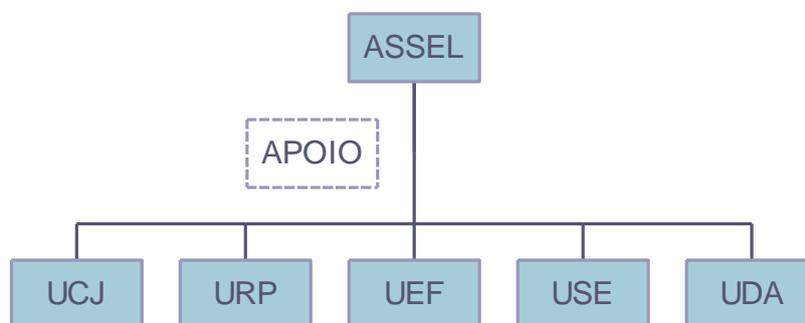


Figura 11 — Estrutura da Assessoria Legislativa

9.1.5.2. ATRIBUIÇÕES DA ASSEL:

- ✓ Prestar consultoria legislativa aos deputados, às comissões, às lideranças, à Mesa Diretora e à administração da Casa;
- ✓ Elaborar pesquisas e estudos técnicos sobre temas legislativos considerados relevantes para a Câmara Legislativa;
- ✓ Prestar apoio técnico quanto ao conteúdo e forma de apresentação de proposições;

- ✓ Promover, com a aprovação da Mesa Diretora, cursos, palestras e seminários sobre temas legislativos;
- ✓ Promover, por iniciativa própria e no âmbito de suas competências, estudos e sugestões à mesa Diretora sobre temas de interesse à CLDF.

9.1.5.3. OBJETIVOS DA ASSEL:

- ✓ Promover atividades de consultoria e assessoramento legislativo à CLDF;
- ✓ Elaborar minutas de proposições legislativas e pareceres;
- ✓ Elaborar pronunciamentos parlamentares diversos;
- ✓ Realizar estudos para subsidiar o processo legislativo e a tomada de decisão na atuação parlamentar;
- ✓ Promover, sempre que necessário e possível, a consolidação de textos legislativos.

9.1.5.4. POLÍTICAS DA ASSEL:

- ✓ Garantir o desenvolvimento integral da ASSEL, articulando-se permanentemente às instâncias decisórias da CLDF;
- ✓ Assegurar transparência e visibilidade das ações desenvolvidas pela ASSEL, como atividades de consultoria e assessoramento legislativo;
- ✓ Promover o aperfeiçoamento e a valorização de seu quadro de pessoal, por meio de incentivo a práticas criativas e inovadoras, visando à melhoria da qualidade de seus serviços e produtos;

- ✓ Promover o aperfeiçoamento de seus serviços e produtos, adotando os quesitos da qualidade, visando alcançar maior eficiência operacional e organizacional;
- ✓ Garantir a utilidade, a integridade, a privacidade e a disponibilidade das informações, mesmo em situações de contingência;
- ✓ Assegurar a gestão do conhecimento relativo ao processo legislativo.

9.1.5.5. INDIVÍDUOS:

A – Usuários-meio do sistema (alimentadores):

- ✓ Assessores legislativos
- ✓ Assistentes legislativos

B – Usuários-fim do sistema (clientes):

- ✓ Parlamentares
- ✓ Demais órgãos da CLDF

Não há usuários externos.

9.1.5.6. SERVIÇOS E PRODUTOS:

Constitui o componente tecnológico da organização, e é “determinado pelos requisitos apresentados pelas tarefas executadas na organização e moldado pela especialização de conhecimentos e de aptidões necessárias pelos tipos

de equipamentos e instalações auxiliares” (Kast & Rosenzweig, apud. TARAPANOFF, 1984).

✓ Oferecidos

- ↳ Elaboração de minutas de proposição legislativa
- ↳ Elaboração de minutas de parecer
- ↳ Elaboração de discursos
- ↳ Elaboração de estudos técnicos
- ↳ Consultas verbais
- ↳ Elaboração de nota técnica
- ↳ Alguns Estudos técnicos, chamados Pró-ativos, são publicados
- ↳ Além desses, cada unidade possui uma base de dados sobre a especialidade de sua competência

✓ Utilizados

- ↳ Sistemas de informações existentes na casa e dos quais a ASSEL é usuária
 - Sistema de informações bibliográficas (Biblioteca)
 - Sistema de informações legislativas (Protocolo Legislativo)
 - Bases de dados internas (ASSEL e Unidades Temáticas)
- ↳ Pesquisa legislativa
- ↳ Pesquisa bibliográfica
- ↳ Proposições

- ↪ Pareceres (da base de dados do Protocolo Legislativo)
- ↪ Estudos
- ↪ Artigos de revistas e jornais
- ↪ Discursos
- ↪ Listas de livros novos
- ↪ Cursos e seminários internos

9.1.6. ANÁLISE AMBIENTAL: MEIO AMBIENTE ORGANIZACIONAL (ASSESL/CLDF), MEIO AMBIENTE ESPECÍFICO (DISTRITO FEDERAL) E MEIO AMBIENTE GERAL (BRASIL):

Na análise do ambiente organizacional⁸, realizado durante as sessões de JAD, foram levantados os fatores organizacionais que afetam a Assessoria Legislativa. Os eventos políticos, econômicos e sociais veiculados pela mídia impressa serviram de contra-ponto, a fim de se verificar que eventos teriam impacto nas ações desenvolvidas pela Câmara Legislativa, e, conseqüentemente, na Assessoria.

Na análise do ambiente específico e geral⁹, também realizado durante as sessões de JAD, foram levantados os aspectos sociais, econômicos e políticos. As políticas e ações desenvolvidas pelo Executivo local e federal foram examinadas, bem como os indicadores sócio-econômicos oriundos do GDF. Os

⁸ Fontes de análise: Planos setoriais da CLDF, 2001; Correio Braziliense e Gazeta Mercantil, edição de 05.6.2001. Ver bibliografia.

⁹ Fontes de análise: DF — Mensagem do Governador à Câmara Legislativa, 2001; Perfil sócio-econômico do Distrito Federal, 1999; Correio Braziliense e Gazeta Mercantil de 05.06.2001. Fontes de análise: BRASIL — Mensagem do presidente ao Congresso Nacional, 2000; Correio Braziliense e Gazeta Mercantil, edição de 5.6.2001. Ver bibliografia Ver bibliografia.

eventos políticos, econômicos e sociais veiculados pela mídia impressa serviram de contra-ponto, a fim de se comparar as ações governamentais propostas e realizadas, além de servir para avaliar o impacto que a ação do governo causa à população e como é percebida pela mídia e pelos analistas.

Relacionamos a seguir os fatores levantados:

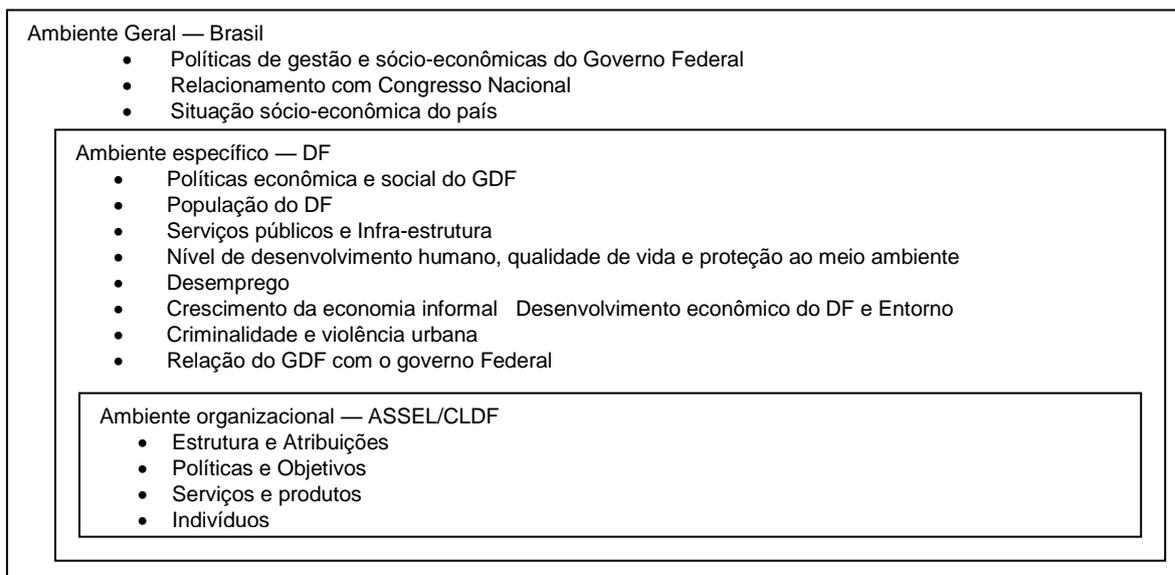
✓ Ambiente específico — DF

- ↳ Políticas econômica e social do GDF
- ↳ População do DF
- ↳ Serviços públicos e Infra-estrutura
- ↳ Nível de desenvolvimento humano, qualidade de vida e proteção ao meio ambiente
- ↳ Desemprego
- ↳ Crescimento da economia informal
- ↳ Desenvolvimento econômico do DF e Entorno
- ↳ Criminalidade e violência urbana
- ↳ Relação do GDF com o governo Federal

✓ Ambiente geral — Brasil

- ↳ Políticas de gestão e sócio-econômicas do Governo Federal
- ↳ Relacionamento com Congresso Nacional
- ↳ Situação sócio-econômica do país

O Quadro 3 apresenta a representação gráfica da Assessoria Legislativa da CLDF e sua relação com seu meio ambiente.



Quadro 3 — Representação Gráfica da ASSEL e sua relação como seu meio ambiente

9.1.7. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO:

Após a análise ambiental, ao examinar os fatores que interferem na organização, identificamos pontos fortes e pontos fracos, ameaças e oportunidades, a partir das variáveis ambientais e seus componentes estratégicos.

O quadro 4 descreve o resultado da análise do ambiente interno, quando identificamos os pontos fortes e os pontos fracos, representando a interação da Assessoria com seu ambiente organizacional.

| Ambiente interno (organizacional) — ASSEL/CLDF | |
|---|---|
| Pontos Fortes | Pontos Fracos |
| Objetivos e Políticas | |
| Serviços e Produtos | |
| Internet / Intranet | |
| Disponibilização das informações | |
| Processo legislativo racionalizado, modernizado e informatizado | Dotação orçamentária para o setor |
| | Capacitação de recursos humanos |
| | Integração da ASSEL com outros órgãos |
| Manutenção, implementação e desenvolvimento de Sistemas de informação | |
| Modernização da Recuperação da informação | |
| Atualização do acervo bibliográfico | |
| Disseminação da Informação | |
| Aquisição de equipamentos de informática | |
| Divulgação institucional da CLDF | |
| Construção da nova sede | |
| Aperfeiçoamento da infra-estrutura da rede | |
| | |
| Realização de seminários | Reciclagem do pessoal da informática |
| Organização do acervo | Prestação de suporte técnico à informatização |
| Funcionamento da TV Legislativa | |

Quadro 4 — Análise do ambiente interno — Pontos fortes e pontos fracos

O Quadro 5 descreve o resultado da análise dos ambientes Específico e Geral, representando os fatores que se apresentam como ameaças e oportunidades na relação da ASSEL/CLDF com seu meio ambiente externo.

| Ambiente Externo (Específico e Geral) — DF e Brasil | |
|---|---|
| Oportunidades | Ameaças |
| Políticas de informação e conhecimento do Governo Federal | Política de Gestão do Governo Federal Política econômica do Governo Federal Políticas sociais do Governo Federal Políticas de desenvolvimento de infra-estrutura do Governo Federal Políticas de desenvolvimento do Governo Federal |
| Política de geração de emprego e renda no DF | Política ambiental do Governo Federal Política de Defesa Nacional do Governo Federal Política externa do governo Federal Relacionamento do governo Federal com o Congresso Nacional Política sócio-econômica do GDF População do DF Serviços públicos e infra-estrutura do DF Nível de Desenvolvimento humano, qualidade de vida e proteção ambiental no DF Nível de desemprego no DF |
| Investimentos do setor privado Arrecadação de impostos | Incentivos fiscais |
| Relação do GDF com o Governo Federal Relação da CLDF com o GDF | Nível de criminalidade e violência no DF Imagem da CLDF |

Quadro 5 — Análise do ambiente externo — ameaças e oportunidades

Diante do diagnóstico apresentado, identificamos a postura estratégica a ser adotada pela Assessoria Legislativa no momento atual, que apresentamos no Quadro 6.

| | | | |
|-------------------------------------|-------------------|----------------------------------|-------------------|
| | | Análise interna — Predominâncias | |
| | | Pontos Fortes (16) | Pontos Fracos (5) |
| Análise externa — Predominâncias | Ameaças (17) | Estratégia de Manutenção | |
| | Oportunidades (6) | | |

Quadro 6 — Diagnóstico estratégico da ASSEL/CLDF

Estratégia de Manutenção

Embora se identifique um ambiente com predominância de ameaças, a ASSEL/CLDF possui uma série de pontos fortes, que possibilita manter sua posição conquistada até o momento. O indicado, nesse momento, é sedimentar e usufruir ao máximo seus pontos fortes, minimizando seus pontos fracos. Recomenda-se investir moderadamente. (OLIVEIRA, 1994).

A Estratégia de Manutenção apresenta três situações (OLIVEIRA, 1994). Cabe à Chefia da ASSEL, bem como as instâncias superiores, decidirem quanto às estratégias inerentes a essa postura. São elas:

Estratégia de Estabilidade

Procura, principalmente, a manutenção ou a recuperação de um estado de equilíbrio.

Estratégia de Nicho

Procura dominar, no caso do setor público, um serviço que ofereça, concentrando seus esforços e recursos em preservar algumas vantagens competitivas. Não diversificar as atividades.

Estratégia de Especialização

Procura investir na especialização. A validade da aplicação dessa estratégia condiciona-se ao fato de se possuir grandes vantagens competitivas.

9.1.8. CENÁRIOS:

Uma vez estabelecidos os pontos fortes e fracos da Assessoria Legislativa – ASSEL/CLDF, e as ameaças e as oportunidades, construímos 3 cenários caracterizados como pessimista, otimista e moderado (PEREIRA, 1997).

A — CENÁRIO PESSIMISTA

Nesse quadro de perspectivas pessimistas, o Governo Federal não conseguirá impedir a crise econômica e energética, e tão pouco manter a estabilidade da moeda, provocando crise cambial generalizada. O quadro de crescimento, que já estava comprometido com a crise energética, será revertido para a recessão profunda, afetando a credibilidade do país no cenário internacional. As crises políticas, dentro do próprio governo se intensificarão, e o relacionamento com o Congresso Nacional ficará seriamente comprometido. Com isso, as proposições em tramitação no Congresso de interesse do Governo não serão votadas. As estratégias para promover o desenvolvimento serão nulificadas pela necessidade de ações que visem à governabilidade do país. A relação do GDF com o Governo Federal se tornará tensa e o governador não conseguirá negociar a dívida pública com a União e tão pouco conseguirá o repasse necessário para garantir o a continuidade das políticas e o pagamento dos segmentos que dependem de recursos federais. As condições sócio-

econômicas da população do DF serão agravadas, o nível de desemprego se elevará, aumentando o índice de criminalidade e violência urbana. O GDF não conseguirá implantar suas políticas, comprometendo a prestação de serviços públicos, e gerando maior instabilidade social. Com isso, a Câmara legislativa terá dificuldades em buscar soluções para os problemas que afligem o DF, comprometendo ainda mais sua imagem junto à população.

Nesse quadro pessimista, a Assessoria Legislativa encontrará dificuldades em articular-se com a Mesa Diretora, comprometendo os recursos financeiros direcionados para a manutenção de seus serviços. A Câmara Legislativa não terá recursos para na construção da nova sede ou na divulgação institucional, de forma que a imagem da CLDF continuará comprometida. Diante dessa conjuntura, os serviços prestados pela ASSEL serão restritos aos existentes, sem qualquer integração com os outros setores da Casa, adotando a **Estratégia de Sobrevivência (Estratégia de Redução de Custos ou de Desinvestimento)**.

B — CENÁRIO OTIMISTA

O governo Federal conseguirá contornar a crise energética, sem grandes ônus sociais, fazendo com que adquira credibilidade no cenário internacional, favorecendo investimentos estrangeiros, o que contribuirá para o fortalecimento da política econômica e da moeda nacional. Isso irá proporcionar a ambiência necessária ao crescimento econômico, gerando empregos, melhor distribuição de renda, e alcançando sucesso nas estratégias de gestão e de desenvolvimento sócio-econômico. Como resultado, as discrepâncias sociais e regionais terão condições de iniciar o caminho da reversão. As relações do Governo Federal com Congresso serão estreitadas, produzindo efeitos nas

reformas do Estado. O governo do DF encontrará as condições propícias para alocar os recursos necessários à continuidade de suas políticas. A iniciativa privada mostrará interesse em investir nos programas de desenvolvimento do DF e Entorno. Com recursos disponíveis, o GDF poderá implementar as políticas sociais e estruturais, consolidando a autonomia econômica e promovendo melhor qualidade de vida aos habitantes do DF.

Sob essa perspectiva, a intermediação da CLDF entre Executivo e sociedade será facilitada, contribuindo para aproximar a população da Câmara Legislativa, assegurando uma melhoria na imagem da CLDF junto à população. Com a melhoria das relações com o GDF, a CLDF poderá garantir novos recursos para investir em suas metas. Com isso, a integração da Assessoria com a Mesa Diretora poderá ser intensificada, facilitando a negociação por melhores recursos para o setor. Dessa forma, a Assessoria poderá investir em seus serviços e produtos. A Câmara poderá investir na construção da nova sede e na melhoria da TV Legislativa, o que irá contribuir para a divulgação institucional na melhoria de sua imagem. Nesse caso, a ASSEL poderá adotar a postura de **Estratégia de Desenvolvimento de Serviços e produtos.**

C — CENÁRIO MODERADO

A crise energética continuará, obrigando o Governo Federal adotar uma estratégia de contingência, alternando entre problemas com sua equipe ministerial e com o Congresso manifestando suas divergências do Executivo, e com problemas econômicos (alcance de metas, inflação, elevação do dólar, crises externas etc.), esforçando-se em não perder o controle da economia e a governabilidade do país. As negociações com o congresso continuarão sendo conduzidas com dificuldade, exigindo do governo flexibilidade nas negociações

para manter sua autoridade e não perder o rumo. O Governo do Distrito Federal conseguirá manter algumas metas, mas a arrecadação de impostos será insuficiente para prover os recursos necessários a novos investimentos. A política econômica do governo federal irá dificultar a negociação por mais verbas, levando o GDF a recorrer à Bancada do DF no Congresso, impondo ao GDF a reorientação de suas estratégias. Não conseguirá reverter o quadro sócio-econômico, mas poderá implantar algumas medidas para a melhoria das condições sócio-econômicas.

Nesse quadro moderado, mais provável, a Câmara Legislativa poderá promover maior integração entre os diversos órgãos, favorecendo a ASSEL no atendimento de suas metas e objetivos. Poderá investir nas metas comprometidas com o aperfeiçoamento de recursos humanos e tecnologia da informação, e TV Legislativa, como forma de melhorar a imagem da Câmara Legislativa. Investindo em sistemas de informações legislativas e de apoio à decisão, o processo legislativo será mais eficiente e ágil na condução dos objetivos e missão da CLDF. Considerando essa conjuntura, a ASSEL poderá adotar a **Estratégia de Crescimento**.

9.2. NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO DOS PARLAMENTARES:

A aplicação das entrevistas aos assessores parlamentares (de gabinete), mediante a utilização do formulário como roteiro das perguntas, objetivou levantar o perfil do parlamentar referente às suas necessidades de informação. Segue-se a descrição dos dados coletados e suas relações.

9.2.1. CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO:

O primeiro bloco dos dados coletados objetivou caracterizar o perfil do deputado quanto a partido, comissões a que pertence e áreas de atuação parlamentar, procurando identificar o perfil da atual legislatura, em relação à missão da CLDF. Embora esse aspecto não esteja discriminado nos objetivos da pesquisa, verificamos a necessidade de incluí-lo para uma maior compreensão do perfil do parlamentar, já que se reflete no jogo político referente à negociação da aprovação dos projetos de lei.

9.2.1.1. IDENTIFICAÇÃO:

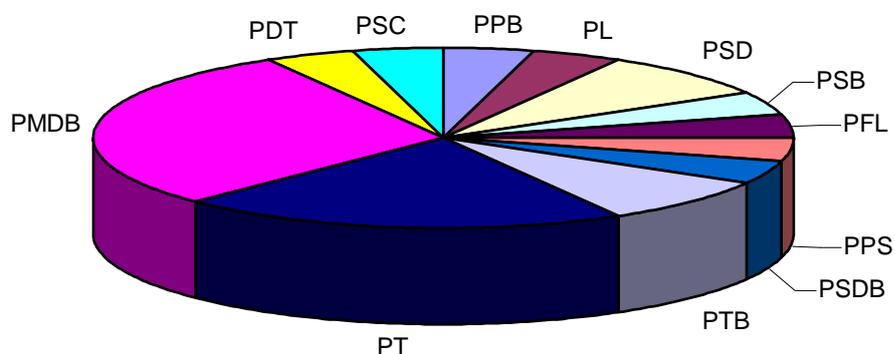
Pelos dados levantados, podemos identificar os partidos representados na Câmara Legislativa (questão 1), apresentados na Tabela 1, e a bi-polarização da composição de forças políticas (situação x oposição).

| Partidos da 3ª Legislatura | |
|----------------------------|-------------------|
| Partido | <i>Ocorrência</i> |
| PPB | 1 |
| PL | 1 |
| PSD | 2 |
| PSB | 1 |
| PFL | 1 |
| PPS | 1 |
| PSDB | 1 |
| PTB | 2 |
| PT | 5 |
| PMDB | 7 |
| PDT | 1 |
| PSC | 1 |
| TOTAL | 24 |

Tabela 1 – Representação Partidária na 3ª Legislatura da CLDF (1999/2002)

Essa situação favorece aos partidos ligados ao governo, se considerarmos as tendências político-partidárias e ideológicas. Os partidos de tendência liberal e social-democrata estão com um maior número de representação, em relação aos partidos considerados de esquerda, representando maior poder de barganha dos deputados governistas no jogo político. Em consequência, os deputados representantes da oposição encontram maior dificuldade em negociar a aprovação dos projetos de lei de seu interesse. Esse quadro se reflete na composição das comissões permanentes (questão 2) . O Gráfico 1 apresenta a representação partidária na CLDF, na atual legislatura.

GRÁFICO 1 - PARTIDOS REPRESENTADOS NA 3ª LEGISLATURA (1999/2002)



Quanto à área de atuação parlamentar (questão 3), o quadro atual apresenta discrepâncias entre as áreas prioritárias para atendimento das demandas da sociedade e as áreas de atuação parlamentar, sua base eleitoral. Observamos que algumas áreas prioritárias de atuação parlamentar estão fora das áreas a serem atendidas pela missão da CLDF. Por outro lado, algumas áreas fora do escopo da missão apresentam altos índices de ocorrência, enquanto algumas áreas a serem atendidas prioritariamente apresentam baixos índices, embora todas as áreas do escopo da missão tenham sido abrangidas pela atual legislatura, em maior ou menor índice. Observamos, ainda, no entanto, que as áreas de maior ocorrência encontram-se alinhadas à missão da CLDF. As Tabelas 2 e 3 demonstram essa situação.

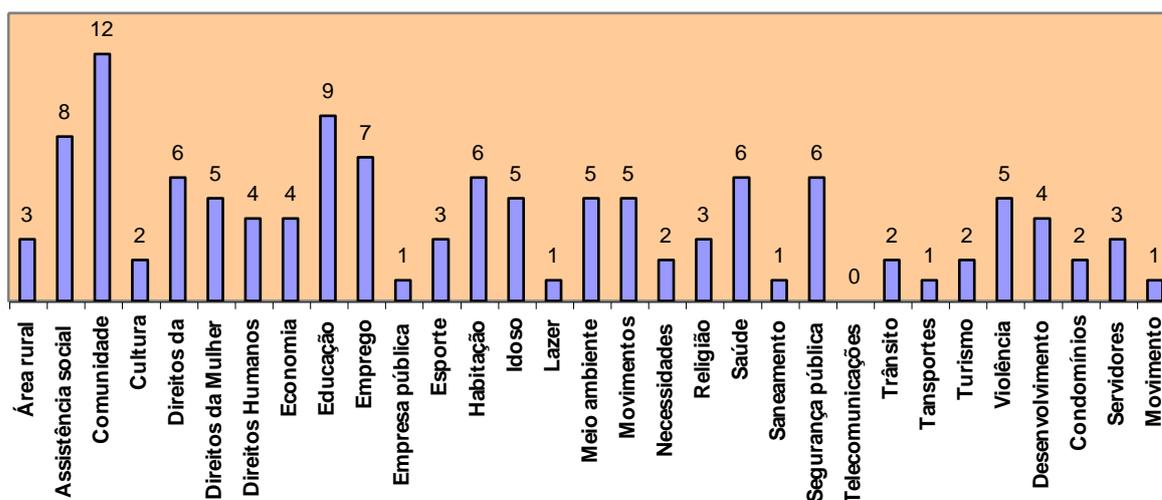
| Áreas atendidas pela Missão da CLDF | | |
|--|-------------------|--------------------|
| <i>Área de atuação</i> | <i>Ocorrência</i> | <i>Porcentagem</i> |
| Assistência social | 8 | 33% |
| Comunidade | 12 | 50% |
| Educação | 9 | 37% |
| Lazer | 1 | 4% |
| Moradia (Habitação) | 6 | 25% |
| Preservação ambiental (meio ambiente). | 5 | 20% |
| Saneamento básico (e limpeza pública). | 1 | 4% |
| Saúde | 6 | 25% |
| Segurança pública | 6 | 25% |
| Trabalho (Emprego) | 7 | 29% |
| Transporte | 1 | 4% |

Tabela 2 — Áreas a serem atendidas pela Missão da CLDF

| Áreas fora do escopo da Missão da CLDF | | |
|---|-------------------|-------------------|
| <i>Áreas de Atuação</i> | <i>Ocorrência</i> | <i>Percentual</i> |
| Área rural | 3 | 12% |
| Condomínios | 2 | 8% |
| Cultura | 2 | 8% |
| Desenvolvimento urbano | 4 | 16% |
| Direitos da Criança | 6 | 25% |
| Direitos da Mulher | 5 | 20% |
| Direitos Humanos | 4 | 16% |
| Economia | 4 | 16% |
| Empresa pública | 1 | 4% |
| Esporte | 3 | 12% |
| Idoso | 5 | 20% |
| Movimentos populares | 5 | 20% |
| Movimento sindical | 1 | 4% |
| Necessidades especiais | 2 | 8% |
| Religião | 3 | 12% |
| Servidores | 3 | 12% |
| Telecomunicações | 0 | 0% |
| Trânsito | 2 | 8% |
| Turismo | 2 | 8% |
| Violência | 5 | 20% |

Tabela 3 – Áreas de Atuação parlamentar fora do Escopo da Missão da CLDF

Gráfico 2 - Área de Atuação Parlamentar



9.2.2 – ORIGEM E FINALIDADE DA DEMANDA DE INFORMAÇÕES:

As questões 4 e 5 do formulário referem-se à caracterização da origem e finalidade da demanda de informações necessárias à atuação parlamentar. A Tabela 4 descreve de onde as informações são demandadas com maior frequência (questão 4). O assessor parlamentar pode hierarquizar, em 3 níveis, aquelas que mais demandam informações daquelas que não demandam tanto .

Tabela 4 - Origem da Demanda

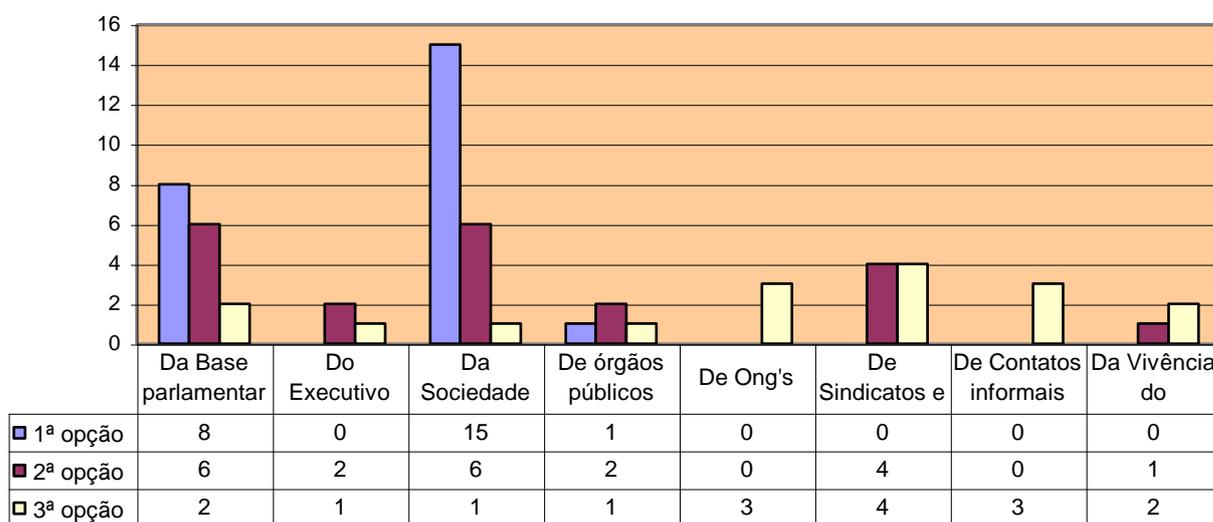
| Origem | 1ª opção | Percentual | 2ª opção | Percentual | 3ª opção | Percentual |
|-----------------------------|----------|------------|----------|------------|----------|------------|
| Da Base parlamentar | 8 | 33% | 6 | 25% | 2 | 8% |
| Do Executivo | 0 | 0% | 2 | 8% | 1 | 4% |
| Da Sociedade | 15 | 62% | 6 | 25% | 1 | 4% |
| De órgãos públicos | 1 | 4% | 2 | 8% | 1 | 4% |
| De Ong's | 0 | 0% | 0 | 0% | 3 | 12% |
| De Sindicatos e Associações | 0 | 0% | 4 | 16% | 4 | 16% |
| De Contatos informais | 0 | 0% | 0 | 0% | 3 | 12% |
| Da Vivência do Deputado | 0 | 0% | 1 | 4% | 2 | 8% |

Tabela 4 – Origem da Demanda

As informações necessárias à atuação parlamentar são demandadas principalmente da Sociedade (15 ocorrências como origem mais importante, representando 62%), conforme observamos, e que está de acordo com a missão da Câmara Legislativa. Outro setor importante de onde demandam informações é a base parlamentar, ou eleitoral, com 8 ocorrências como 1ª opção, representando 33% das respostas. Além desses, as informações são demandadas, em menor grau de importância, de associações comunitárias ou profissionais — incluindo-se aí as prefeituras de quadra —, órgãos públicos e GDF; e, por último, as ong's, os contatos informais, e a própria vivência do deputado também oferecem alguma demanda.

No Gráfico 3 demonstramos a representação dessas relações.

Gráfico 3 - Origem da Demanda



Em relação à finalidade da demanda (questão 5), a Tabela 5 apresenta o resultado do levantamento dos dados.

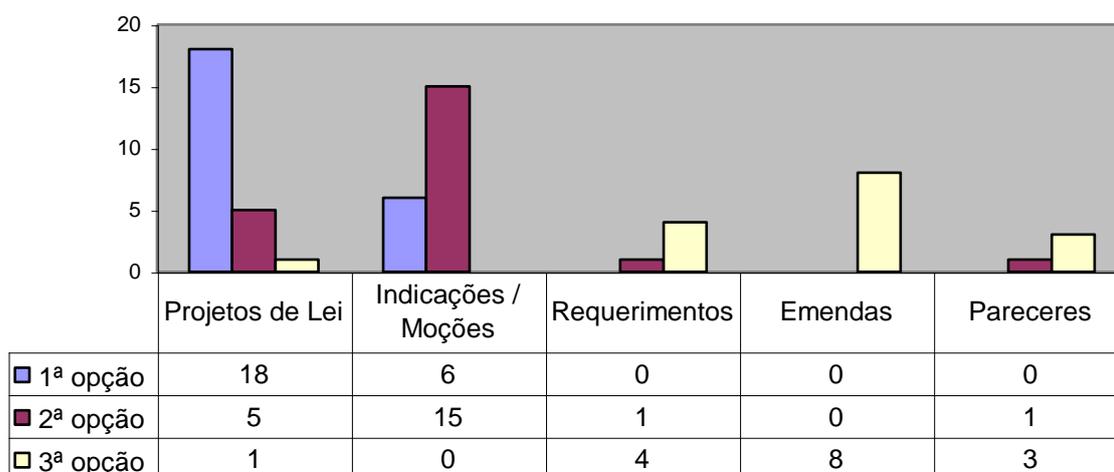
Tabela 5 - Finalidade da Demanda

| Finalidade | 1ª opção | Percentual | 2ª opção | Percentual | 3ª opção | Percentual |
|-------------------|----------|------------|----------|------------|----------|------------|
| Projetos de Lei | 18 | 75% | 5 | 20% | 1 | 4% |
| Indicações/Moções | 6 | 25% | 15 | 62% | 0 | 33% |
| Requerimentos | 0 | 0% | 1 | 4% | 4 | 16% |
| Emendas | 0 | 0% | 0 | 0% | 8 | 33% |
| Pareceres | 0 | 0% | 1 | 4% | 3 | 12% |

Tabela 5 – Finalidade da Demanda

Conforme observamos, os Projetos de lei apresentam o maior índice de ocorrência como finalidade das informações. Na seqüência, temos as indicações e moções como a finalidade mais importante, depois dos projetos de lei; e as emendas às proposições como a terceira mais importante. As indicações e moções são instrumentos muito utilizados pelos deputados para solicitar esclarecimentos de ações governamentais, sugerir nomes para receberem o título de cidadão honorário e outros assuntos. Esses resultados estão descritos no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Finalidade da Demanda



9.2.3. PRIORIDADE DE INFORMAÇÃO E FONTES MAIS UTILIZADAS:

As questões 6 e 7 do Formulário dizem respeito à prioridade quanto ao tipo de informação necessária para as atividades parlamentares, e às fontes de informação mais utilizadas, segundo sua freqüência de uso. Para os deputados distritais da 3ª Legislatura (1999-2002), a prioridade de informações necessárias à atuação parlamentar (questão 6) está representada na Tabela 6.

| Prioridade do Tipo de Informação | | | | | | | | |
|----------------------------------|-----------------|----------|-----------------|----------|-----------------|----------|-----------------|----------|
| <i>Tipo de Informação</i> | <i>1ª opção</i> | <i>%</i> | <i>2ª opção</i> | <i>%</i> | <i>3ª opção</i> | <i>%</i> | <i>4ª opção</i> | <i>%</i> |
| Informação Política | 14 | 58% | 3 | 12% | 2 | 8% | 4 | 16% |
| Informação Técnica | 0 | 0% | 9 | 37% | 11 | 45% | 3 | 12% |
| Informação Legislativa | 7 | 29% | 9 | 37% | 5 | 20% | 2 | 8% |
| Informação Estatística | 2 | 8% | 2 | 8% | 5 | 20% | 14 | 58% |

Tabela 6 — Prioridade do Tipo de Informação necessária à Atuação parlamentar

Com referência às informações de apoio à atuação parlamentar, constatamos que, como 1ª opção, os deputados priorizam a informação política (14 ocorrências, representando 58% das respostas válidas). A informação técnica apresenta o índice de 29% das respostas válidas (7 ocorrências como primeira opção), e a informação estatística, 8% (2 ocorrências). A informação técnica não obteve respostas como 1ª opção para informação prioritária no desenvolvimento da atividade parlamentar. Esse tipo de informação aparece com alto índice de respostas válidas como terceira opção.

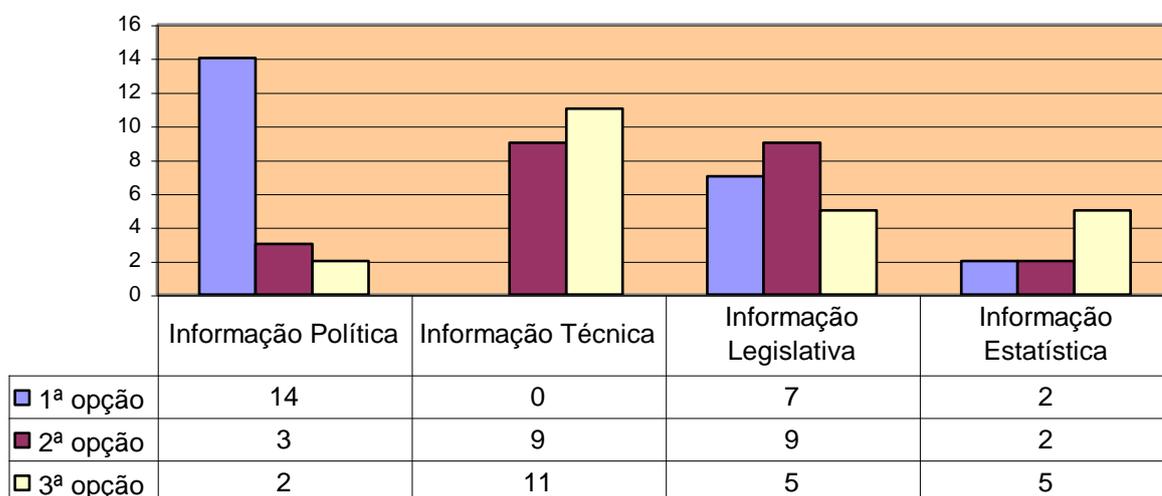
Como segunda opção, o resultado foi o seguinte: informação técnica e informação legislativa, 9 ocorrências representando 37% das respostas válidas; e Informação estatística com 2 ocorrências, representando 8% das respostas válidas.

Como terceira opção, a informação técnica apresenta um índice de 45%, representando 11 ocorrências de respostas válidas, a informação legislativa e a informação estatística apresentam um índice de 20% de respostas válidas, representando 5 ocorrências, e a informação política, 8% (2 ocorrências).

Como 4ª opção, a informação estatística apresenta um índice de 58% (14 ocorrências), a informação política 16% (4 ocorrências), a informação técnica 12% (3 ocorrências), e a informação legislativa, 8% (2 ocorrências).

Esses resultados estão representados no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Prioridade do Tipo de Informação



Observando o gráfico, como resultado final, percebemos que, segundo o nível de prioridade, podemos estabelecer a seguinte ordem de prioridade;

- ✓ Prioridade 1 — Informação política;
- ✓ Prioridade 2 — informação legislativa;
- ✓ Prioridade 3 — informação técnica;
- ✓ Prioridade 4 — informação estatística.

A informação técnica e a informação legislativa apresentam o mesmo índice de ocorrências como segunda opção, mas, quando verificamos a terceira opção, a informação técnica destaca-se nessa ordem de prioridade.

Quanto às fontes de informação mais utilizadas (questão 7), a Tabela 7 descreve os resultados obtidos com a coleta dos dados, durante a realização das entrevistas.

| Fontes | Fontes de Informação | | | | |
|------------------------|----------------------|--------------|---------------|-----------|---------------|
| | diariamente | muitas vezes | algumas vezes | raramente | nunca ocorreu |
| Comissão permanente | 1 (4%) | 8 (33%) | 4 (16%) | 9 (37%) | 0 (0%) |
| Comissão temporária | 0 (0%) | 3 (12%) | 6 (25%) | 9 (37%) | 1 (4%) |
| Biblioteca e arquivo | 7 (29%) | 7 (29%) | 8 (33%) | 0 (0%) | 0 (0%) |
| Intranet/Internet | 20 (83%) | 3 (12%) | 0 (0%) | 0 (0%) | 0 (0%) |
| Mesa Diretora | 5 (20%) | 5 (20%) | 9 (37%) | 2 (8%) | 1 (4%) |
| Assessoria Legislativa | 7 (29%) | 10 (41%) | 3 (12%) | 3 (12%) | 0 (0%) |
| Ass. Parlam. GDF | 4 (16%) | 4 (16%) | 7 (29%) | 3 (12%) | 3 (12%) |
| Gabinete parlamentar | 23 (95%) | 0 (0%) | 0 (0%) | 0 (0%) | 0 (0%) |
| Comunicação social | 2 (8%) | 5 (20%) | 6 (25%) | 5 (20%) | 3 (12%) |
| Taquigrafia | 1 (4%) | 3 (20%) | 16 (66%) | 1 (4%) | 1 (4%) |
| Apoio ao Plenário | 3 (12%) | 9 (37%) | 8 (33%) | 0 (0%) | 1 (4%) |
| Outros deputados | 5 (20%) | 9 (37%) | 6 (25%) | 0 (0%) | 1 (4%) |
| Sindicatos e assoc. | 5 (20%) | 15 (62%) | 2 (8%) | 0 (0%) | 0 (0%) |
| Base parlamentar | 11 (45%) | 11 (45%) | 0 (0%) | 0 (0%) | 0 (0%) |
| Empresa privada | 0 (0%) | 3 (12%) | 11 (45%) | 6 (25%) | 1 (4%) |
| Empresa pública | 1 (4%) | 7 (29%) | 12 (50%) | 2 (8%) | 0 (0%) |
| Especialista | 2 (8%) | 7 (29%) | 9 (37%) | 4 (16%) | 0 (0%) |
| Governo federal | 1 (4%) | 3 (12%) | 8 (33%) | 4 (16%) | 4 (16%) |
| GDF | 2 (8%) | 9 (37%) | 9 (37%) | 2 (8%) | 1 (4%) |
| Gov. estad. E municip. | 0 (0%) | 1 (4%) | 17 (70%) | 2 (8%) | 1 (4%) |
| Lobistas/Gr. Interesse | 0 (0%) | 2 (8%) | 2 (8%) | 7 (29%) | 11 (45%) |
| Imprensa | 15 (65%) | 6 (25%) | 1 (4%) | 0 (0%) | 0 (0%) |
| Inst. Pesquisa | 0 (0%) | 5 (20%) | 14 (58%) | 2 (8%) | 0 (0%) |
| Partido político | 5 (20%) | 8 (33%) | 6 (25%) | 0 (0%) | 1 (4%) |

Tabela 7 — Fontes de Informação mais utilizadas por parlamentares

Conforme observamos, as fontes utilizadas diariamente com maior frequência de uso, referem-se a gabinete parlamentar do deputado, com 23 ocorrências (95%); Internet/Intranet, com 20 ocorrências (83%), e imprensa, com 15 ocorrências (62%).

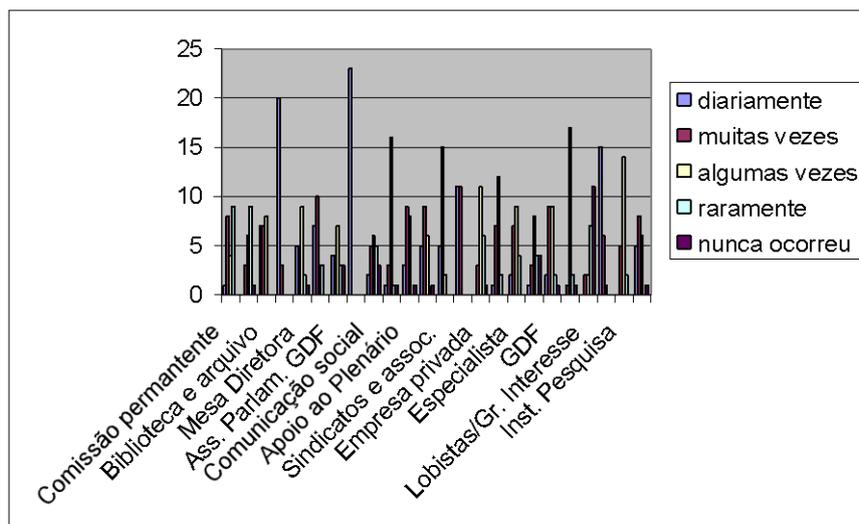
As fontes utilizadas na categoria muitas vezes, com maior frequência de uso referem-se a sindicatos e associações profissionais ou comunitárias, com 15 ocorrências (62%); fonte base parlamentar, com 11 ocorrências (45%), e a Assessoria Legislativa com 10 ocorrências (41%). Observamos ainda, considerando as 22 respostas válidas para a fonte base parlamentar que metade dos deputados consulta diariamente, metade consulta muitas vezes/quase diariamente (conforme utilizado nas entrevistas). A seguir, temos, com 9 ocorrências (37%), o Setor de Apoio ao Plenário, outros deputados como fonte de informação, e o GDF.

As fontes consultadas algumas vezes com maior frequência referem-se a Taquigrafia, com 16 ocorrências (66%); empresa pública com 12 ocorrências (50%); e empresa privada, com 11 ocorrências (45%).

Nas fontes consultadas raramente, com índices acima de 30%, temos as Comissões permanentes e as comissões temporárias, pois os deputados só as consultam quando são relatores ou membros.

As fontes nunca utilizadas com índices de ocorrência acima dos 30% referem-se apenas aos lobistas ou grupos de interesse. Outros deputados ou não assinalaram essa opção, ou, quando o fizeram, apenas para ressaltar que são eles quem procuram o gabinete e, mesmo assim, só são atendidos no caso do lobby legal.

O Gráfico 6 apresenta essas relações.



Os índices para Biblioteca e arquivo como fonte de informação obteve o seguinte resultado:

- ✓ diariamente — 7 ocorrências (29%);
- ✓ muitas vezes — 7 ocorrências (29%);
- ✓ algumas vezes — 8 ocorrências (33%);
- ✓ raramente — 0;
- ✓ nunca — 0;
- ✓ 22 respostas válidas.

Para se apurar o baixo índice resultante do levantamento de dados referente a biblioteca e arquivo como fonte de informação, seria conveniente desenvolver um estudo que objetivasse averiguar a qualidade dos serviços e produtos oferecidos por esses setores, em relação ao atendimento das necessidades de informação de seus usuários.

Gostaríamos de registrar, ainda, que, durante as entrevistas, alguns entrevistados sentiram-se melindrados em optar pela informação política como primeira opção. Além disso, um entrevistado não respondeu às questões 6 e 7.

9.2.4. IMPACTO DA INFORMAÇÃO NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR;

Para finalizar as entrevistas, foi solicitado aos entrevistados que fizessem comentários finais sobre o impacto da informação na atuação parlamentar (questão 8).

Todos os entrevistados foram unânimes em ressaltar o papel fundamental da informação no processo legislativo.

Em síntese, foram levantados os seguintes aspectos de valorização da informação para os deputados distritais:

- ✓ para canalizar as informações de interesse do parlamentar;
- ✓ para gerar a atividade que irá subsidiar a apresentação de proposições, por um lado; por outro, para permitir a percepção de como as instituições públicas têm tratado o erário público;
- ✓ para permitir a percepção dos problemas da comunidade, entrar em sintonia com os anseios da sociedade e dos segmentos que demandam o problema;
- ✓ para alimentar o “*feeling*” positivo do que é legislável. O parlamentar busca preencher os espaços dos direitos do cidadão nos direitos difusos;

- ✓ investindo em tecnologia da informação, o parlamentar está agilizando os serviços de atendimento ao cidadão e estreitando suas relações com a sociedade;
- ✓ para subsidiar o trabalho dos assessores parlamentares, que agregam valor à informação, mediante estudos técnicos que sirvam de base às políticas públicas; para isso, o assessor deve contar com um serviço de informação seletiva de qualidade, que permita obter as informações de difícil acesso.

9. 3. CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO:

Envolve os atributos da informação, enquanto recurso estratégico da organização. Para efeito desta pesquisa, foram considerados os seguintes aspectos, levantados durante as sessões de JAD:

9.3.1. FINALIDADE DA DEMANDA (PRINCIPAIS ATIVIDADES DOS ASSESSORES LEGISLATIVOS)

- ↳ Elaboração de minutas de proposição legislativa
- ↳ Elaboração de minutas de parecer
- ↳ Elaboração de discursos
- ↳ Elaboração de estudos técnicos
- ↳ Consultas verbais
- ↳ Elaboração de nota técnica

9.3.2. TIPO DE INFORMAÇÃO (MAIS IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE):

- ↳ Unidade de Constituição e Justiça – UCJ
 - 1ª — Informação Legislativa

(Se for parecer de admissibilidade)¹⁰
 - 2ª — Informação Técnica

¹⁰ No procedimento usual, primeiramente analisava-se a admissibilidade da proposição, e, se fosse aprovada, só então se verificaria a questão de mérito da proposição. Com o novo Regimento, o procedimento mudou, iniciando-se pelo exame do mérito; a questão da admissibilidade passou a ser realizada no final do processo.

- 3ª — Informação Política

(Se for parecer de mérito)

- 2ª — Informação Política
- 3ª — Informação Técnica
- 4ª — Informação Estatística (pouco usada)

↪ Unidade de Economia e Finanças – UEF¹¹

- 1ª — Informação Legislativa
- 2ª — Informação Técnica
- 3ª — Informação Política
- 4ª — Informação Estatística

↪ Unidade de Redação Parlamentar

- 1ª — Informação Política
- 2ª — Informação Estatística
- 3ª — Informação Legislativa
- 4ª — Informação Técnica

9.3.3. CANAIS DA INFORMAÇÃO¹²

↪ Unidade de Economia e Finanças – UEF

- Base de dados (interna, sobre legislação orçamentária)

¹¹ As outras duas unidades temáticas (UDA e USE) devem ter o mesmo posicionamento

¹² A CLDF ainda não dispõe de um serviço de e-mail pessoal. O serviço ainda é institucional, ou seja, os e-mails são setoriais.

- Internet
- Livros
- Diários oficiais
- Jornais e revistas especializadas
- Opiniões de especialistas
- Intranet
- Consultas por telefone

↪ Unidade de Constituição e Justiça – UCJ

- Diários oficiais
- Livros
- Internet / Intranet
- Jornais
- Revistas especializadas
- Revistas de informações gerais (Veja, Isto É etc.)
- Opiniões de especialistas
- Consultas por telefone

↪ Unidade de Redação Parlamentar – URP

- Internet / Intranet
- Jornais
- Revistas de informações gerais
- Livros e folhetos

- Rádio e TV
- Visitas “in loco”
- Discursos
- Declarações
- Opiniões de especialistas

9.3.4. FONTES DE INFORMAÇÃO:

↪ Unidade de Redação Parlamentar – URP

- Protocolo legislativo
- Biblioteca
- Gabinetes parlamentares
- Taquigrafia
- Internet
- Imprensa falada e escrita
- Biblioteca de outras instituições
- GDF

↪ Unidade de Constituição e Justiça – UCJ

- Biblioteca
- Protocolo legislativo
- Taquigrafia (raramente)
- GDF

- Empresas públicas
- Biblioteca de outras instituições
- Imprensa escrita
- Governos estaduais
- Especialistas

↪ Unidade de Economia e Finanças – UEF

- Biblioteca
- Protocolo legislativo
- Taquigrafia (raramente)
- Governo federal
- GDF
- Empresas públicas
- Especialista
- Governos estaduais

9.3.5. DIFICULDADES DE ACESSO À INFORMAÇÃO:

↪ Unidade de Redação Parlamentar – URP

- Não tem

↳ Unidade de Constituição e Justiça – UCJ

- Informação jurisprudencial (acórdãos)¹³
 - Obter dados atualizados, em tempo hábil
- Informação legislativa
 - Dificuldade em recuperar a informação pelo assunto, em razão da má elaboração das emendas e da indexação incompleta ou imperfeita
- Informação técnica, política e estatística
 - Restrição de acesso
 - resistência em ceder a informação por parte das pessoas que a possuem
 - excesso de burocracia que inviabiliza uma reformulação da questão

↳ Unidade de Economia e Finanças – UEF

- Informação técnica
 - Restrição de acesso
 - Desorganização da informação
 - Burocracia

¹³ Note-se que esse tipo de informação não foi previsto quando examinamos os tipos de informação. A informação jurisprudencial, ou jurisprudência, é um tipo de informação jurídica. Como esse tipo de informação é importante para os assessores legislativos, iremos considerar como um tipo de informação prioritária, embora não tenha sido referenciada na sessão relativa ao estudo do tipo de informação. Esse tipo de informação tem a mesma importância que a informação legislativa. Ou antes, para toda legislação há que verificar a existência de jurisprudência pertinente. Está relacionada no Quadro 7.

➤ Informação legislativa

- Dificuldade em recuperar a informação pelo assunto, em razão da má elaboração das emendas e da indexação incompleta ou imperfeita

9.4. ELEMENTOS DE VALORIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA ASSEL:

9.4.1. QUALIDADE DA INFORMAÇÃO:

↳ Unidade de Economia e Finanças – UEF

- Pertinência
- Atualidade
- Rapidez
- Confiabilidade
- Na UEF, o custo x benefício de uma proposição é medido pelo impacto que essa proposição causa na sociedade, na opinião pública.

↳ Unidade de constituição e Justiça – UCJ

- Atualidade
- Precisão
- Confiabilidade
- Rapidez

↳ Unidade de Redação Parlamentar e Consolidação de Textos Legislativos – URP

- Acessibilidade
- Atualidade
- Pertinência

9.4.2. UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS DE INFORMAÇÃO:

- ↪ Acessibilidade física em tempo hábil, inclusive a fundos externos;
- ↪ Tratamento adequado e contextualizado da informação;
- ↪ Seletividade;
- ↪ Acessibilidade intelectual (gestão do conhecimento);
- ↪ Acesso a inovações tecnológicas

9.4.3. IMPACTO NA PRODUTIVIDADE ORGANIZACIONAL:

- ↪ Contribuição na tomada de decisão
- ↪ Contribuição na melhoria das condições de trabalho;
- ↪ Operações mais eficientes
- ↪ Redução de incertezas
- ↪ Economia de tempo na execução das atividades;
- ↪ Retorno quanto à satisfação do usuário (positiva ou negativa)
- ↪ Motivação etc

9.4.4. IMPACTO NA EFICÁCIA ORGANIZACIONAL:

- ↪ Relações de trabalho mais harmoniosas
- ↪ Aperfeiçoamento dos serviços e produtos
- ↪ Definição de metas e objetivos
- ↪ Responsabilidades assumidas

9.4.5. IMPACTO NO POSICIONAMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS:

- ↳ Redução de custos
- ↳ Aumento da dotação orçamentária para o setor

9.4.6. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS:

- ↳ Não existe¹⁴

9.4.7. RECURSOS TECNOLÓGICOS:

- ↳ Os recursos existentes estão obsoletos, precisando de manutenção e insuficientes

Ao final do seminário, os participantes manifestaram satisfação com o resultado do seminário, sugerindo que novos eventos acontecessem envolvendo todos os assessores. O pessoal da CMI manifestou interesse em utilizar a metodologia para o desenvolvimento do Sistema Legislativo e convidou a pesquisadora para participar da equipe.

¹⁴ Os assessores participantes ressentem-se da ausência de um instrumento de avaliação para medir a satisfação do usuário. Algumas vezes esse processo é feito informalmente, quando se observa a volta do processo com aproveitamento total, parcial, ou nenhum do parecer emitido pela Assessoria. Não existe uma justificativa formal sobre o não aproveitamento do parecer. É um assunto polêmico. Duas sugestões foram apresentadas: anexar uma folha ao processo para constar essa justificativa e disponibilizar um banco de dados com históricos dos pareceres.

10. O Referencial teórico

O processo decisório no planejamento estratégico e no acompanhamento administrativo dos sistemas de informações deve estar baseado em um sistema de informações estratégico/administrativo (TARAPANOFF, 1995). A abordagem sócio-técnica estruturada, a partir da análise teórico-sistêmica que desenvolve, oferece os elementos necessários à elaboração de um referencial teórico para o gerenciamento estratégico das informações referentes ao processo legislativo no âmbito da Assessoria Legislativa, que subsidie a tomada de decisão de parlamentares e assessores legislativos. O referencial teórico é a base do modelo conceitual.

Fundamentando-se na literatura especializada, e a partir do exame dos dados levantados, de forma a possibilitar a compreensão das necessidades e uso das informações relevantes à tomada de decisão no processo legislativo local, de parlamentares e assessores legislativos, procuramos desenvolver as relações entre os dados levantados e como eles interagem. A Figura 12 apresenta essas relações.

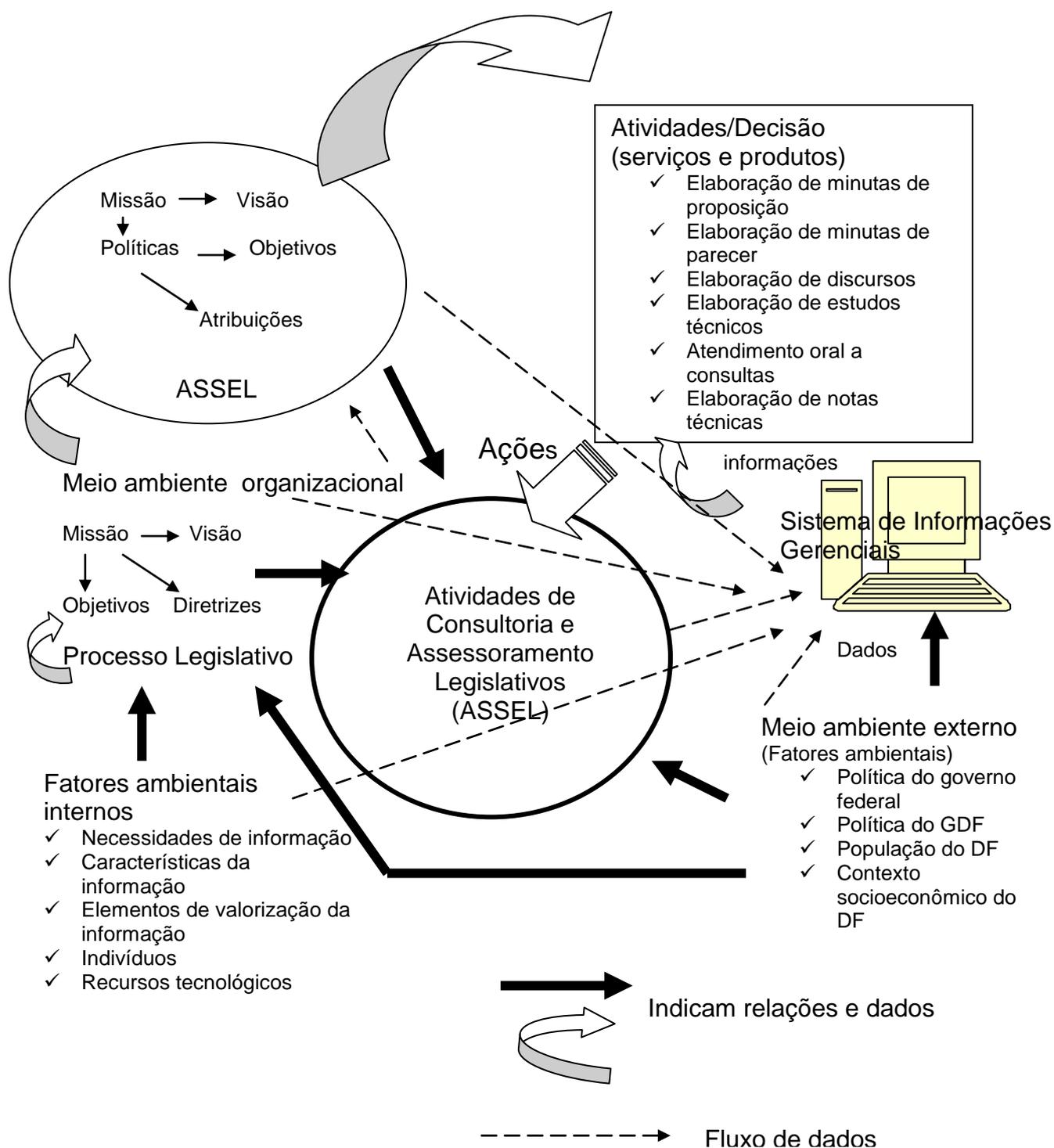


Figura 12 — contexto da Atividade de Consultoria e Assessoramento Legislativo da ASSEL (Fonte: baseado no esquema de KLAES, 1991)

Segundo o esquema apresentado na Figura 12, podemos observar a relação entre organização e ambiente, oferecendo uma visão sistêmica, onde a ASSEL funciona como um sistema aberto, interagindo com seus subsistemas.

A atividade de consultoria e Assessoramento Legislativo concentra todas as atividades desenvolvidas pela ASSEL, mediante serviços e produtos.

A missão da ASSEL determina as ações a serem desenvolvidas e as decisões a serem executadas. Orienta, ainda a formulação da visão, das políticas, dos objetivos e das atribuições da ASSEL, e devem estar alinhados à missão, visão, objetivos e diretrizes da CLDF, situando no processo legislativo sua atividade-fim.

Além disso, sofre influência de seu ambiente interno (organizacional) e externo (DF e Brasil), cujos fatores fornecem dados a serem coletados e reunidos em um sistema de informação gerencial, que irá fazer, periodicamente, o monitoramento desses fatores, fornecendo insumos informacionais para a tomada de decisão e para a elaboração das estratégias organizacionais. Essas estratégias orientam as decisões; as decisões são implementadas por ações.

A contextualização desses elementos, durante as discussões nas sessões de JAD e durante as entrevistas, permitiu identificar os fatores ambientais que interferem na atuação da ASSEL na atividade parlamentar.

Para análise do ambiente interno, foram verificados documentos técnico-administrativos (planos setoriais de ação e metas, relatórios etc.) e documentos produzidos pela alta administração, os quais forneceram os dados necessários à identificação das ações previstas e executadas, estrutura, funções e políticas

desenvolvidas pela organização, bem como sua missão. A análise do ambiente interno permitiu identificar os pontos fortes e fracos da organização (Quadro 4).

Na análise do ambiente geral (Brasil) e específico ou de tarefa (Distrito Federal), buscou-se identificar, nos planos e políticas governamentais federais e locais, nos indicadores sócio-econômicos, nas informações produzidas pela mídia, nos estudos encomendados sobre a organização, os eventos políticos, sociais, culturais e econômicos que possam representar ameaças ou oportunidades à organização (Quadro 5).

A coleta de informações oriundas da mídia, ao captar esses eventos, quando busca a opinião de especialistas para esclarecer e orientar a opinião pública, abre espaço significativo à reflexão dos fatos, condição essencial para que a sociedade seja capaz de julgar e decidir sobre a “coisa pública”, sobre a direção e intenção da ação governamental. A opinião pública, numa sociedade democrática, não atua diretamente nas decisões políticas, pois não tem poder de iniciativa, exceto nos casos previstos por lei, mas tem o poder de referendar ou não, de tornar possível ou não, uma política governamental (LAFER, 1996). Nesse sentido, a informação veiculada pela mídia apresenta-se como importante fonte de análise do ambiente externo à organização.

Assim, a análise dos ambientes interno e externo permitiu indicar os aspectos considerados para a elaboração do referencial teórico e para o estudo de prospecção (Cenários).

Após a análise ambiental e identificação dos fatores que interferem na organização, a partir das variáveis ambientais e seus componentes estratégicos, foi possível elaborar o Diagnóstico Estratégico (Quadro 6). O diagnóstico, uma das ferramentas para o acompanhamento administrativo,

baseia-se em indicadores previamente definidos, que podem ser traduzidos em políticas e objetivos. Com base nesse diagnóstico, procuramos identificar as estratégias mais adequadas ao contexto, a serem adotadas pela ASSEL.

Essas estratégias, no entanto, são mutáveis, como é mutável o contexto ambiental, o qual, por isso mesmo, deve ser monitorado permanentemente. O acompanhamento sistemático dos fatores ambientais permitirá controlar e adequar as estratégias organizacionais às mudanças do meio, de forma que as mudanças ocorridas não afetem a eficácia organizacional.¹⁵

O referencial teórico, quando implementado, permitirá aos desenvolvedores de sistemas da CLDF projetar um sistema de monitoramento de informações, o qual, por sua vez, permitirá acompanhar sistematicamente os dados identificados para coleta, tratamento e armazenamento, reunidos e organizados em um sistema de informações gerenciais — ou estratégico administrativo, de forma a serem utilizados sempre que necessário.

Esses dados com valor agregado passam a subsidiar a tomada de decisão referente ao processo legislativo. As figuras 13 e 14, respectivamente, apresentam um esquema simplificado do processo de tomada de decisão no processo legislativo e na ASSEL, baseado no esquema apresentado por KLAES (1991, p. 95), e a partir dos dados identificados em Mezey (apud. CUNHA, 1987).

¹⁵ Podemos entender eficácia organizacional como o indicador que serve para qualificar o grau de atendimento das metas (Ponjuan Dante, 1998, p. 31). Ver bibliografia.

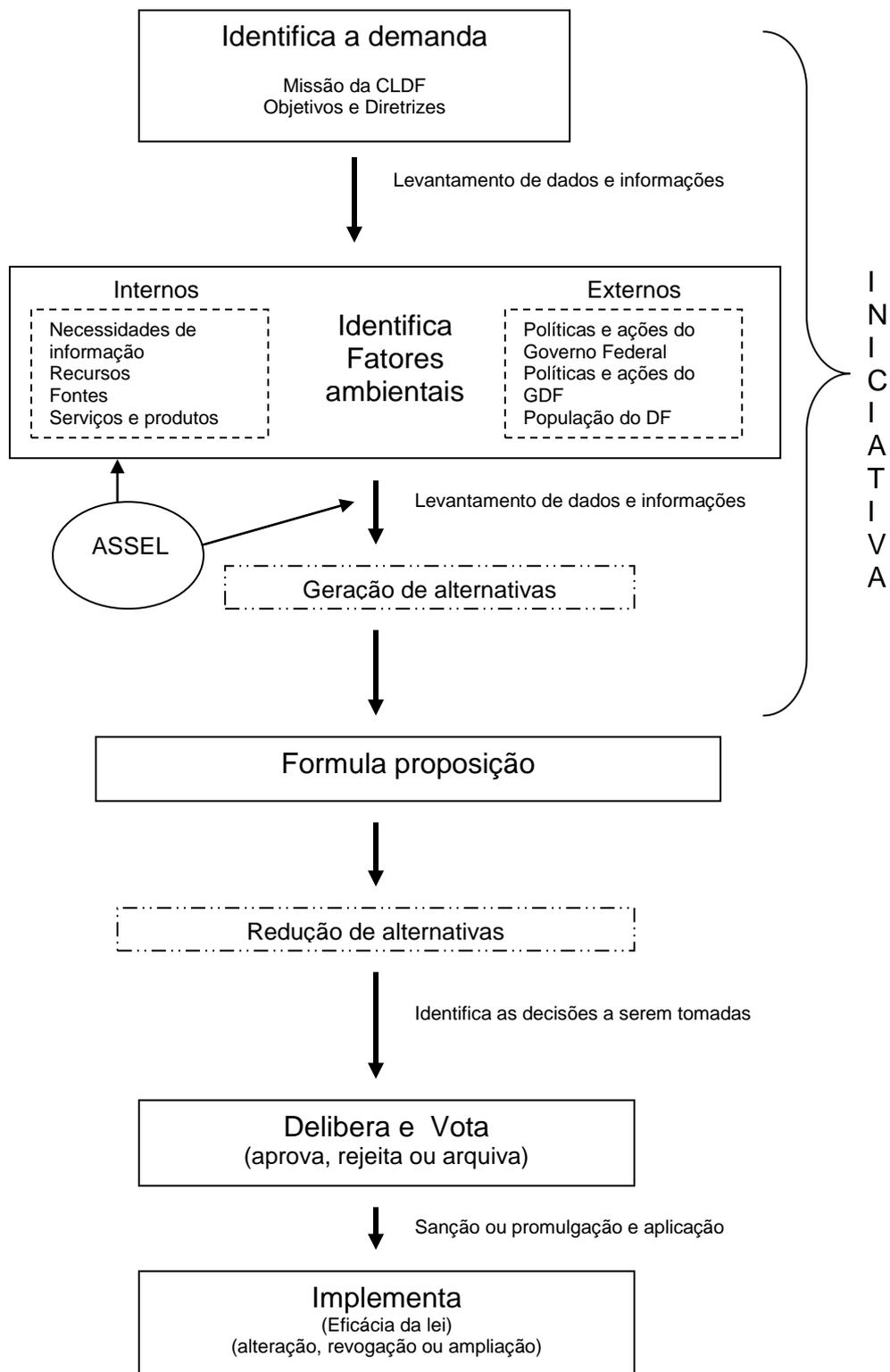


Figura 13 — Tomada de decisão no Processo legislativo

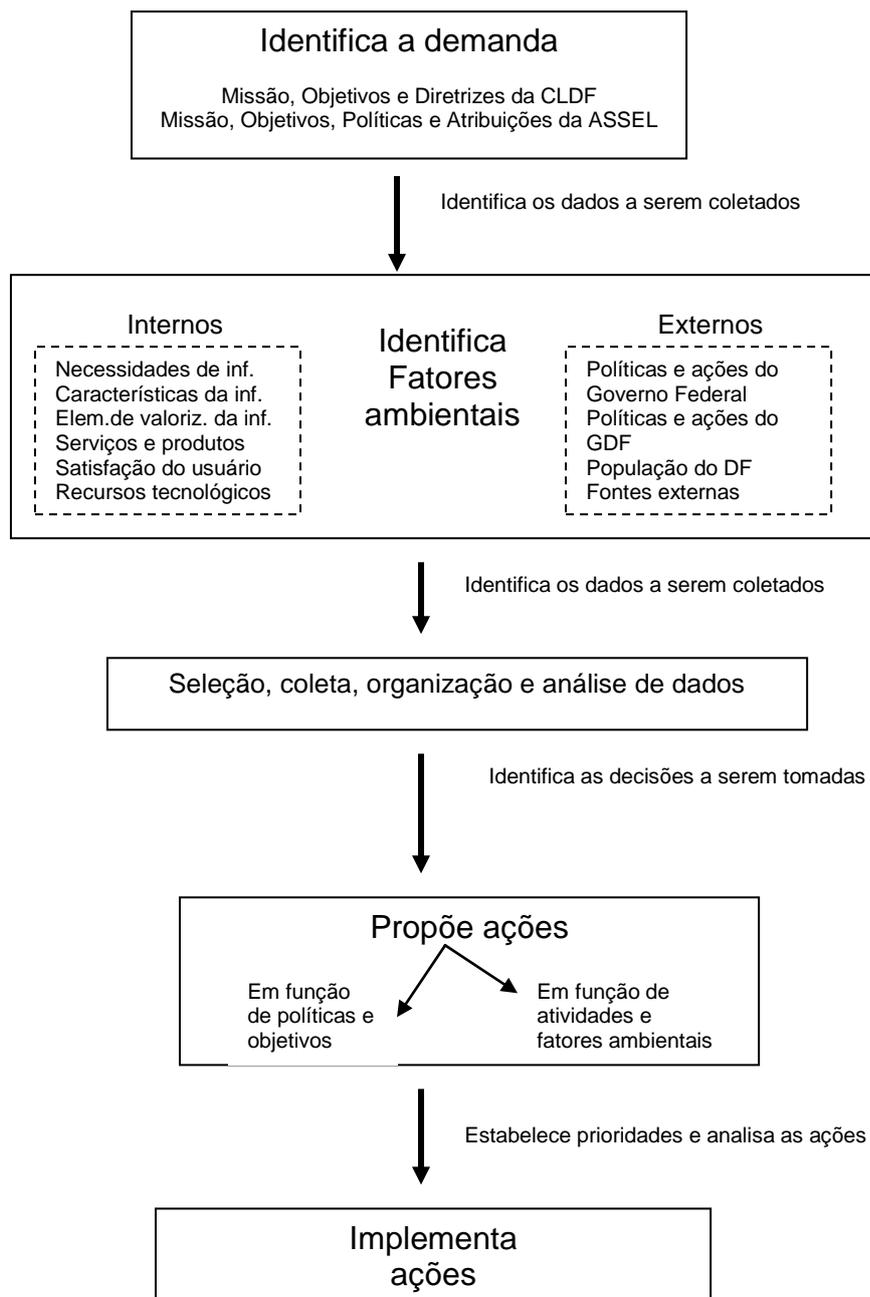


Figura 14 — Tomada de decisão na ASSEL/CLDF

A função legislativa, como vimos em Mezey (citado por CUNHA, 1987), constitui processo decisório envolvendo iniciativa, formulação, decisão e implementação (Figura 13).

Uma vez identificada a demanda de informação, esta deve estar de acordo com a missão da CLDF, seus objetivos e diretrizes, a fim de formular adequadamente as questões propostas, e iniciar o processo.

Este se inicia mediante o levantamento de dados e informações, identificando os fatores ambientais internos e externos que atuam sobre a proposição e verificando seu impacto na organização e na sociedade. Esses dados e informações irão subsidiar a geração de opções a serem apresentadas, culminando com a formulação de uma proposição formal. A iniciativa é prerrogativa do legislador, e a geração de opções é função dos assessores (legislativos e parlamentares), em forma de minutas de proposição e pareceres.

A próxima etapa diz respeito à deliberação, quando as opções encontram-se reduzidas e os estudos sobre a matéria estão praticamente esgotados. Nessa fase, a proposta é discutida e, se for o caso, alterada. Procede-se, então, a decisão de aproveitar ou rejeitar o projeto. A participação do deputado nessa fase é de ação (deliberação). A proposição é encaminhada para sansão ou veto.

A etapa seguinte, e final, refere-se à implementação da lei para que se produza seu efeito (eficácia da lei). A aplicação da lei depende de seus executores. Nesse momento, as decisões são avaliadas quanto à necessidade de alteração, revogação ou ampliação da lei. A participação do legislador é de fiscalização ou defesa da ação governamental.

O processo decisório na ASSEL (Figura 14), assemelha-se ao esquema referente ao processo legislativo.

O processo se inicia com a identificação da demanda de informação, considerando-se a missão, objetivos, políticas e atribuições da Assessoria Legislativa, que, por sua vez, devem estar alinhados à missão, objetivos e diretrizes da CLDF. Nesse momento, identificam-se os dados a serem coletados.

A seguir, procede-se à identificação dos fatores ambientais internos e externos que influenciam a atuação da ASSEL, verificando seu impacto social e organizacional.

A próxima etapa refere-se à seleção, coleta, organização e análise dos dados. Nessa fase, consideram-se as decisões a serem tomadas e já se têm as alternativas a serem apresentadas aos decisores finais.

Em seguida, são propostas ações em função das atividades e dos fatores ambientais, e em função das políticas e objetivos definidos. O produto final apresenta-se sob a forma de minutas de proposição ou parecer, estudo ou nota técnica, ou resposta a consultas formuladas.

Finalizando o processo, as ações são implementadas. Nessa fase, procede-se o estabelecimento de prioridades e análise das ações propostas.

A partir da análise sócio-técnica estruturada realizada, e identificados e examinados os fatores ambientais, procuramos estruturar um referencial teórico que subsidie a elaboração de um modelo conceitual de um sistema de informação gerencial (SIG) para a Assessoria Legislativa (ASSEL).

Os dados coletados e examinados para a elaboração do referencial teórico, apresentados no Quadro 2, estão descritos em detalhe no Quadro 7.

| Fatores ambientais | Dados | Detalhamento dos dados |
|---|--|--|
| 1. Meio ambiente organizacional da ASSEL | Missão, Visão, Objetivos e Diretrizes da CLDF Missão, visão, Objetivos, Atribuições, Políticas e Estrutura | |
| 2. Necessidades de informação dos parlamentares | <p>Área de atuação parlamentar</p> <p>Demanda de Informação</p> <p>Finalidade da Demanda</p> <p>Tipo de informação (prioridade)</p> <p>Fonte de informação</p> | <p>Área rural</p> <p>Assistência social</p> <p>Comunidade</p> <p>Condomínios</p> <p>Cultura</p> <p>Desenvolvimento urbano</p> <p>Direitos da criança</p> <p>Direitos da mulher</p> <p>Direitos humanos</p> <p>Economia</p> <p>Educação</p> <p>Emprego</p> <p>Empresa pública</p> <p>Esporte</p> <p>Idoso</p> <p>Meio ambiente</p> <p>Mov. Populares</p> <p>Mov. sindical</p> <p>Necessid. Esp.</p> <p>Religião</p> <p>Saúde</p> <p>Segurança públ.</p> <p>Servidores</p> <p>Telecomunic.</p> <p>Trabalho</p> <p>Transporte</p> <p>Transito</p> <p>Turismo</p> <p>Violência</p> <p>Da base parlamentar</p> <p>Do Executivo</p> <p>Da sociedade</p> <p>De órgãos públicos</p> <p>De ong's</p> <p>De sindicatos e associações</p> <p>De contatos informais</p> <p>Da vivência do deputado</p> <p>Projeto de lei</p> <p>Indicações/moções</p> <p>Requerimentos</p> <p>Emendas</p> <p>Pareceres</p> <p>Informação política</p> <p>Informação técnica</p> <p>Informação legislativa</p> <p>Informação estatística</p> <p>Com. Permanente</p> <p>Com. Temporária</p> <p>Bibliot. e Arquivo</p> <p>Mesa Diretora</p> <p>Assessoria legisl.</p> <p>Ass. Parl. GDF</p> <p>Gabinete parlam.</p> <p>Comunicação soc.</p> <p>Taquigrafia</p> <p>Apoio plenário</p> <p>Outros deputados</p> <p>Sindic. Assoc.</p> <p>Base parlamentar</p> <p>Empr. Privada</p> <p>Empr. Pública</p> <p>Especialistas</p> <p>Governo federal</p> <p>GDF</p> <p>Gov. est./munic.</p> <p>Lobista/ Gr. Inter.</p> <p>Imprensa</p> <p>Instituto de pesq.</p> <p>Partido político</p> <p>Movimento sindic.</p> |

Quadro 7 – Detalhamentos dos dados levantados e examinados para a elaboração do Referencial teórico (continua...)

| Fatores ambientais | Dados | Detalhamento dos dados |
|---|---|--|
| 3. Características da Informação | <p>Finalidade da informação</p> <p>Tipo da Informação</p> <p>Canais de informação</p> <p>Fontes de informação</p> <p>Dificuldade de acesso à informação</p> | <p>Minutas de proposição Minutas de parecer Discursos Estudos técnicos Notas técnicas Consultas orais</p> <p>Informação política Informação legislativa Informação jurisprudencial Informação estatística</p> <p>Base de dados Jornais Internet/Intranet Rádio e TV Livros e period. Visitas 'in loco' Diários oficiais Discursos Opinião de espec. Declarações Consultas orais Revistas ger.</p> <p>Protocolo legisl. Bibliot. outr. Inst. Bibliot. e Arquivo GDF Gabinete parlam. Gov. est./munic. Taquigrafia Empr. Pública Imprensa</p> <p>Informação jurisprudencial Dados atualizados Tempo hábil</p> <p>Informação legislativa Ruído na recuper. da inf. Ementas mal elaboradas Indexação incompl./imperf.</p> <p>Informação técnica, política e estatist. Restrição de acesso Resistência em transf. Inf. Burocracia Desorganização dos fundos de inf.</p> |
| 4. Elementos de Valorização da Informação | <p>Qualidade da informação</p> <p>Utilização dos fundos de informação</p> <p>Impacto da produtividade organizacional</p> | <p>Pertinência Atualidade Rapidez Confiabilidade Precisão Acessibilidade</p> <p>Acessibilidade em tempo hábil Tratamento adequado e confiabilidade Acessibilidade intelectual (Gest. Conh.) Acessibilidade tecnológica</p> <p>Na tomada de decisões Na melhoria das condições de trabalho Possibilitando operações + eficientes Na redução de incertezas Na economia de tempo p/ executar ativ. Na satisfação do usuário (retorno) Na motivação do servidor</p> |

Quadro 7 – Detalhamentos dos dados levantados e examinados para a elaboração do Referencial teórico (continua...)

| Fatores ambientais | Dados | Detalhamento dos dados |
|---|--|--|
| 4. Elementos de Valorização da Informação | Impacto na eficácia organizacional Impacto no posicionamento dos recursos financeiros | Nas relações de trab. + harmoniosas No aperfeiçoamento de serv./prod. Na definição de metas e objetivos Nas responsabilidades assumidas Na redução de custos Na negociação p/ aumentar a dot. orç. |
| 5. Indivíduos | Usuários-meio do sistema Usuários-fim do sistema | Alimentadores do sistema Assessores legislativos Assistentes legislativos Clientes Parlamentares Assessores de gabinete |
| 6. Instrumentos de avaliação da satisfação do usuário | Inexistente | |
| 7. Serviços e Produtos | Oferecidos Utilizados Gostariam de receber | Minutas de proposição Minutas de parecer Elaboração de discursos Respostas a consultas orais Elaboração de estudos técnicos Elaboração de notas técnicas Pesquisa legislativa Pesquisa bibliográfica Proposições (no protocolo legislativo) Pareceres (no protocolo legislativo) Estudos Artigos de revistas e jornais Discursos Listas de livros novos Cursos e seminários internos Serviço de disseminação seletiva da inf. |
| 8. Recursos tecnológicos | Equipamentos e programas de computador | Hardware Software |
| 9. Meio ambiente externo | Geral — Brasil (Governo Federal) Específico — DF (GDF) | Política de gestão Políticas econômicas e sociais Relacionamento com o Congresso Situação socioeconômica do país Políticas econômicas e sociais Serviços públicos e infra-estrutura Nível de desenvolvimento humano, qualidade de vida e proteção ao meio ambiente Nível de desemprego Crescimento da economia informal Desenvolvimento econômico do DF e Entorno Nível de criminalidade e violência urbana Relação do GDF com o Governo Fed. |

Quadro 7 – Detalhamentos dos dados levantados e examinados para a elaboração do Referencial teórico

Os fatores do ambiente organizacional que influenciam a atuação da ASSEL dizem respeito a missão, visão, objetivos e diretrizes da CLDF, em como missão, visão, objetivos, atribuições, políticas e estrutura organizacional. Os indivíduos representam os usuários-meio, que são os alimentadores do sistema, representados pelos assessores e assistentes legislativos; e os usuários-fim, que são os parlamentares e seus assessores diretos, os clientes do sistema. Os serviços e produtos referem-se às atividades desenvolvidas pela Assessoria Legislativa e os produtos delas decorrentes, organizados em bases de dados internas a cada unidade temática, ou integradas em uma base única do setor. Além desses serviços e produtos, a ASSEL é usuária de vários outros distribuídos pelos setores da CLDF, e que auxiliam no desenvolvimento de suas atividades, como Biblioteca e Arquivo, Protocolo Legislativo e Setor de Taquigrafia, além de outras instituições, como a Câmara dos Deputados, Senado Federal e Supremo Tribunal Federal.

A necessidade de informação representa fator fundamental, pois é aí que se origina a demanda de informações na ASSEL. A necessidade de informação dos parlamentares depende da área de atuação parlamentar e refere-se à origem dessa demanda para o deputado e sua finalidade, ao tipo de informação prioritária para sua atuação e as fontes de informação mais utilizadas pelo parlamentar.

Igualmente importante, as características da informação dizem respeito à finalidade da informação demandada do legislador para a ASSEL, ao tipo de informação prioritária o desenvolvimento das atividades da ASSEL, às fontes e canais mais utilizados pelos assessores legislativos, e às dificuldades de acesso dessas informações.

Os elementos de valorização da informação na ASSEL referem-se aos indicadores da qualidade dessas informações, à utilização dos fundos informacionais, ao impacto da informação na produtividade e eficácia organizacional, e no posicionamento dos recursos financeiros para o setor.

Os instrumentos de avaliação da satisfação dos usuários são, igualmente, fator preponderante, e a inexistência desse instrumento na ASSEL tem gerado problemas de motivação e na obtenção do “*feedback*” positivo ou negativo quanto atendimento das necessidades de informação de seus usuários e quanto à qualidade de seus produtos e serviços.

Os recursos tecnológicos são de importância fundamental para a implementação de um Sistema de Informação Gerencial, pois vão garantir a inovação tecnológica e possibilitar agilizar as atividades.

Os fatores ambientais externos permitem o posicionamento pró-ativo da ASSEL diante das contingências ambientais e referem-se às ações e políticas do Governo do DF, à infra-estrutura dos serviços públicos do DF, às condições sócio-econômicas do DF, abrangendo o nível de desemprego e desenvolvimento humano, qualidade de vida, nível de criminalidade e violência urbana, crescimento da economia informal e proteção ambiental, no âmbito do DF, e em termos de Brasil, às ações e políticas do Governo Federal, à situação sócio-econômica do país e ao relacionamento do governo Federal com o congresso Nacional.

No início da pesquisa, pensávamos em desenvolver um modelo conceitual que subsidiasse o desenvolvimento de um sistema de monitoramento de informações. Durante a execução da pesquisa, no entanto, percebemos que o monitoramento de informações é parte do Sistema de informação Gerencial

(SIG). Redirecionamos, então, nosso projeto para uma ideação de um SIG para a ASSEL, que estaria muito mais adequado aos objetivos deste trabalho. O SIG, como tivemos oportunidade de verificar, além de permitir o monitoramento ambiental, favorece o processo de transformação de dados em informações, e destas em ações, oferecendo insumos ao processo decisório.

Nesse sentido, o Referencial Teórico desenvolvido foi utilizado como subsídio à elaboração de um modelo conceitual de um Sistema de Informação Gerencial (SIG) para a Assessoria Legislativa (ASSEL). Apresentamos na Figura 15 o modelo desenvolvido.

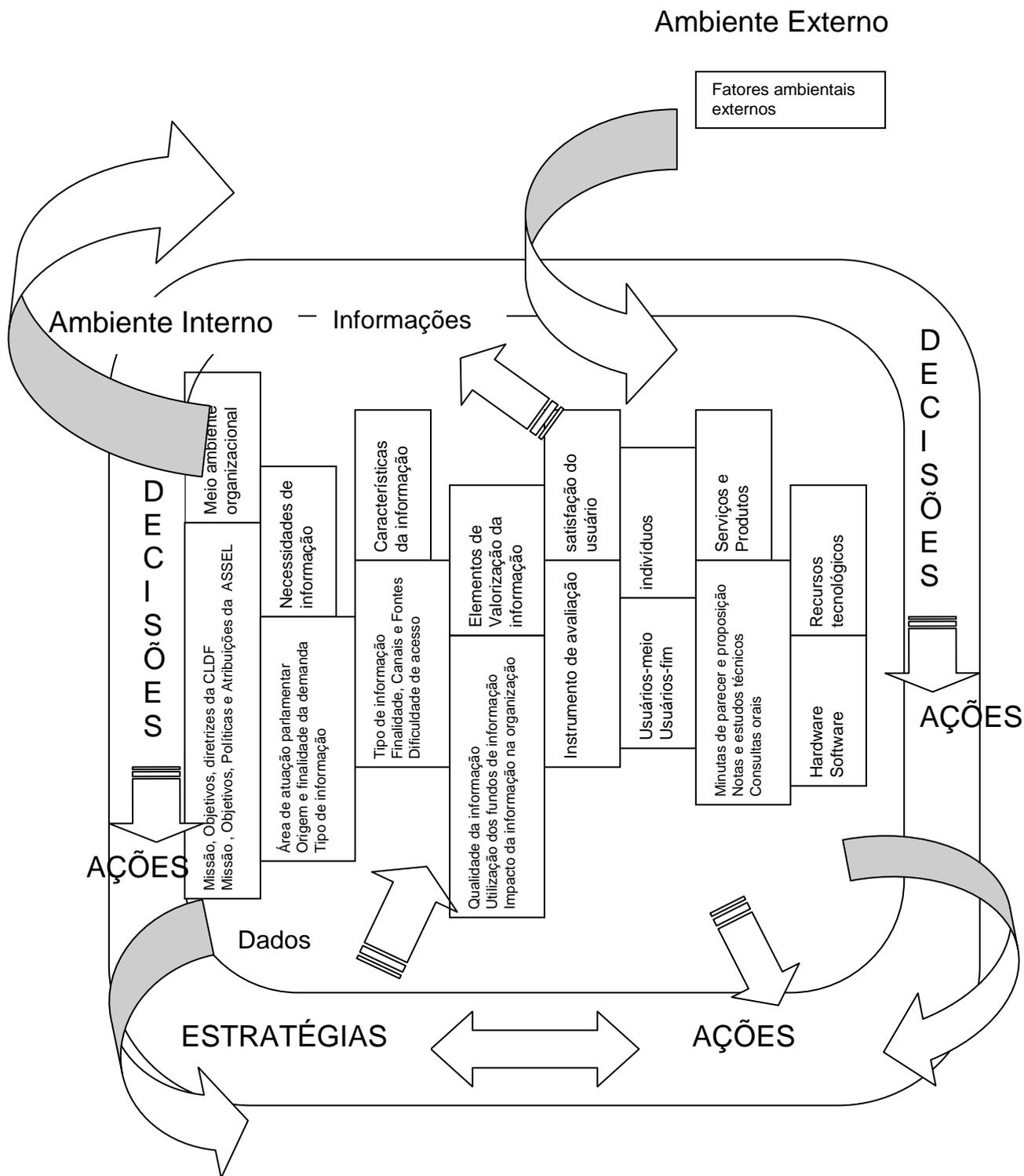


Figura 15 — Modelo conceitual do SIG ASSEL

11. Considerações finais, Conclusões e Recomendações:

Tendo a Câmara Legislativa do Distrito Federal, e, em especial, a Assessoria Legislativa, como objeto de estudo, buscamos conhecer a necessidade e o uso das informações que efetivamente possam subsidiar a tomada de decisão de parlamentares e assessores legislativos, referente ao processo legislativo, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, procuramos examinar os elementos a serem considerados para construção de um referencial teórico que servisse como diretriz para o desenvolvimento de um sistema de informações de apoio à decisão, referente ao processo legislativo na Câmara Legislativa.

Para tanto, buscamos examinar a estrutura do processo legislativo local a estrutura organizacional da Assessoria Legislativa, seu contexto de atuação e suas perspectivas; buscamos examinar os fatores internos e externos que contribuem para o desenvolvimento organizacional da ASSEL, as principais atividades de parlamentares e assessores legislativos, a origem e finalidade da demanda de informações, fontes e canais mais utilizados, assim como os elementos de valorização da informação na organização. Além disso, procuramos examinar as relações entre dados, organização e ambiente, como interagem e como podem ser representados, a fim de oferecer uma visão integrada e sistêmica dessas relações.

A iniciativa para a realização da pesquisa originou-se da constatação da lacuna existente na Câmara Legislativa do DF quanto à gestão da informação e motivada pela necessidade de se buscar compreender o papel da informação na tomada de decisão referente ao processo legislativo, procurando conhecer a postura de parlamentares e assessores legislativos quanto ao ciclo informacional.

A revisão de literatura nos forneceu os elementos necessários para a formulação dos pressupostos, e para a identificação dos fatores ambientais que poderiam exercer influência sobre a atuação da ASSEL, a serem levantados e examinados, além de nos orientar quanto aos métodos e procedimentos utilizados na execução da pesquisa.

Apresentamos a seguir nossas conclusões e algumas recomendações:

Quanto ao pressuposto 1:

Os sistemas de informação existentes na Casa e dos quais a Assessoria Legislativa e os deputados distritais são usuários atendem parcialmente as suas necessidades de informação. Auxiliam na execução das atividades parlamentares e de assessoramento legislativo, mas operam de forma não integrada. Estão dispersos nos vários setores que apoiam o processo legislativo, ocorrendo duplicidade de dados e tarefas. Constatamos, assim, a necessidade de se desenvolver um sistema de informação que integre os subsistemas de informação documentária existentes e insira o componente estratégico, considerando missão e objetivos da ASSEL e da CLDF, e a necessidade de monitorar os fatores ambientais internos e externos que

interferem na atuação da ASSEL, de forma a gerar informação de apoio à decisão no processo legislativo e oferecendo um sistema eficiente e eficaz.

Quanto ao pressuposto 2:

Inicialmente, pretendíamos elaborar um referencial teórico para subsidiar a construção de um modelo conceitual que orientasse o desenvolvimento de um sistema de monitoramento de informações. No entanto, durante a execução da pesquisa, e para alcançar os objetivos traçados, verificamos que o monitoramento de informações constitui componente do Sistema de Informação Gerencial (SIG). Nesse sentido, o modelo conceitual idealizado a partir do levantamento do referencial teórico, refere-se à modelagem de um SIG para a tomada de decisão na ASSEL.

O referencial teórico desenvolvido, com base na análise sócio-técnica estruturada efetuada, permitiu indicar as relações entre dados, organização e ambiente, definindo os atributos essenciais que devem estar presentes para se alcançar certa estratégia. Esses atributos referem-se aos fatores ambientais identificados e examinados para a elaboração do referencial teórico e que foram descritos no Quadro 7, e estão vinculados às atividades organizacionais e às necessidades de informação para o desempenho dessas atividades. As técnicas e instrumentos para a coleta de dados se mostraram eficazes diante dos objetivos propostos. A pesquisa possibilitou evidenciar a situação atual da ASSEL e desenvolver estudo de prospecção, mediante a elaboração de cenários, permitindo determinar um diagnóstico estratégico.

O resultado alcançado com a aplicação da técnica JAD abriu espaço para que outros eventos, realizados conjuntamente com o pessoal da Coordenadoria de Modernização e Informática (CMI) envolvido com o desenvolvimento do Sistema Legislativo, sejam promovidos em todos os níveis administrativos da CLDF.

Com isso, o modelo conceitual do SIG/ASSEL elaborado ofereceu subsídio à gestão da informação, de forma que as informações produzidas pelo sistema atuem como insumos ao estabelecimento de estratégias e ações que favoreçam o desempenho organizacional.

Quanto ao Pressuposto 3:

A realização dessa pesquisa evidenciou a necessidade de se desenvolver um Sistema de Informação Gerencial para a Assessoria Legislativa. A implementação do SIG/ASSEL poderia servir como um projeto-piloto de um Sistema Legislativo, abrangendo todas as funções da CLDF.

Partindo da evidência da necessidade de desenvolvimento do SIG, e da pré-disposição dos servidores da CMI que participaram das sessões de JAD em implementar ações nesse sentido, levanta-se a questão sobre a necessidade de adequação do modelo organizacional às novas necessidades de utilização dos insumos informacionais, já que a melhoria do desempenho organizacional depende do alinhamento da organização às estratégias definidas, do conhecimento do que impede a realização dessas estratégias, e da implementação das mudanças necessárias à sua execução; e que esse

alinhamento depende do uso efetivo da informação transformada em conhecimento.

Em nossa análise, conseguimos alcançar nossos objetivos quanto a conhecer a necessidade de informação de parlamentares e assessores legislativos, e a sua postura em relação ao ciclo informacional, além da relação informação *versus* organização. O modelo conceitual do SIG/ASSEL desenvolvido objetivou gerenciar essas necessidades e mostrou-se adequado segundo os objetivos propostos.

Avançamos em nossas expectativas iniciais, uma vez evidenciadas as condições favoráveis à implementação do SIG/ASSEL como projeto-piloto de um sistema maior, com o apoio do pessoal da CMI envolvido com o desenvolvimento do Sistema Legislativo.

Os serviços e produtos oferecidos pelo SIG deverão basear-se nos seguintes parâmetros:

- ✓ canalizar as informações de interesse do parlamentar;
- ✓ gerar as informações necessárias ao desenvolvimento da atividade que irá subsidiar a apresentação de proposições, e que irá permitir a percepção de como as instituições públicas têm tratado o erário público;
- ✓ gerar as informações necessárias para permitir a percepção dos problemas da comunidade, e possibilitar aos parlamentares entrar em sintonia com os anseios da sociedade e dos segmentos que demandam o problema;

- ✓ gerar as informações necessárias para alimentar o “*feeling*” positivo do que é legislável, possibilitando ao parlamentar preencher os espaços dos direitos do cidadão nos direitos difusos;
- ✓ agilizar os serviços de atendimento ao cidadão, permitindo ao deputado estreitar suas relações com a sociedade;
- ✓ subsidiar o trabalho dos assessores parlamentares e legislativos, que agregam valor à informação, mediante estudos técnicos, entre outros, e que servem de base às políticas públicas; para isso, os assessores devem contar com um serviço de informação seletiva (SID) de qualidade, que permita obter as informações de difícil acesso;
- ✓ permitir a acessibilidade física dos fundos de informação em tempo hábil, inclusive a fundos externos;
- ✓ permitir o tratamento adequado e contextualizado da informação, mediante um serviço de análise da informação realizado por especialistas, absorvendo os indicadores de qualidade da informação e gerando informação de alto valor agregado;
- ✓ permitir a seletividade das informações produzidas;
- ✓ permitir a acessibilidade intelectual (gestão do conhecimento);
- ✓ permitir o acesso a inovações tecnológicas;
- ✓ implementar o desenvolvimento das atividades orientadas para processos, utilizando-se de tecnologias do tipo “*workflow*” para otimizar o desenvolvimento dessas atividades;
- ✓ implementar o serviço de e-mail, inserido no *workflow*;

- ✓ reorganização dos fundos de informação.

Esperamos, com esse estudo, ter contribuído para uma maior compreensão do processo legislativo na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Finalmente, observamos, durante a realização da pesquisa, alguns aspectos merecedores de novos estudos, e que não foi possível investigarmos, os quais relatamos a seguir, a título de recomendações:

Recomendação 1:

Durante a realização da pesquisa, constatamos o baixo índice de utilização dos serviços de biblioteca e arquivo (Setor de Documentação Legislativa) como fonte de informação, por parte de parlamentares e seus assessores diretos (de gabinete). Nesse sentido, recomendamos a realização de estudos que objetivem analisar a questão, sob os seguintes aspectos:

- a) da qualidade dos serviços oferecidos;
- b) do não alinhamento desses serviços às necessidades de seus usuários.

Recomendação 2:

Durante a realização das seções de JAD junto aos assessores legislativos, verificamos a inexistência de um instrumento de avaliação da satisfação dos usuários quanto aos serviços oferecidos pela ASSEL, acarretando problemas de motivação por parte dos assessores, e de ruído na comunicação entre parlamentares e assessores legislativos. Desse modo, sugerimos a realização

de sessões de “*brainstorming*” (utilizando-se do JAD, por exemplo) direcionadas ao levantamento das possibilidades de resolução do problema.

Recomendação 3:

Diante da receptividade dos assessores legislativos e do pessoal da informática durante a realização das sessões de JAD, e dos resultados positivos alcançados com a aplicação do método, sugerimos a realização de outros seminários nos diversos setores da CLDF, visando ao estudo dos fatores ambientais que devam ser considerados para a implementação de um SIG institucional. Nesses eventos, seriam levantados dados que justifiquem ou refutem a remodelagem organizacional, e, se for o caso, definidas as diretrizes para fazê-lo.

Recomendação 4:

No levantamento bibliográfico realizado para essa pesquisa, não identificamos na literatura estudos que utilizassem a abordagem sócio-técnica estruturada para análise organizacional em casas legislativas. Diante desse fato, recomendamos a aplicação desse estudo nas assembleias legislativas estaduais e nas câmaras municipais.

A realização desses estudos, temos certeza, contribuiriam para maior compreensão do papel da informação como subsídio à tomada de decisão no processo legislativo.

BIBLIOGRAFIA

BALDWIN, M.P. **O fluxo da informação nas comissões permanentes da Assembléia Legislativa da Bahia**. Brasília, 1999. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília. Orientador: Antônio Lisboa Carvalho de Miranda.

BARBALHO, C.R.S., BERAQUET, V.S.M. **Planejamento estratégico para unidades de informação**. São Paulo : Polis/APB, 1995. 65 p.

BENNETT, J.W. et al. Um novo modelo para implementar a estratégia. **HSM Management**, n. 26, p. 16 a 21, maio/jun. 2001

BRASIL. Presidente (1995-: F.H. Cardoso). **Mensagem ao Congresso Nacional** : abertura da 2. Sessão Legislativa ordinária da 51ª Legislatura. Brasília : Presidência da República, Secretaria de Comunicação, 2000. 225 p. : il., col.

CANONGIA, C., PINHEIRO, L.V.R., PEREIRA, M.N. Implantação de sistema de inteligência para dinamização da Rede Antares – Rede de Serviços de Informação em C&T. **R. Bibliotecon. Brasília**, v. 22, n. 2, p. 109 a 138, jul./dez. 1998.

CANTIZANO, D.L. **O processo legislativo nas constituições brasileiras e no direito comparado**. Rio de Janeiro : Forense, 1985. 290 p.

CARVALHO, M.C.R. Abordagem sócio-técnica estruturada: uma aplicação de pesquisa com provedores de informação no Brasil e no Reino Unido. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (4. : 2000 : Brasília). Trabalhos apresentados. Brasília : IBICT, 2000. Documento eletrônico.

CEPAL/CLADES. **Planificación estratégica de sistemas de información documentales**. Santiago de Chile : CEPAL/CLADES, 1991. 45 p. :il. (Información y Desarrollo ; 2)

CHOO, C.W. **Information management for intelligent organization** : the cut of scanning the environment. 2. ed. Medford, NJ : Information Today, 1998. 272 p.

CINACONI, Regina de Barros. Gestão de documentos : uma revisão. Informare – **Cad. do Programa de Pós-Graduação em Ci. da Inf./CNPq**. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 4 a 30, jan./jun. 1998.

COSTA, W.D. **JAD joint application design** : como projetar sistemas de informação mais eficazes e criativos. Rio de Janeiro : Infobook, 1994. 115 p.

CUNHA, R.S. **Serviço de informação no poder legislativo : estudo comparativo entre Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá**. Brasília : Câmara dos Deputados, 1988. Originalmente apresentado como tese da autora: Dissertação (Mestrado) — Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: Cordélia Robalinho Cavalcanti.

DIAS, D.S. O sistema de informação e a empresa. Rio de Janeiro : LTC, 1985. 109 p.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Câmara Legislativa **Regimento interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal**. 3.ed. rev. e atual. Brasília : CLDF, 1996. 127 p.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Câmara Legislativa. Assessoria Legislativa. **Conheça melhor a Assessoria Legislativa**. Brasília : CLDF, 1999. 1 f. dobrada.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Câmara Legislativa. Diretoria de Recursos Humanos. **Planejamento estratégico 1999/2000** : Diretoria de Recursos Humanos. Brasília, [1999b].

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Câmara Legislativa. Grupo de Resgate da Memória da Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Memória da Câmara Legislativa do DF**. Brasília, 1998-2000. v. 1-2.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Câmara Legislativa. Resolução n. 034. Brasília : CLDF, 1991. **Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal**.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). **Lei Orgânica**. Brasília : Câmara Legislativa, 1993. 223 p.

DUFFY, N.M.; ASSAD, M.G. **Information management** : strategy formulation and implementation. Oxford : Oxford University Press, 1989. 540 p.

KIELGAST, S.; HUBBARD, B. A. Valor agregado à informação : da teoria à prática. **Ci. Inf.** v. 26, n. 3, p. 271 a 276, set./dez. 1997.

KLAES, R.R. Sistema de informação gerencial para desenvolvimento de coleções. **Ci. Inf.**, v. 20, n. 2, p. 220 a 228, jul.dez. 1991.

KUME, H. **Métodos estatísticos para melhoria da qualidade**. São Paulo : Gente, 1993.

LAFER, C. A informação e o saber. **Folha de São Paulo**. 11 fev. 1996. Caderno Mais. P. 5-9 a 5-10.

LAUTRÈ, E. O monitoramento informativo : da definição ao conteúdo. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 132 a 135, maio/ago. 1992.

LIMA, M.D. **Fluxo de informação na Câmara dos Deputados**. Brasília, 1990. 142 p. (Dissertação de Mestrado – UnB/Departamento de Biblioteconomia – Orientadores: Murilo Bastos Cunha e David Fleischer).

LINS, B.F.E. Ferramentas básicas da qualidade. **Ci. Inf.**, v. 22, n. 2, p. 153 a 161, maio/ago. 1993.

MARKONI, M.A. & LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa** : planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1996. 231 p.

MARTIN, J. **Engenharia da informação** : introdução. Rio de Janeiro : Campus, 1991. 196 p.

MENSAGEM 116, de 2001 : anexo da mensagem 112, de 200. Brasília, **Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal**, n. 26, 9 fev. 2001. Suplemento.

MIRANDA, R.C.R. **Informações estratégicas** : estudo de caso aplicado à ECT. Brasília, 1999. 1 v. (Dissertação – Mestrado – Ciência da Informação – Unb/CID).

MONTEIRO, A. O. **Gestão da informação e estratégias organizacionais** : uma aplicação às organizações bancárias. Salvador, 1997. (Tese – Doutorado – Adm. Pública – UFBA/NPGA).

MORESI, E.A.D. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14 a 24, jan./abr. 2000.

NUNES, T.M.O. **Comissões parlamentares permanentes** : considerações sobre o modelo da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Brasília : s. ed., 1997. IV Curso de Especialização em Assessoria Parlamentar.

OBERHOFER, C. M. A. Valor da informação : percepção versus quantificação. **Ci. Inf.** v. 20, n. 2, p. 119 a 129, jul./dez. 1991.

OLIVEIRA, D.P.R. **Planejamento estratégico** : conceitos, metodologia, práticas. 8.ed. São Paulo : Atlas, 1994. 294 p.

OLIVEIRA, D.P.R. **Sistemas, organização e métodos** : uma abordagem gerencial. 10.ed. São Paulo : Atlas, 1998. 497 p.

PEREIRA, M.E.D.M. **Gestão da informação tecnológica na Universidade Federal da Paraíba - Campus I** : o caso do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT. João Pessoa : UFPb/Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 1997. 108 p. + anexos. (Dissertação — Mestrado — Ciência da Informação — UFPb/CCA)

PERFIL sócio-econômico do Distrito Federal : versão 1999. Brasília : Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 1999. 225 p. : il.

PLANO de desenvolvimento econômico do Distrito Federal : compromisso com o presente, projeto para gerações futuras. Brasília, 1996. 33 p.

PLANOS Setoriais da CLDF : ano de 2001. Brasília, 2001. 1 v.

PONJUAN DANTE, G. **Gestión de información en las organizaciones** : principios, conceptos y aplicaciones. Santiago de Chile : Centro de Capacitación en Información Protectoría, Universidad de Chile.

QUEM é quem na Câmara Distrital. Brasília : DIAP, 1991. 115 p.

RAMOS, P.B. A gestão na organização de unidades de informação. **Ci. Inf.On-line**, v.25, n. 1, 1995.

RP ENGENHEIROS ASSOCIADOS. Estratégias para a geração de emprego e desenvolvimento industrial do DF e Entorno. **Cad. CODEPLAN**, n. 2, p. 99 a 114, 1992.

STEWART, T.A. **Capital intelectual** : a nova vantagem competitiva das empresas. 6. ed. Rio de Janeiro : Campus, 1998. 237 p.

TARAPANOFF, K. Biblioteca integrada e sociedade : referencial teórico. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 3 a 9, jan./jun. 1984.

TARAPANOFF, K. **Técnicas para tomada de decisão nos sistemas de informação**. Brasília : Thesaurus, 1995. 163 p.

TARAPANOFF, K.; NÓBREGA, R.G.; CORMIER, P.M.J. Competitive intelligence and scenarios : a methodological proposal for a case study in Brazil. **FID review**. V.1, n. 4/5, p. 31 to 41, 1999.

TÉCNICAS para obtenção de informações internas : JAD (Joint Application Design).s.n. 1997?.

VIEIRA, A. S. et. al. Seminário introdutório à gerência de recursos informacionais. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, BH, v. 19, n. 2, p. 221 a 252, set. 1990.

VIEIRA, A. S. Gerência de recursos informacionais : o advento do futuro? **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, v. 19, n. 2, p. 159 a 170, set. 1990.

VIEIRA, A. S. **Monitoração da competitividade científica e tecnológica dos estados brasileiros**. S.L. : IBICT : INT/UFRJ, 1998. 1v. (Curso de Especialização – Inteligência competitiva – Instituto Nacional de Tecnologia/UFRJ).

WIGGINS, R.E. Uma estrutura conceitual para a gerência de recursos informacionais. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, BH, v. 19, n. 2, p. 182 a 194, set. 1990.

Anexos